



Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Militarismos, “Parapolíticos” e Perfis Populares
Na Génese e (Des)consolidação do 3.º Império Colonial Português

Sérgio Domingos de Araújo Carvalhido

Porto
2005

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Militarismos, “Parapolíticos” e Perfis Populares
Na Génese e (Des)consolidação do 3.º Império Colonial Português

Sérgio Domingos de Araújo Carvalhido

Porto
2005

Aluno: Sérgio Domingos de Araújo Carvalhido

Assinatura : _____

Título do Trabalho: Militarismos, “Parapolíticos” e Perfis Populares
Na Génese e (Des)consolidação do 3.º Império Colonial Português

Professora Orientadora: Professora Doutora Judite A. Gonçalves de Freitas

Parecer da Professora Orientadora:

Dissertação apresentada à
Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para obtenção do grau de
Mestre em Relações Internacionais

Resumo

Militarismos, “Parapolíticos” e Perfis Populares na Gênese e (Des)consolidação do 3.º Império Colonial Português, representa um esforço de reflexão sobre as razões que levaram Portugal a insistir em construir em África um Império, mesmo quando a razão parecia sugerir o contrário.

Tudo parece apontar para uma resistência mais comprometedora do que racional, algo semelhante à motivação que encontramos naquele herdeiro, que depois de perder quase tudo, como que se esquecendo de investir em si próprio, se decide desbravar os silvados que julga possuir algures, pensando que assim recuperará o rendimento das terras férteis. Contudo, no caso do povo português, verifica-se a particularidade dessa determinação não ser genuína, mas ditada por Salazar. É este o fundamento para, centrados na experiência de treze anos de guerra colonial - e sabe-se que a guerra exige, em simultâneo, força de convicções e profissionalismo -, termos procurado discernir sobre as causas, o empenho e as aspirações do povo português, por contraponto à experiência dos povos colonizados da África Portuguesa.

Não se pode dizer que, tanto quanto foi possível apurar, Portugal em face do entusiasmo com que se envolveu na guerra tenha sido um exemplo de obstinação, em todo o caso, parece justo considerar-se que o cepticismo geral perante a guerra favoreceu o natural curso do conflito, com a profunda vantagem de obviar a mais graves e danosas perdas para o país do que aquelas que só de uma forma muito optimista se poderia de esperar.

Talvez tenha sido essa lucidez que induz cada um dos homens a preferir a paz à exploração das riquezas do seu vizinho: a essência mais pura da liberdade e da maturidade das relações entre dois povos.

Abstract

Militarisms, “Parapolitics” and Popular Profiles in the Genesis and (De)consolidation of the 3rd Portuguese Colonial Empire, attempts to reflect upon the reasons that led Portugal to insist on building an Empire in Africa, even though reason recommended the opposite.

All seems to point out to a compromising, rather than rational, resistance, similar to that urge that one finds in the heir that, after loosing all his possessions, forgets to invest in himself and decides to grub up the woodland that he believes to posses somewhere, so as to recover profitable incomes from his fertile land. However, in the case of the Portuguese people, this resolve was not authentic but rather imposed by Salazar. This is the reason why, focussing on the thirteen years of colonial war – and one knows that war demands for convictions and professionalism – we endeavour on the search for the causes, the commitment and the aspirations of the Portuguese people, in contrast to the experience of the colonised peoples of Portuguese Africa.

As far as one can determine, when considering the enthusiasm with which Portugal became involved in the war, one cannot say that it represents an example of perseverance. Nonetheless, it seems fair to consider that the general scepticism regarding the war favoured the natural course of the conflict, with the significant advantage of preventing even more serious and harmful losses to the country, when comparing the losses that only the most optimistic could expect.

Perhaps this is the lucidity that induces each man to prefer peace to the exploitation of the wealth of one’s neighbour: the most pure essence of freedom and of maturity in the relationship between two peoples.

Résumé

Militarismes, "Parapolitiques" et Profils Populaires dans la Génèse et (Dé)consolidation du 3ème Empire Colonial Portugais représente un effort de réflexion sur les raisons qui amenèrent le Portugal à persister à construire un empire en Afrique, et cela alors même que la raison suggérait le contraire.

Tout semble indiquer une résistance plus étrange que rationnelle, comme la motivation que l'on peut rencontrer chez l'héritier qui, après avoir presque tout perdu — et oubliant de prendre soin de lui-même — décide de s'accrocher à quelques arpents de terre aride qu'il possède encore, en pensant résupérer ainsi le revenu des terres fertiles.

Toutefois, dans le cas du peuple portugais on remarque une spécificité: cette détermination n'a pas été authentique mais plutôt dictée par Salazar. C'est cette détermination qui sert de fondement au fait de, à partir d'une étude centrée sur l'expérience de treize ans de guerre coloniale — et l'on sait que la guerre exige, simultanément, force de conviction et professionnalisme —, chercher à discerner les causes, l'engagement et les aspirations du peuple portugais, en contrepoint avec l'expérience des peuples coloniaux de l'Afrique portugaise.

Il n'est pas possible d'affirmer, dans la mesure où cela a pu être déterminé, que, compte tenu du peu d'enthousiasme avec lequel il s'est engagé dans la guerre, le Portugal ait pu représenter un exemple d'obstination. Il paraît cependant juste de considérer que le scepticisme général face à la guerre a favorisé le cours naturel du conflit, avec l'avantage considérable d'éviter de plus graves et dommageables pertes pour le pays que celles qui seraient à attendre d'une forme d'agir beaucoup plus optimiste.

A peut-être opéré ici une lucidité qui conduit les hommes à préférer la paix à l'exploitation des richesses de ses voisins: l'essence la plus pure de la liberté et de la maturité des relations entre les peuples.

Dedicatórias e Agradecimentos

Por vezes a procura pela verdade surpreende-nos com becos ou até o abismo. Os becos dispõem da propriedade de nos fazerem inflectir o que supúnhamos ser o caminho, e fazem-nos regressar mais velhos, mais cansados, mas também mais experimentados. O abismo não sabemos o que nos faz, sabemos apenas que não nos faz regressar.

Por esta dupla ordem de razões, a felicidade pela realização deste trabalho é também dupla. E, sendo-o, deve ser partilhada com quem a tornou possível, nomeadamente, o corpo docente reunido pela Universidade Fernando Pessoa para a realização deste Mestrado e, com um redobrado apreço, a Professora Doutora Judite Freitas pela sua esmerada orientação.

Há também uma dedicatória que se impõe. Propus-me fazer este Mestrado por um conjunto de circunstâncias, mas sobre todas elas pesou, sobremaneira, o entusiasmo contagiante da minha família. É pois à minha família e, de uma forma muito especial, a um soldado que nunca o desejou ser, a quem dedico este trabalho.

Foi por esse soldado, que nunca compreendeu porque a guerra lhe roubara três anos de vida, que procurei por essa resposta. Foi também com ele que alimentei o sonho de realizar este Mestrado e, pese embora, em presença nunca mais poder beneficiar da sua crítica, guardo em minha memória as suas lições de experiência feita e é à sua memória que dedico estas páginas.

Esse soldado é o meu pai.

Índice

INTRODUÇÃO	1
1- A GÉNESE E CONSOLIDAÇÃO DO 3.º IMPERIO COLONIAL	4
1.1- O Grito de Ipiranga	4
1.2- Destino: África	7
1.3- A Colonização Republicana na 1.º Guerra Mundial	13
1.4- Entre Guerras, Portugal Um Estado Novo	17
1.5- A Política Colonial Africana	19
2- A ÁFRICA PORTUGUESA, UM REINO SILENCIOSO	22
2.1- O Cacau de S. Tomé e Príncipe	22
2.2- A Administração do Problema Colonial	25
2.2.1- O Primeiro Acto Colonial	25
2.2.2- O Segundo Acto Colonial	28
2.2.3 – Vulgata Luso-tropicalista	34
2.3- As Aventuras Oposicionistas Aquém-mar	37
2.3.1- O General Norton de Matos	37
2.3.2- O Capitão Henrique Galvão	40
2.3.3- O General Humberto Delgado	42
2.3.4- O Regresso do Capitão Henrique Galvão	46
3- A ÁFRICA PORTUGUESA EM GUERRA	49
3.1- Angola	49
3.1.1- A Deflagração do Conflito	49
3.1.2- Portugal, os EUA e o Mundo	53
3.1.3- Armas para a Guerra	57
3.1.4- A Gestão da Guerra	61
3.1.4.1- Contra-insurreição Para-popular	66
3.1.4.2- O Ódio Bakongo e a Amizade com a UNITA	71
3.1.4.3 – As Flechas Envenenadas dos Bosquímanos	76
3.1.4.4- Desnorte da Fronteira Norte	79
3.2.- Guiné	84
3.2.1- A Deflagração do Conflito	84
3.2.2- A Abordagem Spinoquista do Conflito	87
3.2.3- A Operação Mar Verde	90

3.2.4- A Solução Política	96
3.3- Moçambique	100
3.3.1- A Deflagração do Conflito	100
3.3.2- A Operação Nó Górdio	104
3.3.3- O Regresso à Guerra de Patrulha	109
4- A DESCONSOLIDAÇÃO DO 3.º IMPÉRIO COLONIAL	113
4.1- A Revolução: 25 de Abril de 1974	113
4.2- A solução do Problema Africano	121
4.2.1- Guiné	124
4.2.2- Moçambique	125
4.2.3- Angola Independente	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
BIBLIOGRAFIA	140

Siglas e Abreviaturas Utilizadas

ARA - Acção Revolucionária Armada

Aginter-Presse - Agência Internacional de Imprensa

CEMGFA –Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas

CIA - Central Intelligence Agency

FAP – Forças Armadas Portuguesas

FNLA- Frente Nacional da Libertação de Angola

FNLG – Frente Nacional de Libertação da Guiné

FRELIMO - Frente para a Libertação de Moçambique

KGB – Komiter Gosudarstvennoi Bezopasnosti

MANU - União Nacional Africana de Moçambique

MFA – Movimento das Forças Armadas

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

OPVDC - Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil

OUA- Organização da Unidade Africana

OSS- Office of Strategic Services

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCP – Partido Comunista Português

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

SID - Servizio Informazione Difesa

TE's – Tropas Especiais

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI - União Africana de Moçambique

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA –União das Populações de Angola

UPNA – União das Populações do Norte de Angola

VCEMGFA - Vice-chefe do Estado-maior General das Forças Armadas

Introdução

No âmbito do Mestrado em Relações Internacionais, foi-me dada a oportunidade de desenvolver uma dissertação sobre um tema que estabelecesse uma relação de compromisso entre os objectivos do curso e o interesse académico e pessoal do autor, escolhi o passado colonial português, sob a capa: *Militarismos, “Parapolíticos” e Perfis Populares na Génese e (Des)consolidação do 3.º Império Colonial Português*.

Parece que houve um povo que um dia escolheu cortar o seu destino em dois e separar por um abismo, e algumas pontes, aquilo que havia sido até então, daquilo que haveria de ser no futuro. Desde essa data, esse povo raras vezes parece ter olhado o que ficara para trás, e nunca o tempo suficiente para que se arrependesse. Esse povo é o povo português.

Em verdade, a percepção comparativa que os portugueses experimentaram nos tempos que se seguiram ao fim do Império, também não lhes proporcionaram especiais razões para lamúrias, salvo o sentimento a que só os portugueses chamam saudade.

O Terceiro Império Colonial Português habita esse baú de lembranças. Antes dele já havíamos perdido outros dois Impérios, Primeiro o do Oriente, Segundo o do Brasil. Hoje, são ainda muitos os que se recordam do Império Africano, mas menos os que ainda lhe procuram as razões: *3.º Império Colonial, porque cáiste?*

Este trabalho procura por essa resposta e na oportunidade ouvirá os protagonistas. Afinal, raras as vezes, em especial quando a história evolui demasiado rápido, os protagonistas logram sobreviver para testemunhá-la. Procuraremos, pois, pelo seu contributo, assim como pelo contributo de outros autores mais ou menos externos à questão, por forma a obtermos uma amostra bibliográfica suficientemente elucidativa e, na dimensão da sua proporcionalidade, igualmente enriquecedora. Neste nosso percurso investigativo procederemos ao levantamento de diversas fontes bibliográficas, designadamente, estudos monográficos entre os quais várias dissertações académicas, artigos em revistas científicas, resenhas militares onde constam dados estatísticos que se afigurem fundamentais para justificar algumas das nossas asserções. Teremos igualmente em atenção relatos biográficos, seguindo um critério de análise crítica e interpretativa. E, por fim, biografias. Deste modo,

intentaremos valorizar o testemunho de alguns dos protagonistas, sem que com isso se exclua o contributo de outra historiografia coeva e alicerçada em bases científicas.

Não se procura esgotar a temática, ou desenvolver um trabalho enciclopédico, até porque com probabilidade não encontraríamos o fim. Em verdade, este trabalho também não o procura, porquanto não tem por intenção impor uma verdade absoluta e universal, mas quão muito apontar na sua direcção. Fá-lo-á centrado sobre o social e o político, isto é, sob a lente da sociologia do poder. Nesta medida, sobrepor-se-á o homem ao económico, pois, não se visa uma análise centrada nas consequências económicas do conflito, mas tão-somente explorar o seu lado mais humano.

Nesse enredo temático poderá haver uma ténue, mas perceptível, áurea de segredo, porquanto alguns episódios e acontecimentos da nossa história, quiçá os mais interessantes, permanecem ainda no domínio do inexplorado. Este óbice constitui também um dos desafios maiores à dinâmica das Relações Internacionais, no período em estudo, e aponta para uma difícil gestão de conluios, jogos e alguns interesses inconfessos. As energias que Portugal emprestou à encruzilhada Africana confluem nesse complexo mundo, escasso de provas e rico de opiniões, algures entre o político, mais ou menos diplomático, e o militar, este mais pragmático. De permeio, há um povo de aquém mar e outro de além, que lhes ensinaram serem um só de direitos e deveres, e ambos deverem obediência a um só “Senhor”, mas de forma e por motivos diferentes, ou talvez nem tanto. Uns e outros serão os protagonistas desta história. Tentaremos perscrutar-lhes algumas das “dores” que sentiram, da realidade que viveram e dos sonhos a que preço alimentaram: *sozinhos ou com aliados?*

As páginas que seguem intentam discernir um pouco sobre o quão o Mundo que o português criou seria rico de virtudes, generoso e bom, mas igualmente pobre, quaisquer que fossem as suas riquezas. Procuram pelos achaques políticos, as intrigas, o dinheiro e a falta dele. Procuram compreender o que é ser um povo colonizado, o que é ser um povo colonizador e o que é a guerra.

Este trabalho não ambiciona emendar esse Mundo, nem tem a presunção de corrigir esses povos, que parecem falar uma mesma língua, mas nem sempre no mesmo tom. Em verdade, basta-lhe tentar compreender. Por isso mesmo, este trabalho dirige-se à consciência

dos homens bem formados. Só ela, mais até que a razão, poderá compreender o Mundo em toda a sua extensão. Claro que se esta abordagem se satisfizesse com as exigências da *realpolitik*, bastar-lhe-ia o recurso à razão pura e simples, é através dela que o senso comum tende a partilhar o pesar pelos que perecem física e/ ou psicologicamente, ao mesmo tempo que diz: ser a morte de uns a segurança dos outros, e a guerra o meio para prevenir a paz. Mas dessa forma, continuaria por expor a forma como a geoestratégia e os múltiplos interesses em jogo colidem com o sentimento dos povos e dispõem das suas vidas.

A Guerra Colonial dispôs da vida dos Portugueses durante treze anos e distribuiu-os por três frentes de combate, todas elas demasiado distantes e diferentes. Os que lhe fugiram, despediram-se da família *sine die*. Os outros haveriam de regressar, talvez, um dia. A questão é: ***se as nossas tropas tentaram antecipar esse dia pela vitória, ou se simplesmente esperaram?***

Este trabalho é composto por quatro partes distintas. Uma primeira, onde se procura, a partir duma exposição forçosamente sucinta acerca do contexto envolvente à “gênese” do 3.º Império Colonial, encontrar a razão porque Portugal se decidiu por esse projecto. Uma segunda onde se abordam alguns aspectos da gestão colonial, por dicotomia entre a realidade africana e a metropolitana, aqui vincando como exemplo central a exploração do cacau de S. Tomé e Príncipe, que, curiosamente, não foi placo de guerra no sentido estrito do termo. Uma terceira parte, onde se analisa o estado de guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique. E, por fim, uma quarta e última parte, onde são adiantados alguns dos principais factores que proporcionaram a transição para a democracia na metrópole e a subsequente pacificação daquelas três colónias, de que resultou a “Desconsolidação” do Terceiro Império Colonial.

Os que vencem a obscuridade dizem ser o segredo do sucesso as decisões certas, e o segredo das decisões certas a experiência, e o segredo da experiência as decisões erradas. Se assim for, as páginas seguintes procuraram encontrar a luz perseguindo as trevas ou, mais sensata e comedidamente, poderão pedir que se abra a janela e então reflectir: *mehr Licht!*¹

¹ Do alemão, “*mais Luz*”, (trad. própria).

1- A Gênese e consolidação do 3.º Império Colonial

1.1- O Grito de Ipiranga

O Brasil representou, durante muito tempo, um Novo Mundo. Um mundo imaginário, repleto de riquezas (Monteiro, 1991: 43). Um mundo de prosperidade, sucesso e felicidade de toda a ordem, sempre assim o fora, e era-o de uma forma muito especial no início do século XIX.

Nesses anos de liberdade, igualdade e fraternidade, no “Velho Continente”, mais precisamente, em França, muitos perderam a cabeça, no sentido mais literal do termo. E as relações França *versus* Inglaterra não sendo mais lúcidas, colocaram à política externa portuguesa problemas paradoxais. Se capitulássemos ao ultimato inglês perderíamos Portugal para os franceses e os espanhóis, e em alternativa perderíamos os negócios e todas as possessões do Reino, Brasil inclusive, para os ingleses (Couto *in* Albuquerque, 1989: 308). A dependência económica do Brasil não nos consentia a segunda alternativa e a primeira equivaleria à capitulação. Pensámos então, com a argúcia diplomática que as pequenas nações melhor cultivam, dizer “Sim” aos Franceses e simular “Não” com os Ingleses. Porém, durou pouco a simulação, tão-só o tempo dos franceses descobrirem e num mês atravessarem a Espanha, que se lhes juntou, e invadirem-nos (Saraiva, 1993: 301-303).

Portugal optou por não opor resistência militar à invasão francesa. Bem pelo contrário, recebeu os franceses e assistiu, de algum modo, impávido e sereno aos excessos revolucionários. Julgava-se que se deveria esperar por uma oportunidade. Mas a seu tempo os hábitos revolucionários foram-se tornando mais brandos, e isso seduziu: 1) a nobreza pombalina, 2) metade da Universidade de Coimbra e a jovem magistratura, 3) os burgueses e os negociantes, 4) o clero secular e até o povo, menos “roubado” pelos franceses do que pelo fisco e os antigos senhores. De modo que o país foi-se acomodando aos franceses. Só mais tarde, depois da revolta dos espanhóis e da presença do exército inglês (1808-1814) terem recuperado a desagradável e incómoda imagem do invasor, é que os portugueses se decidiram a recuperar os ideais da pátria e da independência (Saraiva, 1993: 323-324).

Mas chegados a essa altura, o ultimato francês já havia produzido os seus efeitos:

Ou Portugal há-de fechar os seus portos aos Ingleses e correr o risco de perder por algum tempo a posse das suas colónias, ou o Príncipe Nosso Senhor, abandonando o seu reino na Europa, ganhado e conservado pelo suor dos seus antepassados, irá estabelecer no Novo Mundo uma nova monarquia que, bem que possa vir a ser um império da maior consideração, produzirá uma semelhante medida a maior de todas as revoluções no sistema geral político (Saraiva, 1993: 300-301).

Com efeito, a fuga do Rei e da sua corte para o Brasil, haveria de significar um Império da maior consideração, mais até do que Portugal. As benesses do ouro, dos diamantes, do tabaco e do pau-brasil podiam comprar todos os luxos, e o Brasil tudo comprava. A corte governava sob a regra de que o povo deve estar sempre ocupado em coisa útil ou deleitosa, para evitar a ociosidade e os vícios da mistura e, quando assim é, não faltavam festas, nem motivos (Serrão, 1989: 532-533). O Brasil era religioso e cada fazenda, aldeia ou cidade, tinha um patrono e vários arraiais (Tavares, 2000: 98). O Brasil era também uma “potência” sem rivais. A Espanha e a França eram inimigos poderosos na Europa, mas para se oporem ao Brasil faltava-lhes poder marítimo (Macedo, 1987: 368). De modo que o Brasil invadiu a colónia Francesa da Guiana e do Uruguai, e admitia inclusivamente a possibilidade de anexar toda a América Espanhola (Saraiva, 1993: 323; Couto *in* Albuquerque, 1989: 317). Na origem desta hegemonia estava um convénio secreto assinado um mês antes da invasão francesa com os ingleses, mediante o qual a França não teve como evitar a fuga da família real e, com ela, duma armada composta de 15 de navios e 756 peças de artilharia (Couto *in* Albuquerque, 1989: 311-312; Brandão, 2002: 175-176).

Neste cômputo, é fácil compreender, que quando em 1814 desapareceu a ameaça das tropas francesas, a dificuldade da coroa portuguesa em regressar parecia maior que a própria fuga. Pois, agradando aos portugueses desagradaria aos brasileiros, e era grande o interesse dos ingleses pela independência do Brasil, mormente, pelo livre acesso às matérias-primas a preços concorrenciais. Pensou-se, então, considerar o Brasil em tudo igual a Portugal e, assim, formar um só reino e corpo político. Porém, o Brasil já não era igual a Portugal, mas em tudo superior. Portugal havia-se tornado pobre e em desordem em toda a sua extensão e se era grande a preocupação da Coroa pelo povo de aquém mar, o certo é que ainda assim insistia para que lhe enviasse maiores rendas. Por contraponto, Portugal sentia-se - como as colónias -

um subalterno, governado por leis distantes indiferentes aos seus problemas, e não escondia o descontentamento que o conduziria ao Grito de Ipiranga: a primeira Revolução Liberal (Couto *in* Albuquerque, 1989: 314-321).

Aturdido pelos rápidos desenvolvimentos que contagiaram o Brasil, o Rei D. João VI decidiu-se a regressar, confessando ao seu filho: “*Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, antes que seja para ti, que me há-de respeitar, que para algum desses aventureiros*” (Castilho, 1900: 17). A mensagem do estadista, que algumas fontes desmentem, não parece diferir das palavras do pai, ainda que a vontade do pai já não fosse a vontade de Portugal. Os novos arranjos políticos, salvaguardando a distância da Coroa, subordinariam a vontade do monarca à Constituição e o verdadeiro soberano seria o congresso, com representação proporcional de todos os cidadãos do Reino e sede em Lisboa. Desta regra distributiva resultaram 100 deputados do Reino e 66 do Brasil. Porém, quando chegaram os deputados brasileiros, as leis de base já estavam aprovadas. As demais haveriam de servir o interesse económico de Portugal. E a própria nomeação de D. Pedro como Príncipe Regente do Brasil, em face da sua indomável personalidade, era pelo Congresso tida como um processo a rever, contanto o Príncipe não conseguisse aprender o primado do interesse de Portugal (Saraiva, 1993: 357-364).

Deste duelo, resultou que D. Pedro, em 7 de Setembro de 1822, declarou a independência do Império do Brasil e em reacção Portugal reclamou guerra (Brandão, 2002: 190). O Rei resistiu a todos os argumentos em favor da guerra e escassos meses depois, por contragolpe, reverteu os papéis constitucionais em seu favor. Pensava-se então que o pai persuadiria o filho e restabelecer-se-ia a unidade do Reino. Porém, não era essa a vontade do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa (Couto *in* Albuquerque, 1989: 323).

Para evitar que a perda do Brasil fosse facto consumado, Portugal ainda ofereceu à Inglaterra, como contrapartida do seu apoio, a fiel aliança aos seus interesses, o comércio do Brasil como mãe-pátria e, para que não precisasse recear o seu poder nascente, o domínio sobre o Brasil e a possibilidade de o retalhar. Os termos da proposta correspondiam ao que se sabia ser o interesse inglês por Estados frágeis e “mal preparados”, dispostos a trocar matérias-primas por mercadorias em condições leoninas (Macedo, 1987: 368). Porém, embora tentadora, a proposta era extemporânea. Os Estados Unidos já haviam reconhecido a

independência do Brasil e, por conseguinte, ganhavam vantagem no estreitar de relações comerciais (Brandão, 2002: 193). De modo que a Inglaterra não estava em condições de esperar, ou poder arriscar (Saraiva, 1993: 371).

Neste cômputo, em 29 de Agosto de 1825, Portugal não teve outra alternativa senão reconhecer a independência do império do Brasil ou, pela inversa, resignar-se ao fim da sua dependência: “*Pobre Portugalório!*” (Antero de Quental *cit. in* Maltez, 2005a: 470).

Restava África.

1.2- Destino: África

Numa primeira fase, embora o apelo para escapar à miséria fosse forte, África estava longe de despertar qualquer interesse. África era mesmo considerada uma “*terra de degredo*” (Alexandre *in* Pinto, 2005: 73). Em 1846 em Angola existiam 1832 brancos, dos quais apenas 231 se haviam aventurado além de Luanda, e a principal motivação para ali permanecerem era o contrabando de escravos para o Brasil, que prolongar-se-ia pelo menos até 1888. Em Moçambique a situação era idêntica (Labourdette, 2003: 520-521). Os portugueses que ainda dispunham de alguns bens com que corromper o pessoal consular – as elites dominantes exigiram do Estado entraves à emigração por forma a sustentar o aumento da massa salarial -, quase todos beirões e minhotos, sonhavam antes com o Brasil (Martins, 1978: 226-227). E para Portugal ainda bem que assim era, pois, se por acaso escolhessem África isso implicaria uma sobrecarga do orçamento com a defesa e a segurança, enquanto que por contraponto as remessas da emigração para o Brasil, apesar de muitos regressarem como partiram, acabaram por ajudar o país a pagar os últimos “delírios” do Portugal Monárquico (Mendes, 1988: 305-307). Chegava até a ser irónico, mas graças à “*escravatura branca*”, dizia-se nunca ter sido o Brasil tão lucrativo como quando deixou de ser colónia (Herculano *cit. in* Saraiva, 1993: 440-441).

Seria, contudo, errado considerar que Portugal não nutria qualquer interesse por África, porque logo após a independência do Brasil ganhou força em Portugal a ideia de construir um novo império na África austral, alguns sectores consideravam mesmo que a construção dum novo Brasil a partir das feitorias de Angola e Moçambique seria condição *sine qua non* da

independência (Labourdette, 2003: 519-520). Além disso, quando o Império do Brasil cogitou instigar as demais colónias portuguesas para que se lhe juntassem num novo Império, tudo fizemos para que não conseguisse reunir o apoio externo que lhe permitisse ir mais além (Alexandre *in* Bethencourt, 1997: 54-55). Mas esse interesse por África era mais teórico que real. Só assim sendo se consegue perceber que representando, para o ano económico de 1867/68, a despesa autorizada com a administração militar do ultramar mais de metade dos rendimentos públicos orçamentados, aquela verba se consumisse com um número desproporcional de oficiais e os nossos soldados tivessem de lutar nos trópicos com roupas de lã e couro, e com uma pederneira como arma, o que só por si explica as dificuldades que as nossas tropas sentiram sempre que se confrontaram com tribos com uma forte tradição guerreira, caso dos zulus watusi, também conhecidos por vátuas, que habitavam o centro e o sul de Moçambique e que eram liderados por Gungunhana (Selvagem, 1991: 583-680; Marques, 1998: 230-231).

O interesse de Portugal por África, apenas se tornou efectivo quando o risco de perder o legado dos seus antepassados para a concorrência europeia se tornou real. Só então, três séculos depois de Diogo Couto ter esboçado pela primeira vez a ideia dum Império em África, portanto, já às portas da Conferência de Berlim, Portugal se decidiu a gizar algo parecido com uma estratégia para em definitivo consumir a posse de África (Saraiva, 1993: 462-463). Não se pode dizer que tenha seguido uma estratégia completamente inovadora, pois, o recurso ao pretexto filantrópico como motivo da acção colonial, a chamada “*colonização moderna*”, já havia sido pensada e executada pela Bélgica e Alemanha (Leroy *cit. in* Brunschwig, 1972: 21-25; Rita, 1959: 45-46). Mas foi sem dúvida uma estratégia realista, sobretudo, como, numa forma concertada, procurou aliar o mérito da acção filantrópica à eficácia da acção militar.

Por um lado, a Sociedade de Geografia de Lisboa (doravante SGL), com o apoio do movimento republicano e o interesse financeiro de alguns industriais, foi capaz de promover um vasto conjunto de iniciativas arrojadas, visando: 1) completar o mapa de Angola a Sul para depois se fazer a travessia de costa a costa (1884-85); 2) submeter a Lunda ao domínio português, de modo a conter as pressões de Stanley na bacia do Congo (1884-87); 3) percorrer o Sul do Niassa, para combater a influência das missões escocesas no lago Niassa e da Alemanha a norte do Rovuma (1885- 86); 4) criar, com a participação de capitais privados, várias “estações civilizadoras” na zona de influência portuguesa, ao longo de uma farta

extensão de terra, que estender-se-ia de Angola a Moçambique (1881); e 5) melhorar a cartografia militar (Garcia, 2003: 27; Labourdette, 2003: 521).

Por outro, e pela primeira vez em muitos anos, foi dotado o exército colonial do efectivo, armamento, fardamento e tática militar adequados para que conseguisse subjugar, com o desempenho próprio dum exército europeu, todas as tribos que se lhe opusessem, o que implicou: uniformes de algodão, linho e caqui; espingardas Enfields-Richards, Snider e Kropatschek; metralhadoras Nordenfelt e depois Hotchikiss; canhões Gruson, Hotchiss e Kru de Montanha; foguetes Congrève para incendiar povoações; lanchas e canhoieiras; e o recurso à tática do quadrado empregue pelos franceses em Madagáscar e no Senegal e os ingleses no corno de África, o que deu às tropas portuguesas a faculdade de avançarem em duas colunas duplas, separadas entre si 50 a 60 metros, no meio das quais seguia a artilharia e o material logístico. Esta disposição não só facilitaria as operações de marcha, descanso e combate, como também evitaria que os nossos soldados sofressem emboscadas, na medida em que patrulhas móveis, a cavalo ou a pé, batiam o terreno envolvente.

Como facilmente se deduz em face desta dotação de meios, a superioridade das tropas portuguesas sobre as tropas africanas foi, finalmente, uma fatalidade. A Maza-Maza, uma espécie de água benta que protegia os africanos das balas, pouco podia em frente das kropatschek e dos kru (Pélissier, 1997: 286). Assim, apesar da conturbada experiência governativa que marcou o século XIX português, e de *a priori* Portugal, se comparado com outras potências Europeias, não reunir os maiores argumentos, se o critério da distribuição de África fosse a superioridade militar face aos indígenas, África pertencer-nos-ia (Serrão, 1991: 678-699).

Contudo, a esta altura dos acontecimentos, a luta pela posse de África, deixara de se consumir numa mera questão de superioridade militar face aos indígenas, para implicar um complexo jogo de interesses contraditórios. Londres sentia-se acoçada pela França no Egipto e no vale do Nilo, pela Alemanha na Togolândia e Angra Pequena, e por outras potências Europeias nas bacias do Congo e do Níger. Londres sentia-se também cada vez mais isolada, e embora preservasse a aliança com a Alemanha, era-lhe difícil conviver com o apoio de Bismark às pretensões Francesas no Egipto e no Sudão. Por sua vez, Bismark reconhecia que esticava a corda, mas acreditava que no que dependesse dos ingleses ela nunca rebentaria, e

quanto maior fosse a tensão que lhe incutisse, maior seria o apelo à negociação. Alemães e ingleses pareciam estar apenas de acordo numa coisa: incitar as tribos locais a revoltarem-se contra nós (Marques, 1998: 231).

Face a esta delicada teia de interesses, facilmente se percebe que o momento estava longe de ser o mais favorável às ambições portuguesas. Pois, a menos que nos satisfizéssemos com o que nenhuma das outras potências quisesse, ao obtermos o apoio de apenas uma das partes, automaticamente ficaríamos em dificuldade face às demais. Foi precisamente isso o que veio a suceder em consequência directa do apoio de Londres às nossas reivindicações sobre a foz do Congo. Mas o mais grave nem foi termos ganho o apoio dos ingleses por troca com a contestação alemã. O mais grave foi não termos qualquer apoio, pois, os ingleses nunca sequer ousaram defender o tratado que conosco assinaram em 1884 (Marques, 1998: 221). Em boa verdade, limitaram-se a usá-lo como moeda de troca para o reconhecimento dos seus direitos sobre as zonas vitais do Egipto e da costa do Índico a sul de Moçambique. E na Conferência de Berlim (1884), ao invés de defenderem ao nosso lado o direito histórico do descobridor, preferiram defender que o único critério da posse de África seria “*a existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos*” (Saraiva, 1993: 462; Alexandre, 2000: 153-155).

Ora, com a questão colocada nestes termos, Portugal para que conseguisse realizar o sonho de “*criar um novo Brasil em África*”, teria que ocupar, ainda que minimamente, o território entre Angola e Moçambique (António Enes *cit. in* Homem, 1998: 97). Mas sem verbas e sem gente, era demasiado tarde para que o conseguisse por antecipação às demais potências europeias, nomeadamente, a Inglaterra (Marques, 1998: 221). Marcello Caetano, revê este período, como um período marcado pela ameaça, de a todo o instante, os territórios coloniais dum dado Estado, serem invadidos e disputados pelos demais (Caetano, 1965: 117-118). Neste contexto, restava-nos apenas uma possibilidade de último recurso: tentar condicionar a oposição inglesa mediante uma aproximação diplomática à Alemanha e à França.

Pensada a estratégia, logo em 1885, começaram as negociações com a França e a Alemanha para delimitar as fronteiras com os territórios portugueses. O tratado com a França foi assinado em 1886 e nele constava como anexo a primeira versão oficial do Mapa Cor-de-

Rosa. E no ano seguinte, um acordo de igual teor, foi firmado com a Alemanha (Marques, 1998: 222). Porém, Portugal apenas havia obtido dos franceses e alemães, a garantia de que se não oporiam à concretização daquele mapa, o que sendo positivo, não era *per se* condição suficiente para o interpretarmos como um trunfo face uma provável oposição inglesa. De resto, quando publicamente informada, a Inglaterra não fez segredo do seu desagrado e, de imediato contestou o reconhecimento francês e alemão, alegando que de nada valiam, pois aquelas potências nunca tiveram interesses na zona (Labourdette, 2003: 522).

Portugal não ignorava os avisos que lhe chegavam e reconhecia inclusivamente a necessidade de negociar um acordo idêntico com a Inglaterra, mas pensava que o poderia fazer melhor, se aproveitasse o atraso inglês no controlo efectivo das áreas disputadas, ou seja, se negociasse mais tarde. Nessa altura, pese embora a Conferência de Berlim lhe reconhecer a propriedade de África porque efectivamente a possuía, Portugal pensava estar em condições de obter o acordo com a Inglaterra oferecendo-lhe em troca o país dos Matabeles (Norte do Transval), mas nunca o sul do Niassa ou a zona do planalto de Manica. A diferença de opções residia tão-só na necessidade de impedir a Inglaterra de: 1) cortar a ligação costa a costa, 2) reclamar a livre navegação no Shire e Zambeze e 3) retalhar Moçambique.

Tendo em vista aquela estratégia, Portugal intensificou fortemente as suas expedições entre 1888 e 1890, visando directamente as zonas de interesse estratégico para as negociações. E numa intensa corrida contra o tempo, assinou dezenas de tratados de vassalagem com os chefes locais e, conforme se havia proposto, possuiu primeiro África (Serrão, 1991: 680). Nesta altura, as potências da Europa - Portugal inclusive -, como disse Luís Vieira de Castro, encontravam-se dominadas pela política de expansão colonial e manifestavam-se convencidas de que o sucesso das operações coloniais necessitava de rapidez e desprezo pelos valores morais (Castro, 1941: 89).

Portugal, por intermédio de Ministro Barros Gomes, conjecturava ao nível diplomático uma estratégia especialmente hábil. Por um lado, procurava convencer Bismark do interesse em entregar a zona central a um terceiro poder, que bem poderia ser Portugal, pois desse modo criaria uma comunidade de interesses que obrigaria a Inglaterra a cedências mútuas. Enquanto que, por outro lado, procurava retirar à Inglaterra o controlo do caminho-de-ferro de

Lourenço Marques. Para levar avante essas intenções, o Ministro Barros Gomes arranhou como pretexto a expropriação da companhia inglesa que o controlava e, de seguida, assinou um acordo de tarifas com o Transval, traçou a linha da fronteira moçambicana, e iniciou a construção do troço da linha férrea com capitais holandeses e alemães. Mas o que Barros Gomes não sabia era que por culpa do espião que tinha no seu próprio gabinete, a Grã-Bretanha estava avisada não só das suas acções como também das suas intenções. De modo que em devido tempo, numa clara estratégia de bloqueio e antecipação, contando com o apoio dos Estados Unidos da América (EUA), a Grã-Bretanha exigir-lhe-ia que uma arbitragem internacional decidisse do mérito da expropriação.

Barros Gomes, embora admitisse que uma resposta negativa provocasse uma escalada de tensão na relação com a Grã-Bretanha, acreditava que não tendo a Grã-Bretanha porque duvidar de algo mais substancial, não havia motivo para reear o pior, pois, como poderia um incidente menor colocar em causa uma aliança secular. Obviamente que, no pressuposto que a Grã-Bretanha desconhecia as suas segundas intenções, Barros Gomes estava provavelmente certo. O problema é que os ingleses sabiam. Por esse facto, a reacção do governo inglês chegou no dia 11 de Janeiro de 1890, sob a forma de um ultimato formal, apresentado ao governo português pelo representante britânico em Lisboa, e no qual se exigia que se enviassem instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas se retirassem do Chire e dos países dos Mokololos e Machonos (noroeste de Moçambique). E se assim não procedessem, seriam cortadas as relações diplomáticas entre os dois países, o mesmo é dizer, ou Portugal obedecia ou a Grã-Bretanha declararia guerra a Portugal (Saraiva, 1993: 465).

O Rei D. Carlos reuniu à pressa o Conselho de Estado e, salvo duas opiniões contrárias, todos concordaram que não havia alternativa, era preciso ceder. Os ingleses também o sabiam (Garcia, 2003: 32). O ultimato britânico provocou uma profunda consternação em todo o reino (Homem, 2001: 95-99). O coração do povo português, ainda que soubesse que nunca poderia vencer a Grã-Bretanha, recusou-se a aceitar a capitulação passiva da Coroa. Populares apedrejaram o Consulado Britânico, e outros propuseram-se acabar com as importações inglesas. Os cidadãos britânicos não encontraram mais ninguém para os barbear ... A estátua de Camões foi encoberta. Os professores recusaram ensinar o inglês. E a Academia de Coimbra declarou-se pronta a formar um batalhão de voluntários para “defender a pátria, para lutar, para vencer ou para morrer”. Como o verdadeiro problema

era a falta de meios bélicos para enfrentar a Inglaterra, e sobretudo a falta de dinheiro para os adquirir, criou-se uma “Comissão de Defesa Nacional” encarregada de abrir uma subscrição que permitisse comprar navios e armamento. As senhoras da sociedade renunciaram às suas jóias em apoio da Nação. E foi também por esses dias que no mesmo tom da Marselhesa, foi composta a letra e música d’ A Portuguesa (letra de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil), uma marcha patriótica que, anos mais tarde, a República adoptaria como hino nacional para que se levantasse de novo, o esplendor de Portugal. Apenas com uma pequena correcção, já não marcharíamos contra os bretões, mas contra os canhões (Labourdette, 2003: 522).

A Portuguesa

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!
Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!

1.3- A Colonização Republicana na 1.º Guerra Mundial

O descontentamento popular foi rapidamente incendiado e verbalizado pelo emergente Partido Republicano (1876) e, pese embora os perigos a que muitos republicanos se expuseram, não lhes foi difícil desacreditar o regime monárquico. Afinal, havia conduzido a Pátria à desonra, sem que nada fizesse para evitá-lo, e aos olhos do povo em nada se distinguiu do jesuitismo, da corrupção moral, do servilismo e dos privilégios das castas (Maltez, 2005a: 517).

Até à implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, a política colonial Portuguesa havia-se ocupado do que a Inglaterra lhe permitira. Assim, deteve-se a consolidar

o controlo das amplas zonas do litoral que o tratado de 1891 lhe reconhecia, e a estabelecer um modelo para a pacificação, administração e desenvolvimento de África. Andrade Corvo² havia-nos proposto isso mesmo em 1879. A sua estratégia objectivava que, por alternativa ao controlo interior do continente Africano, tentássemos obter o reconhecimento das fronteiras litorais. Argumentava Andrade Corvo que nos faltavam os recursos, pelo que a abertura aos capitais e iniciativa inglesa seria duplamente vantajosa, quer pela prosperidade, quer pela oportunidade política. Mas naquela altura, a sua voz destoava do sentir de outros sectores da Nação e, por conseguinte, era inaudível. Portugal encontrava-se demasiado embevecido pelos sonhos de grandeza, imaginava-se já Senhor dum grande Império no Centro de África, e observava a Inglaterra como uma potência em decadência, que não o impediria de seguir o seu destino (Alexandre, 2000: 149-150).

Portugal, aprendeu assim que para vencer, não bastava que cumprisse as regras do jogo, era também necessário que nunca se opusesse frontalmente a uma potência maior, salvo se estivesse firmemente apoiado pelas necessárias alianças. Este duro ensinamento influenciaria decisivamente toda a política colonial republicana. Desde logo, pela forma como, a todo o transe, procurou evitar o confronto directo com as potências ditas maiores. Mas, infelizmente, a paz ou a guerra, não dependiam apenas da sua vontade.

Portugal sabia que em 1912-1913, e antes disso em 1898, a Inglaterra e Alemanha mantiveram conversações secretas para decidir da partilha das colónias portuguesas (Serrão, 1991: 709; Alexandre *in* Pinto, 2005: 71). Portugal sabia que a Alemanha desdenhava de si pública e ostensivamente, e com uma tal agressividade, sobretudo na imprensa escrita, que nada fazia supor que sequer mantivéssemos relações diplomáticas (Marques, 1998: 250). Portugal sabia também que a Espanha integrava a esfera dos interesses alemães, e sabia que numa Europa maioritariamente conservadora e aristocrática, os seus interesses estavam de tal modo expostos que, se os quisesse defender, pouco poderia fazer salvo disfarçar-lhes a importância. Nestes termos, a política externa portuguesa continuou a cultivar as relações diplomáticas com os “Impérios Centrais”, indiferente a todas as intrigas e maledicências, pelo que no que dependesse de Portugal nada beliscaria as seculares relações de paz e sã

² Era adepto de um “expansionismo moderado em África”, sem ultrapassar os recursos disponíveis. A política colonial de Andrade Corvo corresponde ao “fontismo” no ultramar, com realce para o desenvolvimento das vias de comunicação, fundamentais ao incremento das actividades produtivas.

convivência com as potências europeias. Contudo, havia um crescendo de tensão, impossível de disfarçar (Teixeira *in* Pinto, 2005: 98). Os alemães protagonizaram inclusivamente alguns ataques em Angola e Moçambique, que não passaram de pequenas escaramuças, de carácter episódico, entretanto sanadas, mas que poderiam repetir-se e com mais gravosas consequências (Pélissier, 1997: 232-234).

Por conseguinte, quando rebentou a 1.ª Guerra Mundial, os republicanos reconheceram nela uma oportunidade histórica (Alexandre *in* Pinto, 2005: 71). Pensavam que a guerra seria rápida e resultaria numa vitória dos aliados. Se participássemos ao seu lado, poderíamos recuperar o prestígio internacional e, com ele, obter aliados fortes que nos protegeriam da cobiça de potências maiores. Aparte a receptividade, Portugal esperou pelo convite inglês, que viria a chegar em Fevereiro de 1916 sob o repto de que requisitássemos todas as embarcações alemãs ancoradas nos nossos portos – 70 navios alemães e 2 austrohúngaros (Marques, 1998: 250-253).

Todavia, e pese embora Portugal há muito esperar pela guerra, o facto é que não estava preparado. O nosso exército era, em tudo, diferente dos modernos exércitos europeus, de modo que precisava de treino e equipamento. Apesar da preparação ser intensiva, só nove meses depois da Alemanha nos declarar formalmente guerra é que o primeiro contingente de tropas portuguesas participaram dos combates. Por culpa do esforço de guerra, o inverno de 1916 foi marcado em Portugal pelo aumento do custo de vida e pela fome. Além da fome, 1917 seria marcado pelo envio de mais tropas para os campos de batalha em França e Moçambique, bem como pelas listas de mortos e feridos. Portugal, então governado por Afonso Costa, gozava dum grande prestígio internacional e cogitava uma situação favorável no futuro concerto das nações, mas o preço que o povo português era obrigado a pagar era absolutamente incomportável e, por conseguinte, gerava, sobretudo entre as massas urbanas: a Revolta (Rosas, 2004: 45-46).

A revolta sucedeu em 5 de Dezembro de 1917, e levou ao poder Sidónio Pais, que rapidamente concentrou nas suas mãos todos os poderes. Porém, os problemas que afligiam a “República Nova”, em nada diferiam da “Velha”, antes se agravando (Rosas, 2004: 45-46). A guerra havia-se complicado significativamente. As tropas que por cá ficavam, deveriam render as tropas expedicionárias, mas recusavam-se a fazê-lo. De modo, que os contingentes

que regressavam, não eram substituídos. E os que por lá ficavam encontravam-se nos limites de resistência física e psicológica. Talvez por o saber, na Primavera de 1918, mais precisamente no dia 9 de Abril, a Alemanha lançou contra as posições defendidas pelo Corpo Expedicionário Português (CEP), ou ao que restava dele, 8 Divisões de Infantaria em primeira linha, mais 4 Divisões de apoio e 7 de reserva. O assalto da infantaria foi precedido de fogo de artilharia pesada. Durante quase cinco horas, 1500 peças de artilharia pesada bombardearam as trincheiras portuguesas, foi aterrador:

Um milhar e meio de bocas de fogo a disparar, numa frente de uma dezena e meia de quilómetros, impõe tanto terror como o terramoto mais temível que se possa imaginar; de noite, o céu aparece como se a aurora estivesse para despontar; no ar sibilam os projecteis de forma diferente, em concordância com os seus calibres; a terra revolve-se a cada impacto, abrindo crateras com mais de vinte metros de diâmetro e engolindo homens e armamento com tanta facilidade como as ondas do mar lambem a areia da praia (Fraga, 2003: 118).

O Corpo Expedicionário Português (CEP) poderia escolher a retirada ou o martírio. A opção que fez imortalizou a Batalha do Lys, mas os que lhe sobreviveram foram tão escassos em número que o que sobrou do CEP extinguiu-se sob o comando inglês. Portugal perdeu em dois anos de participação na 1.ª Guerra Mundial 7908 homens, apenas menos 382 homens do que aqueles que haveria perder em treze anos de guerra colonial (Erich, 2003; Cann, 1998: 248-249). Por cá, a Pátria sofria com os custos da guerra: inflação, desvalorização monetária, dívida pública, pobreza, fome e, por cúmulo das partes, forte instabilidade política. Quando em 1919 a Guerra acabou, os que regressaram foram recebidos por um novo governo e um povo orgulhoso do seu estoicismo. A “Velha República” estava de regresso, mas ao invés da primeira, obra de intelectuais, esta seria obra de militares, bravos e corajosos, mas politicamente impreparados (Marques, 1998: 269).

Na Conferência da Paz de Paris, Egas Moniz e Afonso Costa, conseguiram que Portugal recuperasse Quionga, obtivesse o seu quinhão nas indemnizações de guerra e, finalmente, o reconhecimento da integridade territorial das suas colónias (Alexandre *in* Pinto, 2005: 71). Mas apesar dessas contrapartidas serem significativas, elas eram claramente

insuficientes quando comparadas com as privações que os portugueses por causa da guerra sofreram e haveriam de continuar a sofrer.

1.4- Entre Guerras, Portugal Um Estado Novo

O pós-guerra ficaria marcado por uma profunda agonia financeira e política. Apesar do Império Africano estar formado e ser reconhecido como tal, a metrópole definhava. Em 1920 os preços já haviam subido 4,52 vezes face a 1914, e em 1926 a diferença subiu para 26,5 vezes (Armando Castro *cit. in* Oliveira, 1989: 12; Mateus *in* Lains, 2005: 142). Por esta altura, as experiências políticas sucediam-se (obstruções parlamentares, indisciplinas partidárias, sublevações militares, interregnos ditatoriais, ameaças de restauração monárquica, e conspiração permanente), mas umas e outras fraquejavam face à escalada do custo de vida (Henri Massis *cit. in* Rebelo, 1998: 215; Leal *in* Carneiro, 2001: p. 500).

O povo face a tão hostis condições de vida, não se continha e as suas críticas ao coincidir com os sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, tornaram a ditadura uma solução a prazo (Alexandre *in* Pinto, 2005: 74). A Revolução de 28 de Maio de 1926, fundou em Portugal um Estado Ditatorial. A partir daquela data toda a divergência política era entendida como um atentado à ordem pública, e todas as suas manifestações foram terminantemente proibidas e reprimidas. Portugal tornou-se, por isso, um país de hábitos pacatos, pouco dado a questões políticas, ou dito doutra forma, um país treinado na obediência.

Neste período, embora já não se escutassem quaisquer queixas, ou até por isso, os gastos militares subiram muito para além do razoável. Este facto abriu as portas da governação ao professor de finanças da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, ao que terá respondido: “Sei muito bem o que quero e para onde vou”. A sequência de passos dados pelo estadista, pelo menos a nível interno, parecem confirmar o estado de certeza com que iniciou funções. Com efeito, os dois primeiros anos de governação bastaram para que saneasse as Finanças Públicas (1927/29) e, face àquele feito, ainda mais abrilhantado pela “grande depressão”, o país começou a reparar que por detrás da governação havia uma só cabeça pensante: Salazar.

Em 1932 Salazar foi promovido a Presidente do Ministério e, de imediato, impôs ao país o seu vigor político, fundando após plebiscito de 1933: o Estado Novo. Doravante e até que em 27 de Setembro de 1968 lhe faltassem as forças, a vontade de Portugal em nada destoaria da vontade de Salazar, inclusivamente nos caprichos, “manhas” e desconfianças (João, 2002: 91).

A política externa portuguesa escondia em si um grau de dificuldade extremo e havia um *dossier* em especial que absorvia e condicionava todos os demais: Espanha. A Espanha era nesta altura um verdadeiro barril de pólvora prestes a explodir. Salazar previra-o, e talvez por tanto reçar as consequências para a sobrevivência do regime, nunca se escusou em ingerir directamente na sua política interna. Para este interesse não era alheia a cooperação entre os opositores do Estado Novo e da ditadura do Primo de Rivera. Com efeito, quando no recôndito ano de 1923, após o fracasso do golpe militar, o Grande Oriente Francês se recusou a patrocinar a publicação do panfleto revolucionário “*Hojas Libres*”, foram categorizados mações Portugueses que a expensas próprias participaram da colecta a favor da República Espanhola (Boaventura, 1937: 64 *et passim*). Ora, claro está, que este apoio não era absolutamente desinteressado. De modo que era para Salazar altamente provável, que a Frente Popular Espanhola, após tomar o poder, na sequência da revolução de 14 de Abril de 1931, tudo faria para retribuir a ajuda que recebera (Teixeira *in* Pinto, 2005: 102). Salazar estava certo. Entre a Frente Popular Espanhola e a oposição portuguesa, havia um acordo secreto, instigado pela maçonaria francesa, denominado Pacto de San Sebastian, que estabelecia que uma vez implantada a República Espanhola, esta tudo faria para apoiar o derrube do ditador Carmona, o que tanto poderia implicar armas e munições, como até homens (Boaventura, 1937: 56, 60). O tom da imprensa espanhola apontava nesse mesmo sentido (Rodrigues, 1996: 42). E, por cá, a imprensa dizia que a Espanha havia sofrido uma revolução comunista, patrocinada pela maçonaria, o Judaísmo Internacional e a Rússia Soviética, mas o mesmo não haveria de suceder com o Estado Novo.

Neste contexto, não faltavam, pois, motivos a Salazar para que, após a vitória da Frente Popular Espanhola nas eleições de Fevereiro de 1936, optasse por comprometer Portugal num apoio ostensivo ao Generalíssimo Franco. Em Portugal, Franco encontrou empréstimos financeiros, apoios logísticos, livre trânsito de homens e até facilidades no recrutamento de voluntários (Teixeira *in* Pinto, 2005: 103). Salazar apostou na vitória de

Franco, mais até do que poderia, e ganhou, mas fê-lo por falta de alternativa e com fundado receio. Salazar sabia que nunca poderia confiar num homem que chegou a concominar com Hitler a anexação de Portugal a Espanha por troca com as colónias, e que já depois de haver firmado consigo o Tratado de Amizade e Boa Vizinhança, se deslocou a Hendaia com o objectivo de aquilatar da possibilidade de entrada da Espanha na Segunda Guerra Mundial (Oliveira *cit. in* Silva, 1989: 79; Teixeira, 2000: 173). E Franco também sabia que não podia confiar no amigo e bom vizinho Salazar, uma vez que todos os compromissos que Portugal mantinha com Espanha, estavam pendentes do prévio aval inglês, um adversário histórico de Espanha e, por esta mesma razão, um aliado estratégico de Portugal.

Contudo, quer Salazar, quer Franco, eram “mestres na arte de viver das aparências”, e estas qualidades acabaram por iludir a própria realidade, de tal forma que o Tratado de Amizade e Boa Vizinhança, que assinaram em Março de 1939, apesar das fundadas desconfianças em que assentou, haveria de resistir toda a 2.ª Guerra Mundial (Teotónio *cit. in* Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1987). Para este desfecho, além do à-vontade de Franco e Salazar para gerirem o que ambos sabiam ser uma farsa, pesou um constrangimento bem mais real, como seja o estado de penúria de ambos os países (Gonçalves, 1974: 71 *et passim*). Talvez tenha sido por fruto dessa pobreza, que a Península Ibérica não constituiu para Hitler um objectivo de primeira grandeza, antes preferindo ocupar-se da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Teixeira *in* Pinto, 2005: 104).

A Segunda Guerra Mundial acabou, assim, com Portugal ileso face à destruição que devassou a Europa e com boas relações com os vencedores. E neste aspecto Franco estava certo, a neutralidade portuguesa serviu o interesse britânico na condição de que Portugal fosse capaz de inibir a Espanha de apoiar a Alemanha, objectivo esse que foi inteiramente cumprido. Mas para a sobrevivência do Império Colonial Africano, a gratidão britânica, apesar de útil, poderia não ser condição suficiente.

1.5- A Política Colonial Africana

O Império Colonial Africano tão intensamente cobiçado pela Alemanha, finda a guerra parecia estar definitivamente a salvo daquela ameaça, mas ainda assim Salazar espreitava outros perigos. Salazar não gostava dos soviéticos e, em simultâneo, também não gostava dos

norte-americanos, do seu estilo de vida, dos seus valores e, sobretudo, da perversa influência que exerciam sobre os interesses europeus no continente africano (Teixeira *in* Pinto, 2005: 106). A oposição da liberdade dos povos face ao colonizador e a apologia da liberdade democrática como valor supremo, aos olhos de Salazar, só poderiam servir para despertar os fantasmas do passado e, por esta via, recuperar o odioso face ao colonizador, envenenando a secular relação Europa *versus* África, em proveito daqueles que lhe queriam tomar o seu lugar na história, nomeadamente, a URSS e os EUA. Dizia assim Salazar, a única cabeça pensante do Estado Novo:

(...) não nos temos cansado de dizer que a África é complemento natural da Europa, necessário à sua vida, à sua defesa, à sua subsistência. Sem a África, a Rússia pode desde já ditar ao Ocidente os termos em que lhe permite viver. (...) Um vento de revolta sopra em várias regiões de África, atizado por potências conhecidas(...) Esse vento parece justificar o anticolonialismo em moda... A Europa sente-se responsável também, e por uma espécie de cobardia colectiva parece envergonhar-se da obra que ali tem realizado(...) (Salazar *cit. in* Silva, 1989: 94).

Os EUA quer pela análise que fazia o *Office of Strategic Services* (OSS), antecessor da *Central Intelligence Agency* (doravante CIA), quer pelos corredores diplomáticos, reconheciam em Salazar essa desconfiança. Aliás, ainda antes da conclusão da Guerra, em Outubro de 1943, no período de negociação da utilização da Base das Lajes pelos EUA, George F. Kennan, encarregado de negócios em Lisboa, fazia questão de alertar Washington de que: “*Salazar tem quase tanto medo de se associar a nós como de se associar aos russos*” (Antunes, 1992a: 23-24). Contudo, aparte a desconfiança, os norte-americanos toleraram-no. Afinal, ambos reconheciam nos comunistas uma ameaça maior, e isso unia-os. A administração Truman (1945-1953) e Eisenhower (1953-1961), encontraram até uma classificação simpática para Portugal: Portugal - como vários outros países latinos - pertencia à categoria das ditaduras benignas.

A solução não era óptima, mas se o fosse poderia ser inimiga do bom. Salazar, ao invés dos ditadores convencionais, apresentava-se como o missionário que só com grande relutância, e sacrifício pessoal, havia aceitado o papel do ditador (Antunes, 1992a: 20). A

prová-lo, escassos anos antes, quando Portugal ainda experimentava a democracia, foi recitando Alexis Tocqueville, que o agora ditador granjeou a sua primeira vitória política (Silva, 1989: 204). Aliás, o próprio Tocqueville, o pedagogo da democracia, previra que o centralismo pós revolucionário surgiria como consequência directa da perda de estruturas de poder e na proporção da imaturidade do seu povo. Pois, se desprovido das faculdades necessárias, o povo tenderia a confiar a sua vontade ao soberano. E se o soberano se recusasse ser o ditador, não o conseguiria, senão temporariamente (Tocqueville, 2001: 818-819, 846). Porém, o mesmo Tocqueville que reconheceu a ditadura como um possível caminho para a democracia, advertira que o déspota será afligido por um autismo crescente que, em última instância, ser-lhe-á fatal (Tocqueville, 2001: 830-831). Salazar não parece, contudo, ter interiorizado este aviso. O autismo seria um dos traços mais marcantes da sua personalidade e, por efeito extensivo, um dos traços mais marcantes da política externa portuguesa, sobretudo, da política colonial (Caetano, 1977: 355 e 358).

O primeiro dos seus inimigos seria a URSS. Poucas vezes a URSS hostilizou tão frontalmente o Ocidente, como quando na XV Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Dezembro de 1960, Nikita Khrushchev apelou por todas as formas à ofensiva final contra o colonialismo. Esse último reduto a que Nikita Khrushchev se referia era, obviamente, o Império Colonial Português.

Salazar previu essa ameaça uma década antes, e tentou preveni-la mediante a inclusão da África Portuguesa na responsabilidade geoestratégica da NATO. Mas não o conseguiu. A NATO sempre se escusou a proteger as nossas colónias. O melhor que Salazar conseguiu foi: 1) o Acordo dos Açores, firmado em 1951, donde constava uma cláusula secreta, mediante a qual, os EUA consentiam que o equipamento militar da NATO, adstrito à defesa do Portugal metropolitano, viesse a ser utilizado em África; e 2) o compromisso de que os EUA, à semelhança dos países ocidentais nossos aliados, se absteriam de nos criticar, pelo menos em público, e mesmo assim sem quaisquer garantias, até porque a partir dum dado momento, começou a ser cada vez mais notório que o comprometimento do Ocidente com o colonialismo, estava a dar à URSS uma vantagem directa no controlo de África e do Mundo (Antunes, 1992a: 32).

Salazar, demorou a interpretar esses sinais, e durante demasiado tempo ocupou-se simplesmente a iludir as evidências, como que esperando que o Ocidente se esquecesse de Portugal e do seu “Reino Silencioso”.

2- A África Portuguesa, Um Reino Silencioso

2.1- O Cacau de S. Tomé e Príncipe

Portugal chegou à década de 60, com o seu Império Colonial incólume. Para tal, pensara-se que muito contribuiria a discrição com que soube manter-se afastado dos juízos da comunidade internacional. Desejava-se, então, que assim prosseguisse, pelo que mais que a essência da questão africana, discutia-se por esta altura como continuar a defender as aparências. Até então apenas alguns estudiosos mais atentos à África Portuguesa, quase todos estrangeiros, lograram provocar-nos dissabores, os mais gravosos estavam quase todos associados, directa ou indirectamente, à forma como explorávamos um dos recursos mais lucrativos da África Portuguesa: o cacau de S. Tomé e Príncipe.

No início do século XX, altura em que como víamos o continente africano ainda estava por desbravar, S. Tomé e Príncipe, por força dos rendimentos proporcionados pelo cacau, havia-se tornado uma colónia de referência. As roças de S. Tomé eram muito mais extensas que as das Antilhas Inglesas, algumas possuíam mais de trinta quilómetros de via férrea particular, e dispunham até de vapores e cais de embarque particulares. A ilha de S. Tomé era percorrida por 1.500 quilómetros de linha férrea, e nela faziam escala periódica grandes transatlânticos com destino à Europa.

Para esta tão eficaz organização do potencial produtivo, muito contribuiu o exagero da “desburocratização” da máquina do Estado, sendo comum ler-se nos registos oficiais que aquelas roças confrontavam “à frente com o mar e atrás com o primeiro vizinho”. Assim, o alargamento das roças não carecia de outro cuidado que o mero entendimento entre o roceiro e os indígenas, o que geralmente sucedia com naturalidade. Nos outros casos, os roceiros costumavam minorar as dificuldades da negociação, através duma mui *sui generis* política de boa vizinhança, sendo comum convidarem os vizinhos para festas que organizavam em sua

homenagem. As festas costumavam ser animadas e com muita bebida, por forma que o regresso era quase sempre difícil. Muitos não conseguiam sequer encontrar a cabana onde viviam e apenas no dia seguinte, já depois de recuperarem do estado embriaguez, conseguiam perceber que entretanto havia mudado de sítio (Castro, 1980: 245-246).

Todavia, nem todas estas facilidades despertavam um especial interesse entre o comum dos portugueses e, ainda menos, entre as portuguesas. A este respeito, e não obstante a estatística da época ser meramente indicativa, os que visitavam a ilha não estimavam que o número de senhoras brancas fosse além da relação duma para cada cem portugueses residentes. Era, aliás, lugar comum dizer-se que aqueles destinos eram terra de aventureiros ou condenados (Neves *et. al.* in Albuquerque, 1989: 100; Pélissier, 1997: 285). Esta constatação surpreende ainda mais, se tivermos presente a miséria que afligia os portugueses e o facto de não haver em S. Tomé e Príncipe – ao invés de Angola e Moçambique - terras por conquistar. Então porque se sentiam os portugueses, quase todos agricultores, tão seduzidos pelas promessas da emigração, mas tão indiferentes face ao cacau de S. Tomé e Príncipe?

Em S. Tomé e Príncipe, o Verão era quente e refrescante. Porém, durante a época das chuvas, as ribeiras que serpenteiam as serras, transformavam-se em torrentes de lama, que alagavam toda a ilha, fazendo-a pantanosa e, por acção das elevadas temperaturas, infecta e mortífera (Bokolo, 2003: 263-264). A título de mero exemplo, em 1872, Portugal dispunha dum efectivo militar de 254 praças efectivas e, durante aquele ano, cada um daqueles militares adoeceu por cinco vezes, sendo que um em cada quatro não resistiu (Pery, 1875: 349-350). Com tanto cacau para cultivar, tanta gente a morrer e tão flagrante falta de entusiasmo por S. Tomé e Príncipe, facilmente se depreende que as necessidades de mão-de-obra constituíam um problema crónico, cuja solução só poderia depender da eficácia do processo de recrutamento nas demais colónias do Império. Os ingleses enfrentaram um problema análogo, mas ultrapassaram-no oferecendo condições de trabalho aliciante aos indianos e permitindo o seu regresso a casa com boas somas de dinheiro. Porém, ao invés do mérito da motivação, Portugal preferiu valer-se de soluções de expediente.

Uma das soluções mais recorrentes foi a administração da justiça. A este respeito, o excerto do relatório da visita realizada em 1908 pelo Sr. José Burt a Angola, na sequência dum convite do Governo Português aos industriais do cacau ingleses, para que dissipassem

quaisquer desconfianças quanto às condições de trabalho existentes nas roças de cacau de S. Tomé e Príncipe, é *per se* elucidativo:

A má prática de remechar questões antigas, a que dão o nome de crimes, é usual em muitas partes d’Angola. Algumas vezes as partes directamente interessadas são já mortas.

Os indígenas são litigantes inveterados. Uma queixa relativa a uma gallinha, póde degenerar n’uma questão d’uma cabra. E ainda póde acontecer que o pleito se não resolva antes da cabra dar cabritos, e n’este caso serve para dar origem a nova questão. O caso é então levado às autoridades do forte e se a multa imposta for pesada é geralmente paga com indígenas (Cadbury, 1910: 94-95).

Além desta mui hábil administração da justiça, outro expediente utilizado para o recrutamento era o recurso a prisioneiros de guerra (Pélissier, 1997: 56 *et passim*). Porém, a maioria das vezes, os recrutados, ao invés de serem os rebeldes, eram as próprias populações. A este respeito, José Burt dá-nos conta de mais uma sugestiva história. Na região de Nana-Candundo, também conhecida por Cavungo ou Nyakatoro, perto do rio Zambeze, algures entre o Estado Livre do Congo e a fronteira de Angola, deambulava um grupo de soldados rebeldes desertores do Estado Livre do Congo, os Valecci. Os Valecci, juntos a outros foragidos, ascendiam em número a cerca de 500 homens e, para desespero das populações vizinhas, agiam impunemente. As autoridades do Congo eram absolutamente incapazes de impedir que os Valecci roubassem, matassem, raptassem e comessem quem bem lhes apetecesse. Um dia, a um dos indígenas que os Valecci preferiram trocar por armas e munições, perguntaram-lhe porque é que os Valecci não o comeram, ao que respondeu “*que tinha um companheiro consigo, e que os Valecci depois de golpearem os braços a ambos e de lhes provarem o sangue, o venderam a elle e comeram o seu companheiro*” (Cadbury, 1910: 99).

Pois bem, Portugal dispunha de seis agências de recrutamento ao longo da fronteira com o Congo e empregava os indígenas mais hábeis na negociação, para comprar aos Valecci os homens que não queriam comer. Estes sobreviventes eram depois levados para S. Tomé e Príncipe para nunca mais regressarem. Algumas vezes, as agências de recrutamento nem precisavam de negociar com os Valecci, pois, era tal o medo dos Valecci que a própria população civil se dirigia às agências de recrutamento com a intenção de trocar alguns dos

seus membros por armas. Quando em 1902, a população indígena finalmente se revoltou contra os portugueses, naquela que ficou conhecida como a Guerra do Bailundo, as autoridades portuguesas convidaram-na para uma festa realizada no forte de Bailundo e, a pretexto desse engodo, aprisionaram-na (Cadbury, 1910: 100).

O relatório de José Burt, da qual esta história é apenas um exemplo, foi interpretado pela comunidade internacional como isento e independente e, por conseguinte, verdadeiro. Dada a gravidade destes factos, Portugal foi obrigado a justificar-se e, até esse esclarecimento, os negócios do cacau ficaram suspensos.

2.2- A Administração do Problema Colonial

2.2.1- O Primeiro Acto Colonial

Nessa altura, Portugal reagiu como tantas outras vezes prometendo reformas. Em Julho e Dezembro de 1909, Portugal apresentou inclusivamente novas leis. Mas os industriais de cacau ingleses consideraram que o problema de Portugal não residia, como nunca residiu, na falta de leis, mas na sua integral aplicação. De modo que reservaram-se o direito de, ao contrário de outras vezes, esperar para ver. Afinal, à longa data que a imprensa britânica os acusava de, contra todas as evidências, quererem confiar nos portugueses e nas suas promessas. E só agora, porque foram obrigados a ver, lhes deram razão.

Neste cômputo, mais do que uma nova retórica, Portugal precisava duma nova credibilidade, quesito que tanto poderia pender duma mudança efectiva de comportamentos, como duma troca de protagonistas. E assim sendo, quem ousaria duvidar se Portugal efectivamente mudara, se de monárquico se tornou fervorosamente republicano. A Primeira República veio por isso mesmo em boa altura. Os intelectuais republicanos vieram restituir à política aquilo que de momento mais lhe faltara, leia-se, a “nobreza de ideais”. De modo que até os mais conservadores entre a aristocracia britânica, não poderiam deixar de lhes admirar o discurso se os ouviam dizer que as colónias britânicas e holandesas eram um exemplo que as colónias portuguesas haveriam de imitar. E tão verdadeiras eram as suas intenções que logo na Constituição de 1911, a respeito da Administração das Províncias Ultramarinas, ler-se-ia

no seu artigo n.º 67.º que: “*Na administração das províncias ultramarinas predominará o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas*”.

Contudo, aparte as intenções, o facto é que a 1.ª Grande Guerra obrigou ao governo militar dos territórios. Ainda assim o entusiasmo por África não esmoreceu de todo e mal terminaram as hostilidades, mais precisamente em 1920, a Constituição foi revista de modo a consumir os princípios da descentralização. É difícil encontrar um momento na história, onde tenha ficado mais claro a distância entre o que Portugal se propunha fazer por África e aquilo que efectivamente poderia fazer. Não se pode dizer que dependendo o sucesso do modelo de descentralização do mérito da personalidade do Alto-Comissário, este haja falhado. Com efeito, ainda hoje o sonho “da Grande Angola Branca”, conotado com o Alto-Comissário General Norton de Matos - que Cunha Leal comparou a Calígula -, parece sugerir quão muito um excesso de entusiasmo que terá temperado a influência da mentalidade colonizadora de então (Leal, 1924: 9. O que falhou foi a falta de recursos (Alexandre *in* Pinto, 2005: 72). Dada a agonia económica que se vivia em Portugal e, por causa dela, a instabilidade política, não havia momento menos indicado para avançar com grandes projectos do que aquele mesmo (Marques, 1998: 539). Quando Lisboa reparou nas contas, era já demasiado tarde para travar o descalabro financeiro.

Em breves palavras, o ideal africano da república ficou-se pelas “boas” intenções.

A chegada de Salazar à governação, marcou o regresso da austeridade e do excessivo controle pelo poder da sociedade. Dez meses após haver iniciado funções no Ministério das Finanças, dizia Salazar que um rigoroso saneamento financeiro haveria de ser alcançado na administração das colónias, “*principalmente nas de África e muito particularmente em Angola*” (Salazar *cit. in* Nogueira, 1977: 30). Os anos que se seguiram, em África como em Portugal, foram marcados pela austeridade. Aliás, como se previra, pois, para Salazar o segredo das finanças residia tão-só na capacidade de sacrifício do povo português, como reconheceria mais tarde: “*(...) foi com o seu trabalho e as suas privações que se pagaram dívidas, se libertou de usuários a Fazenda, se restaurou o crédito, (...)*” (Salazar *cit. in* Cateano, 2000: 772). Justificava-se Salazar que se tratava duma adversidade necessária, a bem

da política financeira de salvação nacional e de Portugal. Nesta matéria, como em todas as outras, Salazar nunca admitiu críticas, muito menos críticos.

Em 4 de Janeiro de 1930, numa altura em que Salazar era ainda o “aspirante a ditador” e decorria uma conferência organizada pela Associação Comercial de Lisboa, onde se discutia “O problema do Crédito em Angola”, Cunha Leal, então, Governador do Banco de Angola, verbalizou aquele que era o sentimento das forças vivas de Angola e, à mistura com uma reflexão mais vasta, responsabilizou Salazar pelas dificuldades que Angola enfrentava. Defendeu Cunha Leal que Portugal até poderia insistir na política de prossecução do imediato equilíbrio orçamental, mas tal desiderato nunca deveria incluir Angola, na medida em que Angola - tal como Norton de Matos sonhara - deveria transformar-se numa colónia de povoamento. Portugal deveria, por isso, ao invés de lhe subtrair a primeira riqueza que ali era produzida, investir no seu futuro. Pois, se assim não procedesse, advertia Cunha Leal, Angola poderia não mais ser Portuguesa (Leal, 1968: 228 *et passim*). Pois bem, nessa altura, Salazar reagiu violentamente a essas críticas e, por força do reconhecido mérito granjeado na pasta das finanças, provocou uma remodelação governamental, em prejuízo directo de Cunha Leal. Em 1932 as despesas públicas com as colónias ficaram-se em 1% das despesas totais do Estado e até ao fim da II Guerra Mundial não foram além desse valor (Rosas, 1996: 77). Foi o fim do período de ditadura sem ditador.

Quanto às forças vivas de Angola, a que Cunha Leal dera voz, pese embora sem uma organização capaz, revoltaram-se. A revolta eclodiu em Luanda, na ausência do Alto-comissário, e custou a vida ao seu substituto interino, o tenente Moraes Sarmiento. Por detrás desta revolta estava a “Kuribeka”, uma toda-poderosa organização maçónica, entretanto reforçada por muitos deportados das confusões na metrópole. E as repercussões internacionais dos acontecimentos, provocaram um grande mal-estar, chegando inclusive o cônsul inglês a ameaçar com uma intervenção das tropas inglesas em nome da segurança dos seus compatriotas. Para a solução da contenda, valeu a Salazar saber da falta de unidade na acção, e da receptividade da “Kuribeka” a uma eventual troca de governadores. O conselho provinha do Monsenhor de Luanda, Alves da Cunha, o principal informador de Salazar naquelas paragens, e revelar-se-ia absolutamente eficaz (Gonçalves, 1972: 133-136). Porém, numa próxima vez, tudo poderia ser mais difícil. Salazar também o reconhecia e, por forma a acautelar esse risco, decidiu-se pelo Acto Colonial.

O Acto Colonial, com a força de lei fundamental, visava no plano interno oferecer uma barreira eficaz contra a desorganização, enquanto que no plano externo visava proclamar o mais alto nacionalismo. A questão da (re)organização do Império, implicou o regresso a uma absoluta dependência das colónias face à metrópole. A figura do Alto-comissário desapareceu. A metrópole voltou a fixar o orçamento das colónias e a decidir de tudo quanto considerasse essencial. Tal prerrogativa fazia-se sentir nos mais ínfimos detalhes e tanto poderia implicar a expulsão dum estrangeiro indesejável, como a simples interdição da acção civilizadora de missões religiosas estrangeiras. Em 1935, verificou-se uma revisão do Acto Colonial, mas apenas para aperfeiçoar a redacção de alguns artigos.

Para Fernando Rosas, com este Acto Colonial estava inaugurada “*uma fase imperial, nacionalista e centralizadora*” do colonialismo português (Rosas, 1986: 92).

2.2.2- O Segundo Acto Colonial

O orgulho do “Portugal Político” pelo Império, não era contudo extensível à generalidade dos portugueses. Pensavam os colaboradores mais próximos de Salazar, que tal sentimento era motivado pela ignorância dum povo, que escassos anos antes receava o mar tenebroso e muitas outras lendas medievais. Quando o problema dum povo é a ignorância, a escola parece ser a solução mais adequada, e quanto a esta não se pode dizer que não haja ensinado (Alexandre *in* Pinto, 2005: 76). Na 3.^a, 4.^a e 5.^a classe dos liceus aprendia-se que o Acto Colonial era a Magna Carta de Portugal no quadro dos Estados. Mas nem era preciso estudar tanto, pois, a instrução primária bastava para que se respondesse de cantilena se a pergunta fosse: Quantas vezes é Angola maior que Portugal? Catorze vezes!!! E Moçambique? Nove vezes!!!

Porém, os que em 1930 sabiam ler, constituíam uma minoria e, entre estes, aqueles que se permitiam frequentar o liceu eram pouco mais do que uma elite. Acresce que os resultados da acção da escola, apenas se revelam no longo prazo. Tempo demasiado para que um Império se veja reconhecido pelos seus próprios cidadãos. Percebe-se, pois, que num período em que Hitler e Mussolini pela força do verbo mobilizavam multidões, muitos houvessem entre nós que entusiasticamente estudassem o mérito da teoria hipodérmica, vulgo

propaganda (Wolf, 2001: 27-28). E entre estes houve um em especial que se notabilizou, de seu nome: Armindo Monteiro.

Armindo Monteiro elevava o dom da retórica a limites que poucos se atreviam. De tal modo que, quando em vez, o que era suposto ser um discurso político, mais parecia um excesso lírico: *“Todos vêem que sôbre as ruínas das nossas velhas e tristes contendadas se vai erguendo o magestoso edifício da renascença lusiada. A ascensão do sentimento colonial há-de levar-nos longe”* (Monteiro cit.. in *O Império Português*, 1934: 14).

Pese embora o exagero da forma, Salazar apreciava o estilo de Armindo Monteiro. Tanto que Armindo Monteiro era mesmo o principal arauto da propaganda do regime (Alexandre in Pinto, 2005: 75). Mas havia uma razão bastante plausível, Armindo Monteiro era capaz de se revelar mais salazarista que o próprio e, esta faceta da sua personalidade, fazia-o merecedor duma confiança inabalável por parte do estadista. De certa forma os dois completavam-se. Salazar invocava recorrentemente o dever de protecção cristã para as “raças inferiores” (Salazar, 1959: 233 e ss.) E Monteiro concretizava os desígnios do Professor profetizando que:

(...) dentro de poucas dezenas de anos, da face da terra terão desaparecido as raças negras que não puderam escalar as ásperas sendas da civilização. Mas as outras salvar-se-ão – raças de nobres combatentes, aptas para enfrentarem todas as lutas e sacrifícios; raças com forte sentimento de honra e dignidade colectiva, capazes de compreenderem a beleza da disciplina e de a ela se sujeitarem; raças que no império saberão ser portuguesas e que, como tal, desde já irredutivelmente se consideram. A maioria dos povos negros ficará, para povoar a selva, dando à Pátria os trabalhadores agrícolas e soldados que em África lhe são precisos – soldados da admirável tropa negra, que à História de Portugal já estão ligados por páginas da mais pura glória. (Monteiro, 1933: 85 e ss.).

Percebe-se, pois, que a política salazarista tinha um projecto perfeitamente definido acerca do papel que os povos africanos deveriam assumir para que se tornassem merecedores da condição de serem portugueses. Basicamente é lhes prometido que contanto se esforçassem por compreender a disciplina da lei e de a ela se sujeitarem, sem reclamações, e se aceitassem

todos os sacrifícios, um dia seriam como os portugueses. É uma estranha forma de definir a condição de português, principalmente, quando é dita por um salazarista, mas é também a mais capaz das descrições acerca do efeito da governação salazarista. Claro que se a condição de ser português pendesse tão-só da capacidade de sofrimento, a julgar por todo o seu passado, os povos indígenas das colónias portuguesas há muito que o eram e com distinção. Mas não satisfeita, a governação salazarista haveria de elevar essa provação a extremos.

Para que melhor se compreenda, depois de vinte anos de política colonial salazarista, o Governador-geral de S. Tomé e Príncipe continuava preocupado, pelo menos dizia-se, com a mesma exploração de sempre. Os adultos continuavam a ser registados com a “idade provável” de crianças, com o pretexto de economia de salários. Os roceiros continuavam a descontar-lhes no salário, o preço das ferramentas e dos uniformes de trabalho, que os próprios lhes vendiam. Os castigos corporais, a célula privada, o trabalho permanente, a proibição de sair da propriedade ao Domingo, a obrigação de trabalhar para crianças com menos de 8 anos, doentes e mulheres grávidas, continuavam a ser formas de punição recorrentes. Os poucos trabalhadores que conseguiam resistir a 30 ou 40 anos de trabalho nas roças, bem como aqueles que ficavam inaptos por acidente, continuavam a ser abandonados. As mulheres continuavam a ser obrigadas a prostituir-se. E perante todos estes atropelos aos direitos e liberdades fundamentais, as autoridades portuguesas continuavam a agir com complacência (Castro, 1980: 212-213).

Estava, pois, certo, Armindo Monteiro, quando advertiu que as raças negras que não compreendessem a beleza da disciplina e de a ela se sujeitarem, desapareceriam da face da terra. O resto do mundo aturdido pela 2.ª Guerra Mundial, mal reparou na África Portuguesa. Apenas uns quantos estudiosos do colonialismo português, entre eles Basil Davidson, Marvin Harris, Perry Andersson, James Duffy e o próprio Bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, se interessaram com o que ali se passava, e incrédulos desenvolveram uma vasta acção de informação da opinião pública mundial. Portugal opôs-lhes uma estratégia de contra-informação. Mas com a evolução do quadro de política externa, sobretudo, pós Segunda Guerra Mundial, a dificuldade em produzir desmentidos foi-se acentuando, de modo que se equacionaram várias opções até que se decidiu encomendar ao Capitão Galvão, um homem de confiança insuspeita, um estudo que convencesse o mundo do quão infames eram as suas críticas. Claro está que, embora o convite fosse para um “estudo”, o que se pretendia era algo

bem diferente. Assim, em 1947 Henrique Galvão dirigiu-se para África, e o relatório que fez excederia todas as expectativas. O excerto que se segue é disso elucidativo:

De uma maneira a situação é pior do que a escravatura simples, porque no tempo da escravatura o proprietário depois de comprar o escravo como um animal, trata-o bem como a um cavalo ou boi. Aqui [Angola] o indígena não é comprado, é alugado pelo Estado ainda que seja considerado um homem livre e o seu patrão importa-se pouco que ele caia doente, que morra no trabalho, porque quando isso acontece requisita outro (Galvão cit. in Melo, 1974: 41).

O relatório era extenso, mas claro e fundamentado estatisticamente, o suficiente para que o Capitão Galvão fosse preso. Contudo, a prisão do autor, não foi capaz de evitar a perda de secretismo do estudo. Para todos quantos se nos opunham, as potencialidades perversas do Código do Trabalho Rural, estavam definitivamente comprovadas (Martins, 1992: 250-251). Percebe-se, assim, que os responsáveis políticos nacionais se tenham decidido, isto é, tenham tido absoluta necessidade de rever o Acto Colonial.

A revisão do 1.º Acto Colonial foi ensaiada pela primeira vez em 1945, saldando-se pelo reforço da autonomia dos governos locais e a modificação do sistema de elaboração dos orçamentos provinciais. Todavia, a preocupação maior prendia-se com a terminologia colonialista como um todo, pois, pelos dogmas que lhe estavam associados, receava-se que despertassem o odioso face ao colonizador. Pensou-se, então, trocar a designação “colónia” por “província ultramarina”. Mas a correcção semântica *per se* poderia não ser suficiente e, se por acaso parecesse fortuita, poderia até revelar-se mais embaraçosa que o próprio léxico colonialista. De modo que o processo de depuração do 1.º Acto Colonial, implicou não só a prévia expiação de todas as referências colonialistas/ imperialistas, mas também a transposição do novo texto para o Título VII da Constituição, sob o nome: “Do Ultramar Português”. É difícil não reparar nas semelhanças com a Constituição Republicana de 1911, mas as semelhanças ficam-se pela terminologia: províncias ultramarinas. Pois, quanto às intenções da política colonial salazarista, com excepção da forma, nada mudou. É o seu mentor quem o reconhece:

(...) desde que em (19)30 se lançaram as bases da reforma política e administrativa do ultramar português. Não há, de modo algum, mudança na grande orientação então seguida, embora isso se pudesse supor pelo facto de serem numerosas as alterações propostas; pelo contrário, há uma linha que nitidamente se reforça, e essa, aliás, bem vincada no nosso pensamento – a da integração cada vez mais perfeita e completa de todas as províncias dispersas na unidade da Nação portuguesa. (Salazar, 1951: 488).

Esta exposição de Salazar coincide com a verdade dos factos. A escassez de trabalhadores na África Portuguesa continuou a ser um problema, da mesma forma que a ameaça do inferno para aqueles que cometessem o pecado capital da preguiça, continuava a ser insuficiente para que os africanos se decidissem a trabalhar. De modo que à falta de argumentos, continuava a ser pela lei, mais precisamente, pela autoridade do Estado, que os africanos eram obrigados a contribuir com o seu trabalho para o progresso. A título de exemplo, quando em 1953 os filhos de S. Tomé se revoltaram, naquela que ficou então conhecida como a “Revolta do Bate-Pá”, o Governador Coronel Gorgulho, reagiu como habitualmente, ou seja, “exemplarmente”. A aldeia que deu o nome à revolta e que o Governador julgou como o centro dos insurrectos, foi incendiada. Dezenas dos seus habitantes foram presos em pequenos cubículos, muitos morreram asfixiados, outros metralhados e as mulheres foram violadas (Castro, 1980: 218-219). O Coronel Gorgulho justificou-se, depois, com base na teoria da conspiração comunista. Tratava-se duma desculpa completamente infundada, como o veio a confirmar mais tarde a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) (Seibert *cit. in* CEAN, 1997: 184-185). Era de supor que Lisboa reagisse severamente, não tanto pelas atrocidades, uma vez que estas eram recorrentes, mas pela própria mentira ante os seus superiores. Porém, Lisboa limitou-se a antecipar o regresso do Coronel para o promover a brigadeiro. Esta reacção é *per se* reveladora do grau de comprometimento político em relação ao drama africano, mas para que melhor se perceba um outro brigadeiro que por aquela altura foi enviado a S. Tomé, para que apurasse quais as modalidades de trabalho que certas companhias coloniais ali utilizavam, desapareceu a bordo quando regressava a Lisboa e com ele o relatório do seu estudo, enquanto que o seu escrivão morreu misteriosamente envenenado. O advogado Manuel João da Palma Carlos confrontou a justiça com a verdade dos factos. Perdeu o processo, mas isso não o impediu de fazer saber que:

(...) os naturais são amarrados como gado, para amarrados uns aos outros com cordas serem conduzidos às prisões de onde saem para os trabalhos públicos e não raro trabalham presos por grossas e pesadas correntes de ferro diariamente usadas (Carlos cit. in Soares, 1974: 437).

Confirma-se, deste modo, que com o 2.º Acto Colonial nada mudou, mas ainda assim a mudança pareceu rápida e radical aos olhos externos. Doravante, as alocações coloniais foram tidas por crimes de lesa pátria. Tudo o que até então era verdade, como que por um golpe de teatro, tornara-se mentira. Sem as colónias, o Império havia em teoria desaparecido, mas com as províncias ultramarinas Portugal aumentou em 25 vezes a dimensão do seu território e isso fazia-o não só uma potência europeia, mas também uma potência mundial.

Esta aposta no integracionismo por oposição à descentralização administrativa, ainda mais teórica que prática, representou também uma jogada de antecipação face às consequências que se previam do ingresso de Portugal nas Nações Unidas. Com efeito, embora desde 1946 Portugal aguardasse pela sua admissão às Nações Unidas, era previsível que num quadro dum entendimento mais alargado, até como contrapartida do ingresso de outros Estados pró-URSS, tal viesse a suceder. E, quando aí chegados, era, absolutamente certo, que o Secretário-Geral das Nações Unidas, invocaria o art. 73.º da Carta das Nações Unidas, para exigir de Portugal o cumprimento das suas obrigações para com os territórios sem governo que administrava. Ora, tais deveres implicavam que: 1) assegurássemos o desenvolvimento político, económico, social e educacional das populações daqueles territórios; 2) fizéssemos prova estatística e técnica desses resultados; 3) promovéssemos o governo próprio das populações e, a todo o instante, respeitássemos todas as suas aspirações, independentistas inclusive. O mesmo é dizer que tais deveres implicavam que Salazar fizesse pelas colónias, aquilo que até à data ainda não havia feito por Portugal (Silva *in* Rosas, 1992: 381-382).

Pois bem, em resultado dessas alterações semânticas, quando em 1956, um ano após o ingresso de Portugal nas Nações Unidas, o Secretário-Geral exigiu a lista dos territórios sem governo próprio por si administrados, a resposta salazarista foi que, à luz da Constituição, Portugal não administrava quaisquer territórios que coubessem na definição do art. 73.º da Carta das Nações Unidas, uma vez que a totalidade das suas províncias eram parte dum

Estado uno e indivisível e, por conseguinte, os territórios ultramarinos “*eram independentes com a independência da Nação*” (Garcia, 2003: 293).

2.2.3 – Vulgata Luso-tropicalista

A par do enredo jurídico, Portugal escudou-se ainda num arranjo ideológico de inusitado cariz científico, conquanto o termo científico lhe garantisse a aceitabilidade universal da nova política ultramarina. Fê-lo, com certa surpresa, servindo-se da tese do Luso-tropicalismo do prestigiado sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (Léonard *in* Bethencourt, 1997: 39). Tratava-se duma tese, a princípio do conhecimento reservado de uns quantos intelectuais universitários, quase confidencial até finais da década de 40, mas que depois do arranjo constitucional servia na perfeição o repertório argumentativo da nova política externa portuguesa. A tese na sua versão académica pecava por exigências reflexivas, mas depois da interpretação política, por mais densas que fossem as suas premissas, tudo se resumia a umas quantas ideias, todas suficientemente simples (Castelo, 1999: 96-101).

Tratava-se de mais uma manifestação mimetista da política externa portuguesa. A apologia de Gilberto Freyre às virtudes da miscigenação e interpenetração de culturas, sucedia ao *darwinismo* social associado à mística imperial engendrada por Armindo Monteiro. Mas esta mudança de paradigma do sistema colonial europeu, não obstante a credibilidade internacional do seu mentor, não se ficava pela abordagem teórica, ela surpreendia ao ir bastante mais além e apontar, com provas em concreto, um novo mundo. Tratava-se d’ *O Mundo que o Português Criou*, um mundo que nada tinha a ver com o colonialismo tradicional e, que ao contrário das demais experiências coloniais europeias, havia evoluído para uma muito tolerante sociedade multirracial (Léonard *in* Bethencourt, 1997: 37-41).

Com efeito, era difícil não reparar que os problemas de racismo que tão gravemente afligiam a sociedade norte-americana, contrastavam com a realidade brasileira. E mesmo sendo Moçambique vizinho da África do Sul, também ali as duas realidades sociais divergiam significativamente. Os próprios colonos sul africanos reconheciam nos portugueses um modo diferente de relacionamento ainda que, quase sempre, depreciativamente. Pois bem, essa proximidade no trato e, não raras as vezes, a familiaridade nas relações, havia produzido um mundo maravilhosamente novo. Não era apenas por uma questão de retórica política, por um

qualquer estratagema, que Portugal havia substituído as colónias pelas províncias ultramarinas, mas por algo que o resto do mundo só não compreendia porque era demasiado diferente. Em que outras colónias era dado ver o colonizador servir como motorista de comboios e autocarros ou, até, como empregado doméstico, tão irramente (Ansprenger, 1989: 269; Maia *cit. in* Rosa, 1998: 23). Incrédulos perante tais alegações, mas solidários com Portugal, alguns decidiram-se ver para que outros acreditassem. É o caso de Luís Gonzalez Barros, que não escondeu o seu espanto quando viu que na marginal de Luanda, em aversão completa aos interesses imobiliários circundantes, existiam pequenas habitações de pescadores brancos e pretos a viver lado a lado (Gonzalez Barros, 1965: 291-292).

É de certa forma um retracto pueril da África Portuguesa, que não sendo de todo falso, tem contudo uma causa bastante mais substantiva, do que o mero coração lusitano. A proximidade no trato entre portugueses e africanos, mais do que o resultado duma empatia natural entre dois povos, deverá ser entendida com uma consequência directa da política de concentração de capital levada a efeito por Salazar. Salazar fez da política de concentração de capital uma opção estratégica, justificando-a com o interesse nacional em gerar entre os portugueses uns quantos grupos económicos que, por suficientemente grandes, fizessem com que o desenvolvimento económico nacional não dependesse de centros de decisão externos. O monopólio que, por intermédio de muros aduaneiros, lhes assegurou, permitiu a esses empresários escolher os preços que melhor lhes aprouveram e, por esta via, evitar os riscos do negócio. Claro está, que os empresários mais ambiciosos, rapidamente perceberam que quanto mais produzissem, mais rapidamente enriqueceriam. O conhecimento que detinham do negócio a que se propunham era secundário, o fundamental era que houvesse mercado. E a África Portuguesa era um grande mercado, muito carenciado, pouco exigente e, como a metrópole, sem opção de escolha (Ferreira *in* Lains, 2005: 344-347). De modo que a riqueza que Portugal produziu, e aqui se incluem as províncias ultramarinas, rapidamente se concentrou na mão de uns quantos grupos económicos, alguns ainda hoje reconhecidos.

Um exemplo paradigmático da concentração industrial e financeira, operada pelo Estado Novo, é precisamente a Companhia União Fabril (CUF). Tratava-se duma fábrica de sabão, que cresceu tanto e tão rapidamente que se tornou numa das 200 maiores empresas do mundo, isto num país eminentemente rural. O *trust* CUF estava presente em quase todos os sectores de actividade económica, a saber: géneros alimentares, têxteis, tabaco, papel,

construção e reparação naval, metalurgia e metalomecânica, indústrias extractivas, produtos químicos, refinação de petróleo e petroquímica, material eléctrico, imobiliária, hotelaria, restauração, jogo, banca, seguros, etc. (Oliveira, 1989: 98-99). E em todas as províncias ultramarinas, nas roças de cacau de S. Tomé e Príncipe inclusive (Castro, 1980: 245). Mas além da CUF haviam vários outros exemplos, tais como: os grupos Espírito Santo, Champalimaud, Português do Atlântico, Borges & Irmão, Banco Nacional Ultramarino, BIP, Jorge de Brito, Pinto de Magalhães, Sacor, Sonap, Entrepasto,

Porém, para além da similitude de interesses entre as forças motrizes da economia nacional e o Estado Novo, há também que notar a comunhão de identidades. É, aliás, partindo dessa comparação de identidades entre o poder económico e político, que Mário Soares desce o véu sob o rosto do explorador:

(...) o projecto de desenvolvimento das colónias, em termos de comunidades multirraciais providas de ampla autonomia havia sido abandonado pela ditadura e o que interessava agora era manter o statu quo da exploração organizada, para defesa dos interesses constituídos, intimamente entrelaçados com os círculos governantes de Lisboa. Basta recordar os nomes dos ministros das Colónias do Estado Novo – destacando como símbolo Francisco Vieira Machado, governador todo poderoso do Banco Nacional Ultramarino – para verificar até que ponto os interesses das grandes companhias coloniais tinham acesso fácil e directo ao Governo do Império! (Soares, 1974: 433).

E, depois disto, Mário Soares, vai mesmo mais longe, e conclui que as populações brancas, constituíam uma externalidade face às grandes companhias coloniais e, como as populações indígenas, foram propositadamente esquecidas pelo Estado Novo. Em verdade, deverá acrescentar-se que, no que à generalidade dos portugueses diz respeito, não era grande a motivação para explorar as províncias ultramarinas, ainda que em equação estivesse uma outra opção de vida que não Portugal. E tanto assim era que a propaganda do Estado Novo sentia-se na necessidade de persuadir os portugueses para que preferissem África à Europa:

(...) se alguém pretende deixar a sua terra para melhorar as condições de vida de que desfruta, porque não procura tornar-se COLONO em vez de

EMIGRANTE? Porque não lança primeiro as vistas para as nossas províncias ultramarinas, especialmente ANGOLA E MOÇAMBIQUE? Quantos, deste modo, têm alcançado o bem-estar e, até, a fortuna, sem, para isso, precisarem sair de território português! (Junta de Emigração cit. in Paulo, 2000: 67).

Em resultado, houveram alguns que se deixaram enganar pela propaganda da governação e partiram para África, pensando que poderiam escapar à miséria explorando uma miséria maior. Porém, uma vez lá chegados, rapidamente haveriam de constatar que a exploração colonial, assim como a exploração capitalista, constituíam um “clube fechado” e partilhavam entre si os principais sócios, isto é: os grandes exploradores (Nkrumah *cit.* in Melo, 1974: 42). E, se ainda assim lhes pertenceu parte do produto dessa exploração colonial, foi porque sempre que enganaram os africanos “*quer na troca directa, quer nas vendas, viciando os pesos, as medidas, as qualidades, ...*”, as autoridades foram complacentes (Correia, 1991: 79).

2.3- As Aventuras Oposicionistas Aquém-mar

2.3.1- O General Norton de Matos

Portugal não obstante as tensões que as dificuldades poderiam gerar, tanto mais quando se repara não serem irremediavelmente repartidas, permaneceu politicamente estável. Para este desfecho, contribuiu sobremaneira a consolidação das instituições, nomeadamente, a PIDE. Foi em muito graças à PIDE, inicialmente designada de Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, e por fim de PIDE - Direcção Geral de Segurança, mas na essência sempre PIDE, que a nossa vida política evoluiu numa fase de “liberdade suficiente”, tão oportuna até ao fim da 2.ª Grande Guerra, para a “quase democracia” (Labourdette, 2003: 589). Não foi um processo imediato, nem fácil (Ribeiro, 1995: 142 *et passim*). Muitos houveram que não o assimilando de pronto, foram demitidos dos seus empregos, presos, torturados e até mortos (Marques, 1998: 440-454). Os professores “*que se servem da sua profissão para fazerem propaganda dos seus ideais às crianças que lhes são confiadas*”, a par de muitas outras profissões (médicos, advogados, empregados do Estado, ferroviários, tipógrafos, ...) eram tidos pelos milhares de informadores anónimos da PIDE, como uma das profissões onde era “*muito frequente encontrar simpatizantes comunistas*” (Rodrigues, 1996: 81 *et passim*). Por forma que sentindo que as paredes poderiam ter ouvidos, não sabendo em quem confiar senão

em si próprios, os sobreviventes acabaram por perceber que poderiam opor-se, mas muito contidamente. E até poderiam participar das eleições, mas nunca do escrutínio.

O General Norton de Matos, contava-se entre os homens que compreendiam na perfeição esse conceito de “quase democracia”, mas também o preço da liberdade. O seu nome, por aquilo que representava, unia a oposição. Tratava-se dum homem que, pela sua personalidade e pelo muito que havia vivido – a guerra, a diplomacia, a governação, a política, a conspiração, a perseguição, a prisão, o exílio e o ostracismo -, era seguro de critério no julgamento dos homens e das situações. Aos oitenta anos, as eleições presidenciais de 1949, constituíram para o General Norton de Matos, apesar de as reconhecer como uma farsa, a oportunidade de verbalizar aquilo que o país só em sonhos pensava. A sua ousadia contagiou Portugal e, por um instante, depois de mais de duas décadas de ditadura, voltou a perceber-se qual o sentimento do povo. Era de certa forma surpreendente, pois, a propaganda do Governo mostrava ao país o General vestido de grão-mestre da maçonaria e, com o testemunho da Igreja, acusava-o de candidatar-se ao serviço do comunismo internacional. Porém, o povo, em parte analfabeto, em parte ensinado na ignorância, preferia, ainda assim, o General Norton de Matos a Salazar. Talvez, por o professor Salazar lhe haver ensinado demasiado bem o que era a ditadura.

Por também o saber, o General Norton de Matos, depois de haver dito do Estado Novo o que dele quis, dias antes das eleições, desistiu da candidatura. Deste modo, negou ao ditador o seu último desejo, a oportunidade de clamar vitória e se aparentar aos olhos da comunidade internacional. Salazar reagiu em cólera, dizendo: “*fizeram todo o mal possível; mas, negando-se a concorrer ao acto eleitoral, recusaram-nos o único serviço que poderiam prestar-nos*” (Salazar *cit. in* Soares, 1974: 161). Por esse facto, depois das eleições, seguiu-se a caça às bruxas. Um após outro, todos os que durante a campanha eleitoral se destacaram na oposição ao Estado Novo, foram presos. Era um risco que pendia sobre todo o cidadão, ainda que de nada fosse acusado, pois se sobre si pairasse a mera suspeita, a PIDE poderia prendê-lo e, depois, torturá-lo, até que considerasse apurada a verdade dos factos. Alguns morreram antes. Outros simplesmente desapareceram.

Numa dessas vezes, um preso foi atirado do terceiro andar das instalações da PIDE. Era lá que ficavam as salas de interrogatório e tortura. Gabavam-se os inspectores da PIDE

que: “A lei não chegava ao terceiro andar da PIDE”. Porém, dessa vez, para maior martírio do preso, ficou suspenso nos fios eléctricos. Durante horas agonizou até que pereceu. Da janela da embaixada do Brasil, a esposa do embaixador Álvaro Lins, assistiu a tudo horrorizada. E disso deu conta o embaixador ao Cardeal Cerejeira, o todo poderoso Cardeal Patriarca de Lisboa (Soares, 1974: 166 e 249).

Como Salazar, de quem fora colega de Seminário e agora era amigo e confidente, o Cardeal Cerejeira era um homem temente a Deus. Ambos sabiam que o Mundo nunca fora perfeito, mas nunca como então o viram tão fortemente ameaçado. Que podiam então eles fazer senão pecar para que Portugal fosse poupado à ameaça dum pecado maior: o comunismo. E como podiam eles por gestão de esforços se permitir fraquejar, se o povo era bom, mas ingénuo. Parafraseando António Alçada Baptista: “*Em Portugal, a liberdade é muito difícil, sobretudo porque não temos liberais. Temos libertinos, demagogos ou ultramarinos de todas as cores (...)*”(Baptista *cit. in* Maltez, 2005b: 564). Ciente dessa mesma fatalidade, o ditador justificava-se assim perante a sua consciência cristã e os seus críticos:

(...) se chegou à conclusão de que os presos mal tratados eram sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas, que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da polícia, onde tinham escondido as suas armas criminosas e mortais. Só depois de empregar esses meios violentos, é que eles se decidiam a dizer a verdade. E eu pergunto a mim próprio, continuando a reprimir tais abusos, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale bem, não justifica largamente, meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras (...) (Salazar *cit. in* Queiroga, 1975: 35-36).

O espírito dos Chefes da Igreja e do Estado, era, pois, um espírito de missão, de sacrifício, enfim, de cruzada (Silas Cerqueira *cit. in* Silva, 1989: 184-185). Graças a eles, o povo aprendeu a temer e a evitar o comunismo e as “coisas” da política. De certa forma os dois completavam-se. O Estado ensinava o povo a temer a política. E a Igreja doutrinava o povo a desistir das ambições efémeras e a dar graças por um dia depois do outro. Afinal, quão mais difícil é àqueles que são ricos alcançar a salvação, se comparados com os que nada têm. Esta mesma mansidão havia sido ensinada em África pelos missionários aos indígenas e muitos encontraram a felicidade na servidão (Pinto *in* Bethencourt, 1997: 79). De modo que

esta mistura de temor com resignação, fez dos portugueses um povo, embora pobre, dócil à governação.

As excepções, que as houveram, ficaram a expensas de aventureiros destemidos.

2.3.2- O Capitão Henrique Galvão

Desde que, em 1947, Henrique Galvão fez o ousado Relatório acerca das condições de trabalho em Angola, a que já aludimos, a sua vida mudara muito. Já não era mais o administrador e inspector colonial, nem o jovem deputado, nem o delfim de Salazar. Além do ditador, Galvão contava ainda entre os seus adversários com todos os colonialistas, os negreiros, e os senhores dos interesses ultramarinos, o mesmo é dizer, o país inteiro, ou quase. Porém, Henrique Galvão conservava intactas a inteligência e o destemor, e tal bastava-lhe para que se permitisse provocar em Salazar, os maiores dissabores. Tudo o que fazia parecia não obedecer à razão e isso fazia-o perigosamente imprevisível, aos olhos dos Salazaristas, um louco (Mathias *cit. in.* Antunes, 1992a: 125).

Logo nas eleições presidenciais de 1951, antecipadas por motivo da morte do Presidente Carmona, foi possível perceber que no que dependesse de Henrique Galvão, Salazar não teria mais sossego. A campanha da oposição, então liderada pelo Almirante Quintão Meyrelles, durou apenas 15 dias, e foi ultra condicionada. Mas nem era preciso tanto, para que o inconfundível estilo do Capitão Henrique Galvão se fizesse notar. Ora, o tema da campanha eleitoral era a promiscuidade entre o poder económico e o político, a corrupção, os favores e os favorecimentos. Uma problemática que Galvão conhecia em profundidade e pelo interior e, talentoso como era na redacção, não precisou de quaisquer reparos para que num traço apresentasse ao país o verdadeiro rosto do Estado Novo. Não lhe faltaram nomes para dar à gravidade dos factos que descrevia a cor que lhe era merecida. Os visados mal podiam disfarçar o desconforto, mas não tinham como se defender. Galvão conhecia-lhes todos os podres e no requinte de cada pormenor fazia-lhes recordar vivamente o quão eram vulneráveis. Os prospectos de campanha circulavam com uma dificuldade extrema, mas ainda assim cumpriram a sua missão.

Quanto às eleições, Quintão Meyrelles, pelas mesmas razões do General Norton de Matos, desistiu da candidatura. Craveiro Lopes tornou-se assim o Presidente da República.

Por sua vez, o Capitão Henrique Galvão, um ano depois, em 1952, seria preso, julgado e, depois, condenado a 18 anos de prisão maior. Atendendo à sua idade, o mesmo era dizer, prisão perpétua. A PIDE conseguiu apossar-se dum cópia dum seu plano para uma revolta, de modo que por todas as razões, de pouco serviria defender-se. Porém, Henrique Galvão, ao invés de desistir, preferiu defender-se ao seu melhor estilo, e fê-lo com tal brilhantismo, que Mário Soares recorda aquele julgamento como um dos espectáculos mais extraordinários a que assistiu em toda a sua vida. Na memória de Mário Soares estava ainda a surpreendente forma como, parecendo não haver argumento, Henrique Galvão enfrenta um Tribunal comprometido, justificando-se de viva voz que o que parecia ser o plano para uma revolta, mais não era do que “*um trabalho de pura imaginação para uma peça de teatro que tencionava escrever*” (Soares, 1974: 203).

Claro que por mais verosímil que fosse o argumento, nunca seria suficiente para o livrar da cadeia. Porém, a cadeia não impediu Henrique Galvão de continuar a ser o principal motivo de interesse da vida política nacional, tal a forma como a oposição se dividiu e eclipsou. Henrique Galvão, embora preso, continuou a cogitar novos planos de conspiração e a fazer circular os seus manifestos de denúncia. Ficou então célebre a pitoresca biografia que fez de Salazar, sob o título “O Filho do Manholas”, em clara alusão à sugestiva alcunha porque atendia o pai do ditador. Henrique Galvão foi descoberto e transferido de cadeia por duas vezes, primeiro para Caxias, depois para Peniche. Mas nem todo esse isolamento involuntário, o impediu de manter-se activo e vigilante (Rosas, 1996: 378-379).

Por contraponto, a oposição - e aqui se inclui o inconformado Partido Comunista Português (PCP), cansou-se de maldizer o Estado Novo a pretexto de eleições manipuladas e, por causa disso, de perder os seus melhores membros para um cemitério de desilusões. De modo que os mais sensatos, escolheram esperar a sua hora. Até lá, a ordem era: domesticar os ódios e sobreviver. Tratava-se dum trabalho discreto, em que a inteligência substituía a coragem, e onde figuras como Mário de Azevedo Gomes, Jaime Cortesão e António Sérgio (os dois últimos historiadores e ensaístas de renome), mentores do Directório Democrato-Social, sobressaíam com propósito, tal a frequência com que a pretexto do direito de

representação, consagrado no n.º 18 do art. 8.º da Constituição, visitavam o Presidente Craveiro Lopes.

Resulta, assim, que a oposição clássica, por opção estratégica, escolheu a sombra, mas ao fazê-lo condicionou-se a perseguir os aventureiros que lhe reclamaram a iniciativa.

2.3.3- O General Humberto Delgado

O General Humberto Delgado, tal como o Capitão Henrique Galvão, começou por ser um dos militares preferidos de Salazar, para depois se tornar num dos seus principais adversários. Washington, onde era adido militar, fê-lo reparar no quão Portugal era diferente. De modo que o outrora membro da mocidade portuguesa, pouco tinha a ver com o General que ostensivamente, aquando das suas deslocações a Portugal, visitava o preso Henrique Galvão e o oposicionista António Sérgio. E não satisfeito, o General cultivava ainda o estranho gosto de criticar o Estado Novo sem disso fazer especial segredo.

Perante tais provocações, a reacção visível de Salazar foi convidar Humberto Delgado para Director-Geral da Aeronáutica Civil, isto numa altura em que se equacionava o alargamento do Aeroporto da Portela. Mário Soares interpreta este gesto como uma tentativa de converter um oposicionista num homem rico. Porém, frustrada, pois, embora haja aceite o lugar, o General “*era de uma integridade moral perfeita*” (Soares, 1974: 215).

Contudo, a explicação avançada por Mário Soares, parece pecar por redutora. Na verdade, parece merecer melhor acolhimento a tese de que a motivação para o convite de Salazar não adviria duma simples tentativa de suborno, mas duma estratégia de manietar um homem cuja excessiva ousadia fazia supor o apoio dos americanos. Admitindo este cenário como plausível, o convite de Salazar justificar-se-ia pela necessidade em assegurar a eficácia do controlo a exercer pela PIDE, como de resto veio a suceder. Com efeito, mal Humberto Delgado se instalou em Lisboa, Rodrigo Mendes de Abreu, um informador da PIDE, rapidamente haveria de ganhar a amizade do General. Não sabia a PIDE que o seu informador, era em simultâneo o agente que a CIA destacou para garantir a segurança do candidato às eleições presidenciais de 1958. Em verdade, o General esperava por esse agente

duplamente secreto, desde Dezembro de 1957, altura em que a CIA lhe garantiu apoio face às dificuldades que a sua candidatura viesse a enfrentar (Ignátiev, 1987: 19-32).

O certo, é que quer se verificasse ou não o apoio dos americanos, perante os portugueses, o Estado Novo e até o PCP, ele passou a constituir um facto político incontornável, desde que no primeiro dia de campanha, numa conferência de imprensa realizada no Porto, o General Humberto Delgado anunciou ao País e ao Mundo a demissão do ditador, caso fosse eleito (Rosas, 1996: 252). A ousadia valeu-lhe o cognome “General sem Medo”, mas mais importante valeu-lhe recuperar para a luta todo um povo. Desde então, cada acção de campanha, tornou-se um acontecimento. O General mostrou-se capaz de atingir no seu âmago todas as classes sociais, e provocar até cisões entre as forças mais conservadoras, casos do Exército e da Igreja. De modo que a campanha terminaria com o General a gritar bem alto: “Vão-se embora! Vão-se embora! Estamos fartos de vocês!”. Mas não o fazia sozinho, o povo acompanhava-o (Labourdette, 2003: 583).

Aos olhos de Salazar, toda esta agitação resultava da invulgar forma como Humberto Delgado comunicava (Salazar *cit. in* Estrelas, 1999: 87). Porém, o mérito não lhe advinha tão-só do estilo de campanha à americana, como o ditador queria fazer crer, mas também do facto do povo identificar na sua rebeldia a essência mais pura da liberdade. Com efeito, se Delgado ouvisse os conselheiros políticos, nunca prometeria a demissão do ditador, mas porque ouviu o “coração”, o discurso resultou convincente. Em verdade, *pectus est quod dissertos facit*³.

Toda a oposição reparou que o General não era tão-só o verbo, mas sobretudo o exemplo. O PCP desistiu de apelidá-lo de “General Coca-Cola” e, nove dias antes das eleições, desistiu mesmo da sua candidatura. O mesmo fizeram as demais forças políticas, embora muito mais cedo. De modo que a união tornou o General ainda mais forte. Por contraponto, o ditador sentiu, como nunca antes, uma profunda diferença entre aquilo que queria fazer e aquilo que poderia fazer. Afinal, os gestos tão exuberantes do General, haviam atraído sobre si as atenções do “Mundo”, com muitos aplausos à mistura. Entre o Estado Novo o sentimento era de susto, quase pânico. A elite governamental não sabia muito bem o que lhe acontecera, embora tudo fizesse para adivinhar. De modo que à falta de certezas, agia

³ “o coração é que faz os eloquentes”, (trad. própria).

sob suspeitas como se delas pendesse a sua sobrevivência. A ameaça de esfriamento de relações com a embaixada norte-americana é *per se* sintomática desse desespero. Franco Nogueira, um orgulhoso salazarista, denota bem esse espírito de suspeição quando insinua que: “*alguns bancos portugueses notaram uma súbita e avultada remessa de fundos dos Estados Unidos a favor de pessoas ligadas a Delgado, e que cessou depois da campanha*” (Nogueira, 1980: 501).

Claro está, que funcionando como um tónico sobre a sua credibilidade, o General Humberto Delgado explorou à exaustão esse apoio, insinuando ao longo de toda a campanha com grande estrondo o apoio americano. Contudo, sendo um homem eminentemente pragmático, o General sabia que, aparte o “folclore” político, no fim continuava a ser o ditador quem contaria os votos. Tentou, por isso, evitar que tal se repetisse. Para o efeito, estabeleceu vários contactos e reuniu os apoios necessários para o sucesso da conspiração. Na véspera das eleições, o Presidente Craveiro Lopes chegou mesmo a esperar uma noite inteira pelas forças armadas pensando que, a partir da segurança do regimento de Santarém, iria ordenar a demissão de Salazar. Mas em vão.

Não era a primeira vez que os planos de derrube do ditador fracassavam, bem pelo contrário. Parecia um triste fado que se repetia. Das outras vezes, regra geral, os delatores aproveitaram para realizar as suas pequenas ambições, enquanto os traídos acabaram, uns após outros, exemplarmente punidos. As famílias nunca souberam ao certo o que lhes sucedeu, embora reparassem que os que receberam como destino o Tarrafal, regressaram, consoante o castigo, mortos, ou então, enlouquecidos (Queiroga: 1975: 71-82). Não era, pois, difícil ao General Humberto Delgado adivinhar qual o seu futuro e daqueles que o apoiaram. Todavia, antes que a fatalidade se abatesse, havia ainda por disputar as eleições. Por um momento o General pensou, em desespero de causa, evitar o escrutínio, mas tal opção pareceu-lhe uma traição aos que consigo publicamente ousaram dar: “Vivas à Liberdade”. Claro está que oficialmente perdeu as eleições. Depois, perdeu também o cargo de Director-Geral da Aeronáutica Civil e todas as regalias militares, a farda, as condecorações e o salário. E no que dependesse do ditador haveria também de perder a liberdade e a vida.

A vingança do ditador obedeceu a um plano progressivo, apenas condicionado pela memória que a opinião pública internacional guardou do “General sem Medo”. E aqui o

ditador teve de esperar mais do que previra, pois, o General fartou-se de recolher provas das fraudes eleitorais e disso fez grande alarido, primeiro junto da justiça, depois perante a opinião pública. Quando finalmente assentou a poeira, iniciou-se a habitual caça às bruxas. Todos os que apoiaram o General Humberto Delgado sofreram perseguições. O General tentou ainda preservar a união da oposição como um bloco, mas sem sucesso. As suas ideias propunham o derrube do ditador, se preciso fosse pela força, mas esta predisposição era incompatível com uma oposição clássica, mais dada aos papéis e sempre à espera que, sem grandes riscos, o Estado Novo caísse de maduro. Ora, isso era uma questão de tempo, não fosse o ditador contar 70 anos em 28 de Abril desse ano de 1959. Mas o General não entendia por bem que depois de se iludir o povo, este fosse devolvido à sua sorte. Humberto Delgado tornou-se assim um homem só, que tinha por único conforto saber que o ditador o receava. Salazar receava-o, sobretudo, pelo custo político que implicaria a sua destruição. Foi, por isso, que lhe endereçou um convite para que aceitasse ir para o Canadá a expensas do Estado. Mas não era por receá-lo que Salazar o iria poupar.

A sua primeira medida foi impossibilitar que o povo português alguma vez mais se deixasse “enganar” por um palrador. Para o efeito, Salazar promoveu uma rápida revisão Constitucional e o Presidente passou a ser escolhido por uma espécie de “colégio de sábios”. Por certo, desistir da máscara de democrata não terá sido para Salazar uma decisão fácil, mas diz bem daquilo a que se predispunha para preservar o poder. Segundo o próprio, eram assim os grandes homens, os grandes chefes, os grandes ditadores:

(...) os grandes homens, os grandes chefes, os grandes ditadores não se embaraçam com preconceitos, com fórmulas, com preocupações de moral política. Para consolidarem o seu poder pessoal, para o aumentarem, são capazes de todas as audácias, de todas as mutações (...) (Salazar cit. in Queiroga, 1975: 34).

Percebe-se, pois, que para se desembaraçar do General Humberto Delgado, sem se embaraçar perante a sociedade internacional, sendo Salazar um grande chefe, a PIDE recebesse instruções para que concebesse um plano ardiloso, mediante o qual a pretexto dos desacatos surgidos duma manifestação ilegal de apoio ao General, o mesmo fosse preso, ou até morto. Esse plano apenas não resultou porque a CIA continuava a garantir a segurança do

General Humberto Delgado. Manuel Mendes de Abreu, o tal agente duplo da PIDE, instruído pelo chefe da CIA em Portugal, o coronel Benjamin H. Vandervoort, aconselhou o General para que, antes que o plano fosse executado, pedisse asilo à embaixada do Brasil (Ignátiev, 1987: 54-55). Foi um atempado e bom conselho, pois, poucos como o embaixador Álvaro Lins, conheciam o suficiente da PIDE para dela poderem fazer juízo próprio, sem carecer de conselhos. Outro embaixador, ou outro país politicamente mais frágil, talvez não resistisse às fortes pressões que sobre si Salazar fez exercer (Lins, 1974: 32 *et passim*). Como mais tarde Mário Soares viria a revelar: “*Delgado conservava amigos altamente colocados*” (Soares, 1974: 241).

Claro está que esta sucessão de episódios, prejudicou politicamente a imagem de Salazar, “Salazar, o ditador benigno” era decididamente uma mentira. Mas em contrapartida, com o “General sem Medo” arredado do país e sem mais eleições pela frente, Salazar viu o país regressar à calma, ainda que aparentemente. O povo fez várias greves e alguns passearam-se até de gravata preta, em sinal de luto pelas últimas eleições presidenciais. A própria Igreja havia abdicado do unanimismo no apoio ao ditador. E entre o exército eram muitos os que conspiravam, não raras as vezes, a coberto de altas individualidades do Estado. Contudo, embora aqui e ali surgissem algumas conspirações, por falta de unidade na acção, todas fraquejaram. O povo parecia refém do dilema do prisioneiro, se todos avançassem em uníssono sobre o ditador, venceriam, mas porque o faziam a pretexto, um após outro, todos baqueavam.

Em suma, uma fraca liderança, parecia fazer fraca a forte gente.

2.3.4- O Regresso do Capitão Henrique Galvão

Embora preso, o Capitão Henrique Galvão, por aquilo que opinava, continuava ainda a fazer sonhar muitos portugueses. Tratava-se dum personagem que surpreendia pela sua audácia e graça natural, o que lhe valia uma vasta empatia popular. Logo se percebe o entusiasmo com que foi recebida a notícia, de que a implacável PIDE, havia deixado fugir Henrique Galvão, acompanhado dos seus livros, manuscritos e até dum pardal que enquanto preso se dera ao trabalho de domesticar. Tanto mais que a PIDE que tanto se orgulhava de tudo saber, durante semanas a fio, não soube onde encontrá-lo. E não deveria ser assim tão

difícil, pois, doente e com 64 anos de idade, o fugitivo estava longe da figura do jovial aventureiro. Mas, o certo, é que via embaixada da Argentina, Henrique Galvão haveria de chegar à América Latina. E uma vez lá, haveria de organizar conjuntamente com um grupo de antifranquistas, uma acção mirabolante denominada: “Operação Dulcineia”.

Foi assim que no dia 22 de Janeiro de 1961, um comando de 23 homens, liderado por Henrique Galvão, tomou de assalto o paquete transatlântico Santa Maria, e com ele os seus 370 tripulantes e 600 turistas, dos quais 42 eram norte-americanos. A acção aconteceu nas águas das Caraíbas, das melhores para a pirataria, e durou oito dias. A acção era de tal forma “surrealista” que durante os dois primeiros dias, as autoridades portuguesas nem sabiam o que pensar, limitando-se a pedir ajuda aos parceiros NATO para a localização do navio. De modo que quando Henrique Galvão quebrou o silêncio, a surpresa pela notícia produziu um efeito internacional que se imaginava impossível. Claro está que sob Henrique Galvão, logo pairou a acusação de ser um bandido. E aqui havia contra Galvão a circunstância de durante o assalto, o terceiro-piloto, Nascimento da Costa, tendo oposto resistência ao assalto, ter sido ferido mortalmente. Este incidente, aos olhos do Ocidente, parecia ser o suficiente para fazer Henrique Galvão mais próximo da figura do vilão, do que do herói. Mas ciente desse risco, Henrique Galvão fez a pedagogia do homem solitário, que num excesso de altruísmo, sujeitando-se a todos os perigos, cometeu um acto desesperado, para que o Mundo reparasse num povo mártir e no ditador que o oprimia. E fê-lo numa forma convincente, quer pelo trato que manteve com os passageiros, quer pela mensagem que soube veicular para o exterior. O humanismo de Henrique Galvão tornou-se uma evidência no preciso momento em que, apesar de ter no seu encalço as duas marinhas mais capazes do globo, ordenou que o Santa Maria fizesse escala na ilha de Santa Lúcia, para que os passageiros que o necessitassem pudessem receber assistência. Para a credibilidade de Henrique Galvão, foi também muito oportuno o empréstimo do capital político do General Humberto Delgado. Pois, se o líder da oposição democrata no exílio reclamava a responsabilidade pelo acto, então a comunidade internacional não tinha como duvidar do mérito das suas intenções. O telegrama do General Humberto Delgado enviado às Embaixadas norte-americana e inglesa no Brasil, que mereceu ampla divulgação nos órgãos de comunicação social, dizia o que a seguir se transcreve:

Solicito V. Ex.^a informe seu Governo imediatamente que o incidente do Santa Maria não é um motim ou um caso de pirataria, mas a tomada de um navio

português por portuguesas e com objectivos políticos. Peço veementemente ao seu Governo que não interfira no assunto (Delgado 1991: 178).

Percebe-se assim melhor o porquê da Grã-Bretanha desistir da perseguição ao Santa Maria a pretexto da falta de combustível. E também o porquê dos EUA sentirem tamanhas dificuldades para encontrar um pacote transatlântico, quando se por acaso fosse um submarino soviético algumas horas bastariam. E também o porquê de países como a França, a Alemanha ou a Holanda, ignorarem, pura e simplesmente, o pedido de auxílio dum parceiro da NATO.

Henrique Galvão pôde, assim, como melhor entendeu, denunciar perante o Ocidente: a opressão, a miséria, a censura, a prisão, a violência, a crueldade, a perseguição, a morte. Enfim, o martírio dum povo às mãos de Salazar. Todos os que o escutaram não duvidaram sobre quem eram os que agiam de forma perniciosa e opressora. De forma, que o que começou como um acto de pirataria, acabou com a imprensa internacional, a bordo dum navio entretanto rebaptizado de “Santa Liberdade”, em amena cavaqueira com Henrique Galvão, os sequestrados, e os responsáveis norte-americanos pela perseguição.

Portugal, a exemplo do melhor estilo salazarista, optou por protestar em jeito de ameaça, mas desta vez sem concretizar. O constrangimento por ver o Brasil, com o patrocínio dos EUA, dois Estados amigos, conceder asilo político a todos os rebeldes, foi difícil de disfarçar. Mas a vergonha, por ter de voltar a enfrentar o mundo ocidental, foi ainda maior. A tal ponto que alguns orgulhosos salazaristas chegaram até a aconselhar que, para salvação do regime, Salazar se demitisse (Antunes, 1992a: 144).

O desespero era o reflexo óbvio, de no curto espaço de dois meses, a diplomacia portuguesa contar dois duros revés. Com efeito, já em Dezembro, na XV Assembleia Geral das Nações Unidas – conforme já atrás referido -, Portugal experimentou as mais duras dificuldades para preservar o apoio do Ocidente, ante o veemente apelo da URSS à ofensiva final contra o colonialismo português. Na altura, foi *in extremis* e a contragosto do Presidente dos EUA, John Kennedy, que a solidariedade anti-comunista prevaleceu sobre os ideais de liberdade. Porém, era altamente improvável, que essa solidariedade se repetisse, pois, os EUA estavam a perder claramente influência em África para a URSS. Ademais, depois da acção

protagonizada por Henrique Galvão, a opinião pública norte-americana reparou que toda a nossa política ultramarina, a começar pelo seu nome, era um logro. De modo que a cumplicidade com a ditadura “benigna” parecia estar à beira do fim. Os avisos que chegavam a Lisboa apontavam todos nesse sentido. Mas tudo haveria de se tornar ainda pior.

Com efeito, o fim último da “Operação Dulcineia”, visava a instauração dum Governo Provisório em Angola. E de acordo com o plano, a acção não deveria tomar de assalto tão-só o paquete Santa Maria, mas várias outras embarcações (Soares, 1974: 294). Apenas assim não sucedeu porque os contactos preliminares no sentido duma outra dotação de meios, foram prejudicados pela incompatibilidade de interesses entre a comunidade branca e União das Populações de Angola (UPA) (Antunes, 1992a: 149-150). Mas apesar de todas essas contrariedades, da escassez de água, de combustível e até de homens, enquanto a “Operação Dulcineia” durou, Henrique Galvão nunca se inibiu de afirmar que Angola era o destino. E ao fazê-lo, provocou o reforço do contingente militar, um pouco ao longo de toda a extensa costa angolana e, claro está, a concentração em Luanda de inúmeros repórteres da imprensa internacional. Ora, com tamanhas atenções concentradas em Luanda, estavam criadas condições únicas, para que com visibilidade os movimentos independentistas, se decidissem passar das palavras à acção (Guerra, 1994: 176).

3- A África Portuguesa em Guerra

3.1- Angola

3.1.1- A Deflagração do Conflito

Na madrugada do dia 4 de Fevereiro de 1961, ainda o navio Santa Maria não havia regressado a Portugal, algumas centenas de negros, tentaram pela força libertar as vítimas que a PIDE mantinha detidas nas cadeias de Luanda, entre as quais, vinte nacionalistas do Movimento Popular da Libertação de Angola (doravante, MPLA), a cumprir penas de três a dez anos, na sequência do “processo dos 50”. Comentava-se em Luanda que esses presos estavam de viagem marcada para o Tarrafal (Melo, 1974: 107-115; Guerra, 1994: 176).

A tentativa saiu gorada. Todavia, o que viria a marcar a história foi o dia em que foram a enterrar os sete polícias vítimas dos confrontos. Nesse fatídico dia de 5 de Fevereiro, em gesto de vingança, a comunidade branca reagiu com uma violência brutal. Na memória fica, em jeito de caçada, uma verdadeira matança cometida sobre os negros que habitavam a periferia de Luanda. Face a estes acontecimentos, era suposto que as autoridades portuguesas agissem prontamente contra aqueles que fizeram, ou tentaram fazer, justiça pelas próprias mãos. Contudo, as autoridades portuguesas preferiram evitar que os jornalistas internacionais pudessem dar notícia do que ali se passara, com a agravante de que em 10 de Fevereiro, tudo se repetiria. Desta feita, dum tumulto na cadeia de S. Paulo resultaram 100 negros mortos nos arredores de Luanda, segundo números oficiais, ou 300 segundo fontes oficiosas.

É claro que os jornalistas acreditados em Luanda, não dispunham de imagens que lhes permitissem produzir a prova, pois os rolos fotográficos foram-lhes retirados, mas também deles não precisavam para que pudessem dar o seu testemunho. E isso foi preponderante, para que a credibilidade da diplomacia portuguesa, se acaso ainda restasse alguma, caísse por terra. Acresce que no interesse do colonialismo, as vítimas da ira da comunidade branca, embora não tenham sido escolhidas ao acaso, estavam longe de ser as mais indicadas. Desde logo, porque a cintura negra da cidade de Luanda, era uma verdadeira escola do nacionalismo marxista-leninista. De certa forma a apatia das autoridades face às atrocidades então cometidas, pode ser explicada pelas dificuldades que sentiam em travar esses movimentos. Mas o facto é que o recurso à violência, assim como a prisões arbitrárias por parte da PIDE, ao invés de inibirem o crescimento da contestação, provocaram o efeito contrário.

Há aqui que notar que a emigração para estados independentes vizinhos, fez os angolanos terem perfeita consciência do quão as suas condições de vida eram diferentes. A que se soma o facto dos angolanos contarem com líderes capazes, quer no plano da captação dos indispensáveis apoios internacionais, quer no plano da estratégia de luta. Tratam-se na sua esmagadora maioria de jovens estudantes que vieram estudar para a metrópole e que, uma vez cá, foram instigados na luta anti-fascista pelos movimentos académicos de contestação. Mário

de Andrade e Agostinho Neto, fundadores do MPLA, são apenas alguns desses exemplos⁴ (Soares, 1974: 442).

De modo que ao chegar ao início da década de 60, embora no plano da acção directa ainda nada houvesse a registar, o certo é que no plano político havia já um vasto trabalho realizado, com destaque para o MPLA, criado em 1956, e a UPA, criada em 1958, em substituição da União das Populações do Norte de Angola. Ambas as organizações, sentiam-se cansadas de apelar ao diálogo e encaravam o recurso à luta armada como uma fatalidade. Aliás, dois meses antes dos massacres de Luanda, mais concretamente, em 6 de Dezembro, numa conferência de imprensa, realizada em Londres, os dirigentes nacionalistas haviam já avisado que:

Portugal, porque recusa obstinadamente reconhecer as nossas aspirações nacionais, não nos deixa senão uma alternativa. Portugal, pela repressão selvagem exercida e pela preparação que vem fazendo para a guerra colonial, força-nos à acção directa. Mas as organizações nacionalistas procuraram uma solução pacífica. Por vezes as populações reagiram contra a brutalidade dos portugueses e foram massacradas. Reclamam agora com a maior urgência que seja organizado um plano de auto-defesa activa (Mário de Andrade cit. in Soares, 1974: 444-445).

Era, pois, demasiado previsível, que os excessos da violência em Luanda comportariam graves consequências. Havia muitos boatos acerca do que poderia vir a acontecer, mas nada fazia adivinhar que com tal gravidade. No dia 15 de Março e durante três dias, no Norte de Angola, junto à fronteira com o Congo, centenas de negros, da tribo dos bakongos, armados de catanas, cometeram todo o tipo de atrocidades. Em pânico, desesperados, muitos homens, mulheres e crianças, tentaram escapar aos piores excessos que se conhecem da violência tribal. Mas com as estradas cortadas e sem postos de abastecimento, muitos não o conseguiram. Só no primeiro dia contaram-se 500 mortos, mas chegaram a 800, isto numa população de 10.000. Os que conseguiram chegar a Luanda, descreveram o inferno. Os negros que trabalhavam nas fazendas também não foram poupados, ao todo cerca de 6.000

⁴ Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Eduardo Mondlane, fundador da Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO).

mortos (Felgas, 1961: 33). O próprio MPLA fez questão de se demarcar do que considerava ser “*uma manifestação de selvajaria, incompetência e racismo*” (Savimbi, 1979: 17).

Incrédulo, Portugal não queria acreditar no que lhe acontecera. Perante tais factos, tudo o mais, incluindo o mérito da política colonial salazarista e a própria luta anti-fascista, parecia secundário (Correia, 1991: 43). Era impossível compreender o porquê, até porque pouco ou erradamente se conhecia sobre a realidade africana. E aqui Mário Soares faz também *mea culpa*:

(...) a Oposição, até aos primeiros anos da guerra colonial, seria omissa ou extraordinariamente ambígua e flutuante nas suas tímidas tomadas de posição. A falta de informação e de real conhecimento dos problemas africanos, de quase todos os dirigentes oposicionistas, poderá explicar o facto embora o não justifique, dado que há-de ser levado em conta de uma das deficiências mais graves da Oposição, neste período (Soares, 1974: 442-443).

Faltava, assim, a Portugal alguém capaz de informar os portugueses de que escassos dois meses antes do massacre, em Janeiro de 1961, naquela mesma região, na Baixa do Cassange, os trabalhadores indígenas haviam também eles sido massacrados, a pretexto de se terem insurgido contra a obrigação de trocarem a agricultura com que até então haviam subsistido, pela monocultura do algodão (Cunha, 1953: 219-220). Tal mensagem para que fosse inteiramente assimilada pelo povo português, nem precisaria de especiais efeitos, pois, pela similitude com o seu o quotidiano, era crível que, com excepção dos exploradores e seus amigos, todos seriam capazes de entender na perfeição a explicação do filho dum simples camponês:

(...) Meu pai tinha uma pequena parcela de terra. Cultivávamos milho e algodão que bastavam largamente às nossas necessidades. Vendíamos o resto aos brancos da vila. Quando a Companhia Algodoeira obteve o monopólio da exploração do algodão na nossa região, nós fomos obrigados a cultivar um campo de algodão com sementes dadas pela Companhia que nos comprava em seguida a colheita. Mas ela pagava muito pouco (...) Nós não tínhamos tempo de nos ocupar de outras culturas. Sabeis talvez que o algodão exige cuidados

constantes. É necessário arrancar ervas daninhas. Nós sabíamos por experiência que alguém que recusasse cultivar esse maldito algodão era preso pelos serviços de segurança e enviado para muito longe para trabalhar nas plantações de S. Tomé. Nós então tínhamos medo, medo do branco, medo de sermos arrancados às nossas famílias, de deixarmos as nossas crianças morrer de fome (...) (Melo, 1974: 120).

Mas claro está que, em face da censura, os portugueses não tinham como saber desta situação. Na altura, após o massacre da Baixa do Cassange, o Governador do distrito de Malanje, o cabo-verdiano, Joaquim Monteiro, ainda tentou dar conta de que por detrás dele estavam os abusos perpetrados pela Companhia Algodoeira Luso-belga Cottonang. Mas o melhor que conseguiu foi motivar a deslocação de dois emissários da Cottonang a Luanda e, subsequentemente, perder o emprego (McVveigh *cit. in* Melo, 1974: 120).

Neste cômputo, no meio desta ignorância involuntária e do desatino geral, Salazar sobressaía com todas as respostas, e com uma retórica simples, e uma propaganda eficaz, fez com que cada português soubesse que por detrás das ingénuas tribos africanas, estavam os soviéticos para nos roubarem Angola. Mas Angola, por herança dos grandes portugueses de antanho, era nossa (Alexandre *in* Pinto, 2005: 86). E, porque assim era, e porque nunca consentiríamos no contrário, iríamos para Angola, rapidamente e em força. Afinal de contas, com a questão colocada nestes termos, era o orgulho dum povo que estava em questão e sempre que ao longo da história assim sucedeu, e enquanto assim sucedeu, aparte as diferenças, Portugal nunca se resignou. Até alguns opositoristas de sempre, como o fervoroso Cunha Leal, Ramado Curto ou Acácio Gouveia, aderiram à unanimidade patriótica (Maltez, 2005b: 564). Deste modo, Salazar, o “génio da manipulação”, quando menos seria de prever, tornava o seu poder mais forte do que nunca (Porch, 1977: 30).

Para José Freire Antunes: “*a UPA e os seus protectores ocidentais tinham subestimado a capacidade de resistência dos portugueses. Quanto a isso Salazar estava certo – e prevenira Kennedy*” (Antunes, 1992a: 190).

3.1.2- Portugal, os EUA e o Mundo

O erro cometido por Kennedy foi, com efeito, um erro politicamente grave, não só pela ligeireza de cálculo, mas sobretudo pelas consequências que só não foram maiores, porque Salazar teve o tacto político de escolher os comunistas como bode expiatório. Se por acaso Salazar optasse por dizer aos portugueses toda a verdade, poderia ter acusado os EUA de saberem que a União das Populações de Angola (doravante UPA) - mais tarde Frente Nacional da Libertação de Angola (doravante FNLA) - planeava o massacre do dia 15 de Março e, mesmo assim, encapotados pela CIA, sempre a apoiarem, quer antes, quer depois do massacre, assim como poderia acusar os EUA de exercerem fortes pressões diplomáticas para que os nossos aliados nos censurassem, enquanto se gladiavam com os soviéticos pelos estudantes africanos, para assim nos sucederem no controlo de África (Antunes, 1992a: 61, 172 *et passim*; Labourdette, 2003: 585).

Claro que se essa tivesse sido a opção tomada, Salazar teria comprometido as relações futuras com os EUA, sem que daí resultassem quaisquer contrapartidas para Portugal. Mas ciente dessa fatalidade, Salazar teve o bom senso de distinguir as diferenças com a administração Kennedy das relações bilaterais com os EUA. Para Salazar, Kennedy bem podia ser o Presidente dos EUA, mas era apenas mais um, e como todos os outros, era um fenómeno de propaganda temporário, sujeito a oposição interna e permeável a interesses económicos. Afinal, na democracia americana eram os grandes patrões quem patrocinavam as campanhas eleitorais, a favor ou contra. E, assim sendo, era a eles que a nossa política externa se deveria dirigir. Foi, por isso, que Salazar se apressou a realizar reformas substanciais - reorganização dos distritos rurais, abolição do Estatuto do Indigenato, reforma do Código de Trabalho Rural, fim do sistema de culturas obrigatórias, - e a propagandear por todos os meios, junto dos seus aliados estratégicos, sobretudo os EUA, facilidades de todo o tipo ao seu investimento (Moreira, 1976: 32-33; Guerra, 1994: 45).

Claro que para Kennedy essas reformas eram tidas por insignificantes, atitude essa perfeitamente justificável pelo entusiasmo que se sabe ter emprestado à anedota: “*Os portugueses, tendo já dado a três angolanos uma educação na Universidade, vão agora iniciar o seu segundo plano para 500 anos*” (Hilsman *cit. in* Antunes, 1992: 282). Mas não obstante a graça, o certo, é que aos olhos dos conservadores, a insensibilidade de Kennedy aos

sinais de abertura dum país amigo, bem poderia ser confundida como mais uma manifestação de insensatez (Delgado, 1991: 234). Com efeito, parecia comum em Kennedy a confusão da realidade pelo sonho. A tentativa frustrada de invasão de Cuba, era disso um elucidativo exemplo (*idem*: 236). E Salazar, com a manha política que se lhe reconhece, aproveitou esse efeito para fazer notar aos EUA de que se por acaso não nos tratassem como aliados, nós também não tínhamos porque o fazer, na medida em que na hierarquia das prioridades, Berlim se comparado com séculos de presença de Portugal em África, pouca ou nenhuma importância tinha. Tratava-se claramente duma ousada jogada ofensiva, que fez as delícias dos conservadores, mas em simultâneo colocou Salazar ante a eminência de ter de enfrentar a contra-ofensiva de Kennedy.

Pois bem, o Presidente Kennedy decidiu-se por promover o derrube de Salazar, mas para gáudio de Salazar fê-lo, mais uma vez, precipitadamente. A CIA, sem que tivesse ponderado devidamente a questão, recomendou-lhe o então Ministro da Defesa Botelho Moniz. A avaliar pelo passado salazarista de Botelho Moniz, a opção estava longe de ser a mais indicada, mas como o entusiasmo e a pressão de Washington eram muito acentuados, tudo se proporcionou (Ferreira, 1992: 255-273; Caetano, 1974: 27). Os encontros de Botelho Moniz com o embaixador norte-americano e a própria CIA, decorreram com um à-vontade extraordinário. Tanto à-vontade que Salazar teve mesmo de se esforçar por disfarçar a curiosidade. Mas o mais caricato nem foi a ingenuidade com que se realizaram os encontros exploratórios. O mais caricato foi o facto de Botelho Moniz ter um tal pavor da ilegalidade, que decidir-se-ia por uma coisa nunca antes vista, um golpe de estado por requerimento. É claro que o Presidente da República Américo Tomás, logo se aconselhou junto de Salazar. E o mesmo fez o General Kaúlza de Arriaga, a quem muito aproveitou a grande demonstração de lealdade, para o relançamento da carreira militar, pelo que por bem dizer, o Golpe de Estado se alguma vez existiu, nunca aconteceu.

Deste modo, pode-se bem dizer que a intentona de Kennedy, ao invés de produzir o resultado pretendido, introduziu uma maior perturbação nas já de si difíceis relações com Portugal, com consequências também ao nível da tolerância dispensada por Salazar às actividades oposicionistas internas (Garcia, 1977: 229; Caetano, 1974: 27). Era, aliás, de prever, que sentindo-se Salazar acossado, reagisse a preceito. Fê-lo no seu jeito habitual, implacável com os fracos, prudente com os fortes. Assim, no interior das forças armadas, a

dança de chefias processou-se com a discrição que se aconselhava, enquanto que para com a resistência política não houveram quaisquer veleidades. As “Juntas de Acção Patriótica”, uma espécie de coligação das forças oposicionistas inspiradas pela revolução cubana, quase morreram à nascença e, com o passar do tempo, dividiram-se e eclipsaram-se. A oposição democrática ocupou-se a escrever cartas de protesto, enquanto o PCP continuou a sonhar com um levantamento nacional, e o General Humberto Delgado continuou entregue aos seus planos conspirativos (Labourdette, 2003: 587; Maltez, 2005b: 545). Porém, após o fiasco da revolta de Beja - Dezembro de 1961 -, cada vez mais só, e, por fim, com os agentes da PIDE como companhia, o que custar-lhe-ia a vida (Soares, 1975a: 139-167; Maltez, 2005b: 538). Henrique Galvão podê-lo-ia ter ajudado, mas as diferenças entre ambos tornaram-se profundas e insanáveis (Oliveira, 1979: 224). Em verdade, a sua personalidade *sui generis* também não ajudava a que os amigos se conservassem. A título de exemplo, conta-se que num dos aniversários do 5 de Outubro, perante as mais altas figuras civis e militares do Brasil, Humberto Delgado entendeu por bem justificar o mérito da sua personalidade, com o argumento de que era um general com o curso do Estado-Maior e, por conseguinte, não era como “*esses generais*” da América Sul (Paulo, 2000: 556).

Por sua vez, no plano das relações luso-americanas, Salazar optou por dar um especial ênfase à amizade. Desde logo porque a adopção de votações pró-soviéticas quando em causa estavam interesses estratégicos dos EUA, parecia querer lembrar que os amigos não devem fazer aos outros aquilo que não gostam que os outros lhe façam. Mas também porque a decisão de não formalizar a renovação do Acordo da Base das Lajes, expirado em 31 de Dezembro de 1962, nem tão pouco exigir quaisquer contrapartidas, parecia querer dizer que entre amigos, e enquanto amigos, a genuinidade das intenções bastam. Através deste tratamento de favor, Salazar encontrou forma de exercer em permanência uma forte pressão sobre os EUA. A mensagem era fácil de perceber: a porta da Base das Lajes estava aberta em permanência, consoante os EUA escolhessem preservar os Açores ou apoiar a independência Angola.

Kennedy decidiu-se por preservar os Açores, sem deixar de apoiar os movimentos de libertação angolanos pró-ocidentais. Na prática, quem serve em simultâneo dois senhores, não serve a nenhum bem, e assim acabou por suceder. Disso é exemplo a mui *sui generis* política de armamento então adoptada, com os EUA a venderem oficialmente - embora com algumas

reticências - armas ao colonizador, e a CIA a fazer o mesmo sob disfarce aos colonizados, umas vezes à UPA e outras à União Nacional para a Independência Total de Angola (doravante UNITA) (Antunes, 1992a: 258-260; Mateus, 2004: 368). Portugal e os EUA brincaram, por isso, a uma espécie de jogo faz-de-conta. Enquanto isso, Salazar esperava que a Kennedy sucedesse um outro Presidente mais afável aos interesses portugueses. Foi o que veio a suceder.

3.1.3- Armas para a Guerra

Em matéria de armamento, o dinheiro é sempre o mais importante, e esse nós tínhamo-lo. O próprio Generalíssimo Franco “*não compreendia os grandes saldos das nossas contas de exercício quando havia tanta coisa a fazer*” (Franco *cit. in* Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1987: 192). Mas Salazar era assim, gostava de poupar para uma hora difícil. Foi assim que ensinou os portugueses e também os africanos, embora estes não o compreendessem (Salazar *cit. in* Amaral, 1995: 60). Foi por isso que os patrões estrangeiros só entregavam aos africanos parte do seu salário, e depositavam a outra parte nas Curadorias para quando regressassem, se regressassem. E foi também por isso que a balança de pagamentos de Moçambique reflectia a entrada de avultadas quantidades de ouro, “*calculando-se em 30 libras por preto emigrado e por ano*” (Caetano, 1954: 37). Aliás, o crescimento económico que Portugal experimentou, ele próprio favorecido pela guerra, era de tal forma vigoroso que lhe permitiu “*sustentar sem grande dificuldade as guerras africanas que entre 1965 e 1970 absorveram em média 8,1% do PNB*” (Newitt, 1997: 461; Alexandre *in* Pinto, 2005: 81).

Neste cômputo, o armamento era sempre uma questão ultrapassável, embora o recurso ao mercado negro pudesse ser mais dispendioso. Mas nem foi necessário tanto, pois, a Bélgica, mas sobretudo a Alemanha Federal (RFA) e a França, eram bons fornecedores (Macqueen, 1998: 79). E os EUA costumavam advertir-nos de que não poderíamos usar o material da NATO em África e nós fazíamos de conta que assim seria, e eles também. Como frisou o General Costa Gomes: “*Isso das armas não passava de teatro. Claro que nos servíamos do armamento da NATO na guerra. Só se fôssemos tolos é que não o faríamos*” (Costa Gomes *cit. in* Antunes, 1992b: 110).

O recurso ao tráfico clandestino de armas surgia, assim, apenas como uma solução de recurso, determinada quer por necessidades diplomáticas, caso dos aviões B-26 vendidos pelo EUA em 1965, quer por necessidades manifestamente especiais, caso da compra de Kalashnikovs e bazucas PRG-7 à URSS com destino à Operação Mar Verde, que será abordada posteriormente (Antunes, 1992b: 59 *et passim*). Contudo, a nossa maior preocupação, nem era tanto comprar novo equipamento, mas evitar fazê-lo. Foi por isso que não invocamos a cláusula secreta do Acordo da Base das Lages, firmado em 1951 e já atrás referido, e aproveitamos o início da guerra para “reciclarmos” as relíquias de que dispúnhamos, muitas delas já quase sem munições que as abastecessem, outras ainda do tempo da Guerra Civil Espanhola, casos das espingardas Mauser, que ainda recentemente equipavam a nossa Guarda Nacional Republicana, e das metralhadoras ligeiras Dreyse, Borsig e Breda, e ainda dos obuses de 10,5 cm, 8,8 cm e 7,5 cm.

Aliás, se nos decidimos por equipar as nossas tropas com espingardas semi-automáticas, foi tão-só porque os guerrilheiros que connosco lutavam já delas dispunham, colocando-nos na indesejável posição de respondermos a uma rajada com tiro de repetição. Ocorreram-nos então várias opções, decidimo-nos pela G-3. A G-3 era uma arma robusta, fiável e precisa, um tanto ao quanto pesada, mas suportável para um país habituado ao trabalho duro. Mas mais importante ainda, Portugal tinha experiência na produção das suas munições e a RFA estava receptiva a transferir a tecnologia e *know-how* indispensáveis à sua produção. Pelo que ao escolher a G-3, Portugal passou a dispor da única arma que numa guerra de guerrilha era efectivamente indispensável, sem que ficasse à mercê duma qualquer ameaça de embargo. Razões de sobejo para que a G-3 fosse entendida como a melhor das opções. Mas não a solução óptima.

Quem dispunha da solução óptima eram os nossos adversários, pois, a Kalashnikov, fabrico soviético, era – e ainda é - igualmente fiável e robusta, mas com a grande vantagem de pesar menos 225 gramas, medir menos 15cm, e o seu carregador dispor de mais 10 munições (Afonso, 2000: 266). Ora, tendo presente que, pelas características duma guerra de guerrilha, as nossas tropas não tomavam de assalto territórios, com o apoio da aviação, da marinha, das linhas de artilharia e dos carros de combate, e depois esperavam pelo reabastecimento logístico e consolidavam as suas posições; mas faziam longas caminhadas à procura do inimigo, carregadas de mantimentos para quatro ou seis dias, mais a tenda – só levavam o

pano e enrolavam-se nele (Matos Gomes *in* Teixeira, 2004: 150)-, mais a arma, mais as munições, mais o equipamento rádio emissor-receptor considerado pelas nossas tropas: “*um pesado fardo, quase inútil, que os soldados carregavam às costas, penosa e rotativamente*” (Mensurado, 2003: 41). Logo se percebe que o peso da arma e das munições estivesse longe de ser um pormenor despiciendo, assim como não era de todo irrelevante dispor de cinco cartucheiras de 20 munições cada ou das mesmas cinco cartucheiras com 30 munições, como acontecia com os nossos adversários.

Porém, na prática essas diferenças eram quase imperceptíveis, pois, a experiência de guerra encarregava-se de ensinar às nossas tropas que para a guerra só se leva o indispensável, e cada um tinha de poder com o que era seu, e as munições geriam-se com oportunidade, até à última bala (Mensurado, 2002: 43-44). Mas segundo o treino militar tal nunca deveria suceder, porque se fossemos suficientemente agressivos, os combates seriam rápidos e esporádicos. E regra geral assim sucedia, porquanto os *turras* - nome que davam ao inimigo -, eram conhecidos por serem “bons fogueteiros”, mas nunca esperavam pelo fim da festa, antes preferindo a velha tática “bate e foge” (Matos Gomes *in* Teixeira, 2004: 140; Mensurado, 2002: 23 *et passim*). Era, por isso, que se dividiam em pequenos grupos e andávamos sempre atrás deles. De modo que, salvaguardando as operações de maior envergadura ou os casos em que o inimigo levasse vantagem, não precisávamos de grande material e, na maioria das vezes, improvisávamos.

A Fábrica Braço de Prata, quase com as mesmas peças com que fazia a G-3, fez a metralhadora ligeira HK-21, e também a partir da G-3 desenvolveu o dilagrama, um acessório que permitia à G-3 proceder ao lançamento de granadas de mão. Tínhamos lança-granadas-foguete, também conhecidos por bazucas, de 8,9 cm, municiados com granadas pesadíssimas, boas para destruir tanques ou fortificações, se por acaso os *turras* as tivessem (Bernardo, 2003: 42). Mas não tínhamos lança-granadas-foguete antipessoais e, por isso, servimo-nos do rocket de 37 mm, mais exigente em termos de treino, pois, era disparado ao ombro, mas com a vantagem de ser mais leve e barato. E para fazer face a situações mais complicadas, levávamos habitualmente morteiros de 60 mm, mas como eram pesados prescindíamos do tripé e do prato-base. Claro está que sem aquelas peças, de pouco servia o rigor do cálculo matemático, pelo que as tentativas de tiro dependiam tão-só da experiência do apontador ou, então, da sorte. Só mais tarde foi desenvolvido o morteiro de 60 mm, em tudo idêntico ao

morteiro de 60 mm, mas com a vantagem de dispor dum pequeno mecanismo de medição, ainda assim meramente indicativo. Outra arma da guerra à portuguesa era a vulgar arma caçadeira, que pese embora não ser uma arma de guerra mas de caça, era empregue com excelente uso nos confrontos a curtas distâncias. Sabe-se que a curtas distâncias, nem os militares mais experientes conseguem tirar vantagem da precisão de tiro, de modo que o tiro de dispersão da caçadeira significava uma grande vantagem para as nossas tropas, com o mérito acrescido de facilitar a captura de prisioneiros em condições de serem interrogados (Bernardo, 2003: 42). Por conseguinte, a caçadeira era geralmente escolhida como a arma do primeiro soldado da coluna de progressão dos grupos de combate (Mensurado, 2002: 122, 200).

Também não tínhamos rebenta minas, por isso encomendamos à Universidade de Luanda um estudo e, com base nele, reforçamos uma viatura Berliet, especialmente a cabina do condutor, tiramo-lhe a capota e a tampa do motor, “*a fim de minimizar danos no pessoal*”, e enchêmo-la de sacos de areia (Gomes, 2001: 15, 74). Mas o melhor exemplo da guerra à portuguesa era a idade das nossas viaturas. Antes da guerra começar, já se dizia que muitas delas estavam obsoletas e precisavam de ser renovadas, mas isso não as impediu de durar enquanto a guerra durou. Foi o caso dos blindados ligeiros de rodas Panhard, que na Grã-Bretanha já não tinham serventia, mas que Portugal adaptou com uma torre com escotilhas para tiro de metralhadora. Quem os conheceu de perto, descrevia-os como “*verdadeiros mastodontes de aço*” (Reis, 2001: 35). Já no caso de veículos para o transporte de tropas, a solução foi a recolha de peças avulsas de várias proveniências para a produção da famosa Chaimite e, claro está, a qualidade dos nossos mecânicos e condutores:

Os mecânicos e os condutores sabiam que a muitas das viaturas faltavam as ferramentas, que algumas só trabalhavam à custa de truques diversos, que não existiam duas iguais, mas tirando peças de uma para as outras era sempre possível que algumas dessas assegurassem o serviço mínimo (...) (Matos Gomes, Teixeira, 2004: 150).

Todavia, não de todo contente com essas soluções “caseiras”, Portugal acabaria por dar mais uma prova de pioneirismo, ao introduzir na guerra moderna, o cavalo. Ao princípio era grande o cepticismo, pois, pensava-se que não seria difícil ao inimigo fazer pontaria a um

cavalo, mas o certo é que a experiência provou que em carga frontal o cavalo apresentava-se como um alvo confuso. E além do mais, permitia reacções rápidas, pelo que se acaso sucedesse uma emboscada, esta dificilmente teria êxito. Primeiro, porque o cavalo era utilizado nas extensas planícies da savana angolana, o que fazia com que a vantagem da altura prevalecesse sobre a possibilidade dos rebeldes verem sem que fossem vistos. Segundo, porque à vantagem da altura, os cavalos aliavam velocidade, o que lhes permitia efectuar rápidos movimentos de conversão para posições de cerco e perseguição aos rebeldes. Além do mais, o uso do cavalo permitia dar aos helicópteros um uso mais selectivo - acções de busca e destruição realizadas por comandos e tropas pára-quedistas helitransportadas - e, acima de tudo, era barato, na medida em que o custo dum pelotão de cavalaria constituído por três secções de dez tropas montadas equivalia ao custo dum camião Berliet (Cann, 1998: 181-189).

Percebe-se, pois, que em matéria de armamento, a prioridade nunca foi dotar as forças armadas com os meios que lhe permitissem ganhar a guerra, nem tão-pouco com aqueles que a fizessem perder, mas tão-só com os meios estritamente necessários à sua continuidade e, de preferência, feitos nacionalmente. Conforme sustenta David Corkill *“as despesas com o esforço de guerra nas colónias funcionaram como uma forma de gestão keynesiana da procura que serviu para estimular o crescimento económico”* (Corkill cit. in Rosas, 2004: 225). Esta dupla condição de escolha – 1.º economicidade, 2.º autarcia -, além do efeito sobre a despesa, foi também importante para a produção da riqueza:

Reconhece-se, oficialmente, que a indústria nacional contribuiu largamente para a produção de armamentos e outros bens de utilização militar. É provável que a guerra em África tenha sido proveitosa (e continue a sê-lo) para certos sectores da indústria, os quais se viram beneficiados de maneira directa, aumentando o volume de produção e os lucros recolhidos (...) (Almeida cit. in Oliveira, 1989: 127).

3.1.4- A Gestão da Guerra

A guerra em Angola, tal como Salazar ordenou, começou rápida e em força. Era de prever que assim acontecesse, pois na África Portuguesa era comum combater a violência

pelo método multiplicativo e assim vencer pelo medo. Além disso, havia um segundo factor, as nossas tropas tendo tomado conhecimento de que crianças foram esquartejadas na presença dos pais, e de que mulheres foram violadas e mortas à frente dos maridos, sentiam-se profundamente revoltadas e enojadas (Mensurado, 2002: 30).

De modo que foi só o tempo de evacuar os brancos, encher os barcos de tropas e chegar a Angola. Entretanto as forças lá disponíveis já se haviam ocupado dos preparativos. Seguir-se-iam acções de cerco aos aldeamentos insurrectos, seguidas de bombardeamentos. Se tivermos presente que os guerrilheiros da UPA pouco mais eram do que ex-trabalhadores rurais, muitos ainda armados de catanas, facilmente se percebe pela desproporcionalidade de forças qual o resultado. Os números nunca são certos, mas todos apontam para milhares de mortos, aqui se incluindo a população daqueles aldeamentos e dos aldeamentos vizinhos. Não é fácil explicar, nem tão-pouco compreender, a irracionalidade, ainda que no domínio das emoções, mas tudo parece ter resultado dum exercício de determinação, de todo não desconexo com a garantia política, verbalizada pelo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, em 2 de Maio desse ano, perante o Conselho Legislativo de Angola: *“Portugal não olharia a sacrifícios para esmagar a rebelião em Angola e conservar a integridade territorial”* (Moreira *cit. in* Antunes, 1992a: 236).

Atentando nos termos em que o compromisso é firmado, é difícil não reparar na manifestação da vontade do ditador, porquanto pela lógica maquiavélica em que assenta, sobrepõe os fins aos meios, ainda que estes impliquem sacrifícios, ou dito com maior frontalidade, dor e morte, tanto para portugueses como para angolanos. Trata-se, por certo, duma mensagem politicamente reflectida, e não foi por acaso que causou tão boa impressão em Angola. Pois, a vontade de vingança dos colonos, bem evidente na forma como antes mesmo da acção militar, conjuntamente com a PIDE e alguns mercenários a seu soldo, perseguiram os revoltosos; era em muito reforçada pelo medo que sentiam em perder tudo quanto tinham. Adriano Moreira percebeu-o posteriormente e, talvez por isso, emendou a primeira mensagem para que os inocentes não pagassem pelo crime dos culpados (Moreira *cit. in* Melo, 1974: 133).

Porém, essa predisposição para a guerra entre os colonos, nunca esmoreceu e, com o decorrer do conflito, viria até a acentuar-se, o que motivou que as Forças Armadas

Portuguesas (FAP) se empenhassem para que as suas milícias evoluíssem para uma organização mais capaz e disciplinada, a Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil (OPVDC), a qual acabaria por integrar: os colonos e vários seguranças por si contratados, as forças policiais e, mais tarde, já numa fase de amadurecimento do conflito, um crescendo número de angolanos (Cunha, 1977: 297). De modo que entre a acção dos colonos e as forças armadas portuguesas, não obstante perseguirem um mesmo fim, gerou-se uma certa relação de concorrência, sucedendo por vezes os colonos acusarem-nas de laxismo quando comparadas com aquilo de que eles eram capazes. Enquanto que, por sua vez, as FAP acusavam-nos de, pela forma como maltratavam os negros, serem eles os colonos, e não os rebeldes, o inimigo contra o qual deveriam combater (Cann, 1998: 191). Em verdade, ambas as acusações são verdadeiras, embora por razões diferentes.

Era verdade que os colonos evidenciavam frequentemente atitudes racistas, e em Lisboa até havia fundados receios que essas tendências, se instigadas pela Rodésia ou a África do Sul, viessem a evoluir perigosamente para uma independência branca. Facto que introduzia as maiores desconfianças na relação de Portugal com aquelas potências regionais, mormente, a África do Sul (Melo, 1974: 84). Mas o mais grave era que as proezas de que os colonos se gabavam, acabavam por sabotar o esforço de guerra português, precisamente pela forma como atiçavam os movimentos de libertação (Matos Gomes *in* Teixeira, 2004: 164). As palavras de Agostinho Neto denotam isso mesmo: “*Os colonos são os nossos inimigos mais perigosos porque são os mais combativos. Os que mais odeiam a população angolana e os que são mais odiados por ela*” (Neto *cit. in* Antunes, 1992b: 204-205).

E era também verdade que as FAP optaram por uma estratégia de contenção, por forma que o conflito evoluísse com uma baixa intensidade, desejavelmente degressiva, pois, daí resultaria uma economia de vidas e encargos. Só desse modo o conflito tornar-se-ia sustentável, ou portuguesamente falando, suportável, e isso foi conseguido (Pinto *in* Bethencourt, 1997: 78; Reis, 2001: 74). Além do mais, tais preocupações motivaram que as FAP se interessassem mais por agradar às populações do que propriamente em combater o inimigo, o que em rigor dos números significa que “*as operações militares terão totalizado entre 10 e 20 por cento do esforço de guerra, e que os programas económicos e políticos terão representado mais de 80 por cento*” (Gomes Bessa *cit. in* Cann, 1998: 195).

Contudo, seria um tanto ao quanto ingénuo interpretar esse aparente desinteresse pela guerra como uma atitude de laxismo por parte das FAP. Primeiro porque as guerras da França na Argélia, da Grã-Bretanha na Malásia e no Quênia, e dos EUA no Vietname; provavam o contrário. Segundo, porque não dispendo Portugal de recursos humanos e materiais semelhantes àquelas potências, ainda que quisesse, não conseguiria imitar-lhes os erros. De forma que esperar que as populações, primeiro, e os rebeldes, depois, perdessem a vontade de lutar, era não só a única estratégia possível, como a estratégia óptima (Gomes, 1979: 11). Pois, dessa forma Portugal ao invés de se consumir com o conflito, poderia com oportunidade empregar os seus argumentos, militares e psicológicos, para a criação de dificuldades, que fizessem desmobilizar os movimentos que contra si lutavam e, de permeio, enfraquecer o entusiasmo das potências ocidentais que os patrocinavam.

O desafio que se colocou às FAP residiu em se manter fiel a essa estratégia de contenção, sem que com isso abdicasse, ou exagerasse, das operações ofensivas. Estas eram importantes, mas como um paliativo. Doutra forma, como sustenta o General Costa Gomes, apenas serviriam para atizar os guerrilheiros ainda mais (CD 25 de Abril, 1998: 130). Por forma que aqueles homens que eram voluntários para fazer parte das tropas especiais (fuzileiros, pára-quedistas, comandos, etc.), e se sentiam orgulhosos por lhes pertencerem, e faziam do culto das virtudes militares a única forma de vida que reconheciam digna de si, e não aceitavam que a Pátria fizesse das suas qualidades militares outro uso que não fosse a caça ao inimigo, encontraram a sua utilidade na realização das operações ofensivas. Para que se perceba o orgulho com que o faziam, Joaquim Mensurado, à data pára-quedista, resume assim a atitude dum pára perante a guerra: “ (...) *ser pára correspondia a ser herói. Era impressionante e lindo!*” (Mensurado, 2002: 127). Enquanto que por contraponto, aqueles homens cujo lema de combate era “*contrariados, mas vamos*”, encontraram a sua utilidade a fazer aquilo que mais os motivava, ou seja, a “*conquista de almas e corações*”, o que não significa que não tivessem que provar o seu valor militar (Reis, 2001: 40, 62-63; Matos Gomes *in* Teixeira, 2004: 164). Com efeito, a primeira condição para que a sua comissão fosse tranqüila, como era seu desejo, era que o quanto antes, de preferência logo no primeiro confronto, provassem aos *turras* toda a sua combatividade. Se assim procedessem teriam ganho o seu respeito. Doutra modo seriam tidos como uma presa fácil e, até corrigirem a primeira impressão, não teriam sossego (Mensurado, 2002: 92-93).

Contudo, seria errado considerar-se que nunca houve laxismo entre as FAP, porque o houve. Mas, em regra, este surgia numa fase mais adiantada da comissão, isto é, numa fase em que os *turras* já os conheciam e respeitavam, e o regresso a casa estava mais próximo, e a guerra, essa, parecia estar para durar e durar... Numa fase em que o militar havia subido na hierarquia e já não era o bem penteado, barbeado e tímido “maçarico”, nem o “ultramarino” com três meses de mato, nem o “ultramaroto” com seis meses de guerrilha, nem tão-pouco o “ultramalandro”, mas o “velhinho” (Reis, 2001: 51). Neste aspecto, as tropas regulares distinguiram-se das tropas especiais pela velocidade com que “envelheceram”. A razão era simples, ao contrário das tropas de especiais, não aceitavam lutar apenas por dever militar, exigiam que a guerra tivesse uma razão (Mensurado, 2002: 62-63; Caetano, 1974: 176). Aos seus olhos, as tropas especiais, nomeadamente, os seus oficiais e sargentos pareciam “(...) *nazis!, autênticos nazis!*”, umas figuras estranhas que faziam uma operação especial “*como se fosse um trabalho vulgar, algo que fazia(m) com a naturalidade de operários especializados, a quem tanto dava que a obra fosse realizada aqui ou ali*” (Reis, 2001: 36; Matos Gomes in Teixeira, 2004: 153). Enquanto, aos olhos das tropas especiais, as tropas regulares pareciam um exército impossível de compreender: sempre queixoso e cansado (Mensurado, 2002: 63). António do Carmo Reis, à data oficial miliciano, quando faltavam três meses para o regresso a casa, portanto, era já um “velhinho”, explica-nos assim a lição que só a experiência de guerra lhe ensinou:

Até agora, tenho me safado bem. A astúcia é mais importante que a aventura. Se eu tivesse feito tudo o que o capitão mandava, já não estaria vivo ... Naquela manhã do ataque a Catzinga, fui encarregue de ir no encalço dos turras. Estavam os carros e a tropa preparados, quando chamei para uma conversa em privado o condutor do unimog da frente. Combinei com ele que, ao aparecer o terceiro pântano, se recusasse a passar além, invocando o perigo que adviria para a viatura. Tudo bem urdido, lá fomos subindo e descendo morros. Na hora e no lugar, rebentou a grande maca(ca)! Os furriéis ordenavam, berravam, ameaçavam, mas o rapaz ficava na dele, teimoso como um burro. Nem o alferes o removeu!... Conclusão: viemos para trás, fizemos acampamento na colina mais próxima. Ali ficamos o dia todo, com o mínimo de sentinelas no terreno e o resto a fazer psico com os nativos. (...) (Reis, 2001: 81).

A questão que, então, se coloca é saber: Se esse laxismo introduziu um efeito pernicioso sobre o desempenho das FAP? A resposta, *a priori*, parece ser sim. Mas se por acaso as tropas regulares, no seu processo de aprendizagem, tivessem antes optado por imitar as tropas especiais, esse efeito pernicioso continuaria a existir. A prová-lo, o testemunho dum desses tropas regulares cujo único desejo era uma comissão tranquila:

À primeira vista devia estar aliviado, esperançado em que a situação melhorasse depois do ataque dos comandos e dos páras, que os guerrilheiros se afastassem. Mas não. O pouco que havia aprendido no estágio que fizera em Angola alertara(-me) para o facto de ser precisamente o contrário do que acontecia depois duma operação deste tipo. Os guerrilheiros conheciam a tropa portuguesa e sabiam que durante os tempos que se seguiriam, as forças especiais não regressariam para proteger as tropas normais, que estas ficariam mais vulneráveis. Por isso redobravam as acções (Matos Gomes in Teixeira, 2004: 153).

A razão é simples: “(...) este tipo de guerra não se ganha pela acção militar, mas perde-se pela inacção militar (...)” (Silvino Silvério Marques *cit. in* Garcia, 2003: 176). Nesta medida, o que está em questão é uma relação de equilíbrio entre “fazer psico” ou “ir no encalço dos turras”. Os manuais de guerra chineses sugerem que esse equilíbrio deverá ocorrer na proporção de 70% de acções psicológicas para 30% de acções militares (Garcia, 2003: 214). É difícil afirmar que seja rigorosamente assim, em todo o caso as FAP procuraram aproximar-se desse ponto de equilíbrio e com profissionalismo. Às tropas regulares cumpriu executar acções de nomadização, patrulhamentos e protecção de itinerários, aproveitando a sua proximidade das populações para “fazer psico”. Às tropas especiais cumpriu executar acções de limpeza sempre que um determinado território registava um aumento de movimentações inimigas (Garcia, 2003: 178). Nesta medida, o laxismo por parte das FAP esteve sistematicamente condicionado pela actividade das tropas inimigas.

3.1.4.1- Contra-insurreição Para-popular

Com o intuito de

(...) influenciar as opiniões, sentimentos, as crenças, e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de: fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos, neutros e adversos; atrair a simpatia activa dos meios neutros; esclarecer a opinião de uns e de outros; e contrariar a influência adversa sobre eles; modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar (...) (Garcia, 2003: 215);

as FAP mobilizaram-se na realização duma vasta actividade de foro social. As FAP distribuíam leite pelas populações, guloseimas pelas crianças e através de unidades de saúde móveis levavam os cuidados de saúde até junto das pessoas (Reis, 2001: 62, 67). Procuravam assim aliciá-las a trocarem as suas terras de origem por aldeamentos protegidos. Lá poderiam encontrar segurança, cuidados de saúde em permanência, uma escola de primeiras letras, um tecto e alimento. Por vezes surgiam alguns problemas. Nestes casos as FAP efectuavam uma gestão paternalista da justiça:

Quando um chefe de família da aldeia indígena foi ao quartel apresentar queixa contra um soldado que ficara com a mulher e lhe comia as galinhas, o alferes que o recebeu já não caiu na asneira de pedir instruções e resolveu o problema, “o milando”, através dum entendimento entre ambas as partes, obrigando o soldado a pagar uma indemnização ao marido ofendido que o compensasse da perda da força de trabalho da mulher e do valor dos animais (Matos Gomes in Teixeira, 2004: 158).

Graças a esta política, as FAP conseguiram que em 1974 um quarto da população rural vivesse em aldeamentos protegidos por milícias populares, cujo número ascendia a um total de 30.000 homens (Pinto in Bethencourt, 1997: 79).

Mas além de tentar agradar ao povo e tentar afastá-lo da influência dos *turras*, as FAP preocupavam-se também por provocar deserções nas fileiras dos movimentos de libertação. Através da rádio, ou de panfletos distribuídos sobre as posições inimigas, as FAP faziam saber aos *turras* que: seriam sempre perseguidos pelas nossas tropas, a menos que fugissem à guerra e se dirigem-se às nossas posições. Neste caso seriam bem recebidas (Garcia, 2003:

255). A este respeito, importa notar que as FAP tinham perfeita consciência de que a correcção no tratamento dispensado aos rebeldes desertores ou capturados, era absolutamente essencial para obter a sua cooperação. Seria errado afirmar que nunca ocorreram excessos, porque alguns militares geriam as emoções com dificuldade, outros eram a brutalidade em pessoa, e, por vezes, havia uma grande urgência em obter as primeiras informações (Pereira da Costa *cit. in* Cann, 1998: 161, 164). Contudo, esses comportamentos eram pontuais e censurados pela hierarquia militar que, sublinhe-se, não só exigia das suas tropas grande correcção no tratamento dos rebeldes, como fazia questão que estes fossem interrogados por quadros técnicos altamente qualificados a fim de avaliar das suas motivações: tratar-se-ia dum desertor arrependido ou dum *turra* infiltrado, lutava pela libertação de Angola ou porque a sua família estava sob controlo dos *turras*? (Cann, 1998: 163) Neste aspecto, apesar de demasiados quadros da PIDE serem a bestialidade em pessoa, outros haviam que conseguiam autênticas lavagens cerebrais (Mateus, 2004: 107-113; Matos Gomes *in* Teixeira, 2004: 158).

*Em Zala, por exemplo, havia um insurrecto chamado Alfredo, capturado em 1965, (...) (que) anteriormente servira um comandante dos insurrectos em interrogatórios aos portugueses capturados, (...) que passava normalmente uma hora ou duas numa sala com um homem. Quando saía, sabia toda a história do homem, quem era a sua avó, se ela era comunista, que fazia ele nessa região, qual a sua unidade, o que pretendia fazer – de facto, tudo o que os portugueses desejavam saber” (Capitão Ricardo *cit. in* Cann, 1998: 161).*

Mas o sucesso obtido através deste trabalho eminentemente psicológico, acabou por ser em muito reforçado pelo erro de instrução dos movimentos de libertação, na medida em que haviam convencido os rebeldes de que os portugueses reservar-lhes-iam uma morte horrenda. Ora, quando assim não sucedia, os rebeldes sentiam-se aliviados, o que os fazia eternamente gratos e, por conseguinte, naturalmente cooperantes:

*Alberto Imbu, um antigo guerrilheiro que fora treinado em Tclemen na Argélia e gravemente ferido a 18 de Março de 1967 numa operação perto de Nambuangongo. Após a sua recuperação sob cuidados médicos dos portugueses, liderou uma patrulha numa emboscada ao seu antigo acampamento, onde muitos dos seus antigos camaradas foram mortos (Barros Cunha *cit. in* Cann, 1998: 164).*

Como facilmente se depreenderá, o trabalho de acção social, pela sua capacidade em colocar angolanos a lutar contra angolanos, em desproporção de número favorável às FAP, foi depois motivo de apropriação política, primeiro por Salazar e, depois dele, por Marcello Caetano (Garcia, 2003: 200, 217, 298). E, neste capítulo, a troca de Salazar por Caetano, ocorrida em Setembro de 1968, por impedimento físico do ditador, acabou por ser importante, mais não seja para renovar uma sementeira de ilusões. A imagem que o povo guardava de Marcello Caetano denota isso mesmo: *“Este Salazar parece mais simpático do que o outro”* (Soares, 1974: 595). Mas não se julgue que a credibilidade da estratégia militar e política portuguesa, se consumia no mérito dos seus responsáveis políticos, bem pelo contrário.

Foi, sobretudo, pela força do exemplo, quase a roçar a irracionalidade, nomeadamente, o investimento de longo prazo, que Portugal capacitou os potenciais sócios de que a alternativa a partilharem connosco o ouro, os diamantes, o petróleo, o gás natural, o urânio e as demais riquezas angolanas, era apostar e esperar, talvez eternamente, pela vitória da FNLA, da UNITA, ou, ainda mais arriscado, do pró-soviético MPLA. MPLA que, frise-se, dizia que *“Independência Completa”* não queria dizer um governo africano a fazer de capataz das companhias estrangeiras, mas

(...) que o povo manda no país e é o povo que dirige a economia: os bancos, as minas, as indústrias, etc. (...) Abraçar um branco? Então como é? Umaz vezes mata o branco, outras vezes abraça?! Wê! (Marques, 1998: 557).

E foi graças a essa exploração partilhada das riquezas coloniais que Portugal conseguiu como aliado alguns desses importantes capitalistas que, no mundo democrático ocidental, pagam as campanhas eleitorais e, mais cedo ou mais tarde, influenciam, directa ou indirectamente, as opções de política externa dos seus países. Claro está que estas teias de relações, às quais poderemos chamar pequena política, são feitas regra geral de muitas pequenas histórias, em que as amizades se parecem confundir com os jogos de favor, e os interesses de Estado se parecem confundir com os interesses pessoais, quer dos próprios, quer de interpostas pessoas. De modo que tudo se passa nos bastidores, longe dos palcos das grandes decisões, mas nem por isso o alcance dessa política deverá ser entendido como menos eficaz, até porque é precisamente nos bastidores, onde se definem os níveis de confiança política e se estabelecem as cumplicidades. E, o certo, é que se por acaso Portugal não tivesse

cultivado essas “amizades”, talvez, a *Gulf Oil Corporation* nunca tivesse exercido pressões sobre o círculo de decisão política em Washington. Ou, na mesma esteira, talvez, William Durney, sócio do banqueiro Manuel Espírito Santo, empresário com fortes interesses na África Portuguesa e financiador da campanha eleitoral de Nixon, nunca tivesse intercedido por Portugal junto do Presidente Nixon. E, talvez, o Presidente Nixon nunca viesse a sentir-se na obrigação de lhe agradecer:

Caro Bill: Esta é apenas uma nota para te agradecer a tua carta de 27 de Abril, de Lisboa. Fiquei satisfeito por saber os teus pontos de vista sobre Angola e apreciei os teus juízos sobre as condições lá existentes. Foi bom saber que tiveste a oportunidade de ver o Manuel (Espírito Santo) durante a tua estada em Lisboa. Estou certo de que junto dele não te faltou boa companhia (Nixon cit. in Antunes, 1992b: 67).

O investimento, nosso e dos nossos aliados, no futuro de Angola funcionou, assim, como uma poderosa arma de guerra. Primeiro, porque foi útil para atenuar as dificuldades que nos eram colocadas ao nível da política externa. Segundo, porque fez com que ao longo de todo o quinquénio 1966/70, o Produto Interno Bruto Angolano crescesse a uma taxa de 6,3% (Oliveira, 1979 : 125). Terceiro, porque os dividendos daí resultantes foram importantes para financiar as políticas sociais e o esforço de guerra. Quarto, porque permitiu levar a prosperidade às populações, e sabe-se como os povos são mais cordatos quando dispõem de dinheiro que lhes permita materializar os seus pequenos sonhos (Cann, 1998: 195). E, por fim, porque ajudou à mobilização política das populações contra os movimentos de libertação. Se bem que aqui o efeito positivo da estratégia seguida pelas FAP, acabou por ser em muito reforçado pela inépcia dos movimentos de libertação.

Com efeito, os movimentos de libertação poder-se-ão justificar que roubavam os mantimentos às populações, porque os portugueses lhes destruíam os campos de mandioca que serviam de apoio à sua progressão no interior de Angola. Era verdade (Antunes, 1992b, 139). Mas essa desculpa continuava a ser insuficiente para explicar porque recorriam à força para obrigar as populações a trabalhar para si, e porque abusavam das mulheres, e porque matavam os homens não cooperantes (Mensurado, 2002: 40; Bernardo, 2003: 284). Era como se de movimentos de libertadores, se houvessem transformado em movimentos de

saqueadores. A questão que se coloca é: porquê os movimentos de libertação, ao invés de cultivarem em todos os seus aspectos a empatia com o povo angolano, teimaram numa guerra fratricida?

3.1.4.2- O Ódio Bakongo e a Amizade com a UNITA

Logo no início do conflito, em apenas vinte dias, a UPA perdeu todas as principais localidades por si controladas. Mas o que mais impressionava, nem era tanto a perda em si, mas a confrangedora visão da incapacidade da UPA em travar uma ofensiva de 30.000 homens, apoiados por bombardeamentos da força aérea, a maioria dos quais com bombas incendiárias. Perante tais desequilíbrios de força, era uma evidência que se acaso qualquer movimento persistisse na luta isoladamente, tal condicionaria quer o seu sucesso, quer o dos demais movimentos. O MPLA compreendeu-o imediatamente e, em desespero de causa, tentando evitar o que seria “*uma guerra fratricida*”, apelou à união dos colonizados contra o colonizador. Porém, a UPA, recusou (Andrade *cit. in* Antunes, 1992a: 297).

A recusa da UPA queria significar que numa hierarquia de prioridades, mais importante que a luta contra o colonizador, era preservar as diferenças entre os dois movimentos. Pois bem, com o passar do tempo essas diferenças acentuar-se-iam, inferiorizando a ambos, a tal ponto que a um dado momento, ocupavam-se mais dessa disputa, do que da própria luta anti-colonial. Neste cômputo, o trabalho diplomático que Portugal tinha a fazer, resultou em muito abreviado. Pois, a UPA empenhava-se para que o MPLA não obtivesse o apoio dos EUA e, por sua vez, o MPLA retribuía instigando a Europa contra a UPA. Aqui a Europa Ocidental funcionava um pouco como o fiel da balança, mas o facto de se inclinar para o pró-soviético MPLA, bem poderá querer dizer, que escolheu acautelhar o pior de dois cenários (CD 25 de Abril, 1998: 137).

Com efeito, a UPA cedo se revelou uma aposta falhada por parte dos EUA, na medida em que começou por ser a União das Populações do Norte de Angola (doravante UPNA), os bakongos, e nunca o conseguiu deixar de ser. Segundo a própria UPA:

A UPA não é obra de brancos, nem foi criada em Portugal ou em Luanda. Foi fundada por nós, filhos do reino do Congo, em Angola. (...) Nesta associação não foi nem poderá ser admitido qualquer branco (Mateus, 2004: 244).

As sucessivas alterações semânticas da sua denominação, a última das quais em 1962 para Frente Nacional da Libertação de Angola (FNLA), foram, isso mesmo, alterações semânticas. Os EUA deixaram-se iludir pela UPA ao ponto de se incompatibilizarem com o MPLA, mas nem tinham motivos para isso. Pois, logo quando começou o conflito, aquando o massacre de 15 de Março de 1961, ficou bem evidente que se acaso o objectivo da UPA fosse a luta contra o colonizador, então, não tinha porque matar 6000 colonizados. Mas porque os explorados não eram bakongos, mas bailundos, um dos principais subgrupos da tribo dos ovimbundos, também conhecidos como mbundos, oriundos do centro-oeste de Angola, e conhecidos “*como os povos que melhor aceitam os padrões da cultura ocidental*”, então mataram-nos como se de exploradores brancos se tratassem (Palanque, 1997: 30; Garcia, 2003: 217). Holden Roberto, líder da UPA, alimentou o sonho da restauração do antigo Império do Congo quase ao longo de toda a sua vida. Só depois, quando conheceu Frantz Fanon, seu mentor e amigo, é que abraçou o nacionalismo (Antunes, 1992a: 86, 187). Mas talvez apenas porque quisesse colocar a fasquia ao limite das suas possibilidades. Em verdade, se Holden Roberto preferisse a luta anticolonialista à luta tribal, então, não tinha porque deixar na picada mensagens aos portugueses denunciando a passagem dos guerrilheiros do MPLA; nem tinha de se servir da solidariedade bakonga, para obter em 1963 o fim do apoio do Congo ao MPLA; nem tão-pouco tinha de provocar violentos combates com o MPLA (Melo, 1974: 144; Somerville, 1986: 29; Mateus, 2004: 254). Pois, ao assim fazê-lo quase feriu de morte o MPLA e a si próprio.

O MPLA porque a alternativa ao Congo era a Zâmbia. Mas a Zâmbia ficava demasiado longe do Norte, e o Leste de Angola era despovoado e duma vastidão incomensurável, sobretudo, para quem tinha de carregar com os meios para fazer a guerra. Além disso, o General Costa Gomes fez dos dissidentes do Presidente Kaunda que se haviam refugiado em Angola um combativo exército, que ficou conhecido como os “Leais”, o que lhe permitia: “*Quando o Kaunda achava que qualquer dos movimentos de libertação podia fazer incursões aos nossos territórios, eu, no dia seguinte, mandava os Leais até lá “fazer umas brincadeiras”*” (CD 25 de Abril, 1998: 112). Por exemplo, em meados de 1971, apoiada numa

força de 60 “Leais” zambianos, a PIDE organizou com sucesso a partir do Zaire vários ataques ao distrito de Mwinilunga, sem que a Zâmbia tenha encontrado forma como denunciar a participação portuguesa (Mateus, 2004: 179-180). De modo que o MPLA teria forçosamente de conseguir controlar parte do território angolano, pois, só assim conseguiria obter as indispensáveis linhas de apoio logístico. Foi o que o tentou e conseguiu em 1968. Na altura Portugal demorou a responder, e aquilo que para as FAP era um compasso de espera estratégico, foi pelo MPLA interpretado como uma grande vitória. Só mais tarde os seus dirigentes se aperceberam do grave erro que cometeram: *“Nós deixamos que se fizessem grandes concentrações. Descuidámos a mobilidade. Um ou outro dos nossos comandantes excedeu-se em proclamações excessivas. Pagaríamos caro estes erros”* (Melo, 1974: 120).

A UPA porque as dificuldades que impôs ao MPLA não passaram despercebidas à Organização de Unidade Africana (OUA), nem aos EUA e, por conseguinte, valeram-lhe menos apoios e muitas críticas. Só em 1972 Holden Roberto reconsideraria a sua posição e, ainda assim, porque uma embaixada da OUA a isso o persuadiu (Mateus, 2004: 254). Aliás, se acaso Holden Roberto insistisse em teimar no erro, era de crer que a UPA, ou o que restava dela, não lho consentisse.

Neste particular, importa notar, que a PIDE enquanto serviço de inteligência do exército, soube manter-se atenta a tudo quanto se passava dentro da UPA, e com um apurado sentido de oportunidade conseguiu daí retirar importantes dividendos, tanto para si própria como para o exército português (Reis, 2001: 75). Um bom exemplo disso mesmo, foi a cooperação que a PIDE foi capaz de estabelecer com Alexandre Taty, um ex-seminarista com problemas com a justiça, a bebida e as mulheres, que se tornou vice-presidente da UPA e o principal responsável pelo armamento, visando: a desactivação do dispositivo militar da UPA junto à fronteira de Cabinda com o Zaire e a prisão de Holden Roberto. Antes que a segunda parte do plano fosse concluída, Alexandre Taty foi, em 1965, desmascarado e preso pelas autoridades zairenses. No domínio das hipóteses pouco parecia haver a fazer. Porém, graças às excepcionais relações que a PIDE mantinha com destacados dirigentes da polícia zairense, conseguiu obter a sua libertação, antes mesmo que o governo zairense tivesse possibilidade de avocar o assunto a si (Mateus, 2004: 78-80). E usando do mesmo pragmatismo, a PIDE conseguiu que o procurador da República em Angola, o Dr. Pinto Furtado, se empenhasse pessoalmente para que o processo crime que pendia sobre Alexandre Taty, por um desfalque

perpetrado para pagar os vícios duma vida desregrada, simplesmente desaparecesse do Tribunal de Novo Redondo (Mateus, 2004: 384-385). Deste modo, a PIDE conseguiu que Alexandre Taty e com ele 1.200 homens que lhe eram leais, desertassem directamente da UPA para as fileiras das FAP. Estes homens estão na base duma importante rede de informadores que passou a operar no interior do Zaire e da criação do corpo de Tropas Especiais (doravante TE's), as quais foram determinantes para o controlo do enclave de Cabinda e da adjacente fronteira norte (Pinto *in* Bethencourt, 1997: 77).

Por demérito de Holden Roberto e mérito da estratégia portuguesa, a UPA tornou-se um movimento em crise. O apoio que recebia da CIA encontrava-se restringido a um subsídio anual de manutenção e os seus homens haviam perdido o respeito das populações (Pinto, 2001: 59). Ao invés de lutar contra o colonizador, Holden Roberto colocou-os a lutar contra o MPLA e, pior, contra os seus ex-companheiros. As emboscadas dos seus ex-companheiros às posições que detinham no interior do Zaire – as TE's atacavam com fardas e armamento rebelde - eram rotineiras e, ao contrário deles, os seus ex-companheiros ganhavam como brancos e assim eram respeitados (Correia, 1991: 36-37). De modo que a sua vontade em se lhes juntarem foi-se acentuando, e as TE's foram-se tornando cada vez mais fortes, tanto em treino como em número, até que em 1972 as TE's contavam já 2.000 homens e acabaram integradas nas tropas regulares portuguesas (Cann, 1998: 135-136). Poder-se-á, pois, dizer que quando em 1972 a UPA e o MPLA desistiram de se destruir mutuamente agiram demasiado tarde. Mas o mais nocivo para as suas ambições não foi essa demora, mas o facto de, contra todas as evidências, não terem sido capazes de aprender a lição e repeti-la ante um terceiro movimento emancipalista, entretanto surgido, a UNITA.

A UNITA era um movimento que seria suposto vir acrescentar algo à luta anti-colonial. Enfim, suceder de alguma forma à FNLA, acrescentando-lhe pluralidade racial e um outro vigor. Foi, aliás, graças a essas expectativas, aliadas ao facto de Jonas Savimbi ser um investimento da CIA, que os EUA favoreceram em 1966 o aparecimento da UNITA. Porém, por culpa da relação de concorrência que travou com os outros dois movimentos, a UNITA nunca conseguiu ser essa alternativa. De modo que o esforço maior da UNITA centrou-se na sua própria sobrevivência, o que traduzir-se-ia numa troca de argumentos consoante precisasse de pedir apoio aos EUA, à Europa, à China ou, por fim, a Portugal.

Não deixa de ser curioso, ver o colonizador financiar um movimento que seria suposto lutar contra si, mas tal facto é *per se* elucidativo da evolução do conflito. Portugal poderia ter optado por recusar o seu apoio à UNITA e se o fizesse, provavelmente, esta extinguir-se-ia. Primeiro, porque depois de ter sido expulsa da Zâmbia em 1968, como represália por atacar o caminho-de-ferro de Benguela, as dificuldades que a UNITA enfrentava eram mais que muitas, tantas que em 1969 contava já menos de 1500 seguidores (Cann, 1998: 182). Segundo, porque depois da aproximação falhada à China, era crível que o entusiasmo do Ocidente esmorecesse ainda mais.

Porém, Portugal preferiu servir-se da UNITA e, assim, obviar ao seu esforço de guerra. De forma que foi sem surpresas que os contactos que a PIDE desde 1969 manteve com a UNITA, resultaram dois anos depois num acordo de cessar fogo, mediante o qual, Portugal de comum acordo com os madeireiros que ali exploravam as riquezas de Angola, tolerou e até apoiou a presença da UNITA na província do Moxico, e, por contrapartida, a UNITA prestou-se a combater o MPLA e a FNLA (Antunes, 1992b: 142; Correia, 1991: 37-40). Tratava-se duma estratégia com alguns riscos. Como refere o General Costa Gomes, regressado de Angola em 1972 para ocupar o cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas: *“Jonas Savimbi, que é uma pessoa inteligente, não tem escrúpulos e como, aliás, quase todos os políticos africanos que se prezam, tem ambições desmedidas. Então a sua ambição era ser o «maior» de Angola.”* (CD 25 de Abril, 1998: 136). A este respeito, a PIDE reuniu várias informações acerca de Savimbi e uma citação em especial é verdadeiramente esclarecedora: *“Cada africano que trabalhe com o branco deve ser falso, para lhe mostrar uma boa cara mas um coração infiel. Quando, em cada canto de Angola, houver um africano pronto a morrer, pronto a trair o branco, então estaremos próximos da vitória”* (Savimbi cit. in Mateus, 2004: 199). Mas a especialidade do General Costa Gomes era o cálculo. E a UNITA, pelo seu passado, já havia dado provas de combatividade tanto física como verbal ante os outros dois movimentos de libertação (Davidson, 1972: 229). De modo que o risco da UNITA nos surpreender, resultava largamente compensado pelo efeito psicológico obtido sobre o MPLA e a FNLA. Tanto mais que qualquer destes movimentos, além de terem de lutar contra a UNITA, tinham também de lutar contra os angolanos que só por si excediam facilmente em três vezes o seu número e representavam quase metade do efectivo das tropas portuguesas, mais rigorosamente, 42,2% em 1973 (Cann, 1998: 133, 145; Guerra, 1994: 397).

Para que se perceba da dimensão deste número, a FNLA dispunha duma força de cerca 6200 homens e pelas fileiras do MPLA passaram cerca de 4700 homens (Cann, 1998: 26-27).

Neste sentido, bem se pode dizer que o acordo com a UNITA foi extremamente oportuno. Primeiro, porque nos permitiu ocuparmo-nos mais amiúde dos outros dois movimentos, mantendo-os sempre em movimento e, assim, enfraquecendo o já de si reduzido poder ofensivo das suas tropas, em muito condicionado pela obrigação de carregarem com armas e munições desde as fronteiras de refúgio. Segundo, porque veio dar continuidade ao esforço de subversão dos movimentos revoltosos, fazendo com o que começou por ser uma guerra contra o colonizador, se tornasse cada vez mais uma guerra entre angolanos.

O mérito da estratégia portuguesa, que o houve, residiu no estudo que fez das contradições da realidade angolana e do proveito que delas soube tirar para a solução dos problemas militares que se lhe colocaram. Um dos resultados mais felizes desse estudo foi, muito provavelmente, a solução encontrada pela PIDE para obter guias para si própria e para um exército europeu, que de África pouco ou nada conhecia e que volvidos dois anos, ou um pouco mais, seria rendido por outros companheiros nas mesmas condições.

3.1.4.3 - As Flechas Envenenadas dos Bosquímanos

Ora, no ideário nacional sabia-se que algures nas profundezas da África Portuguesa, nas “Terras do Fim do Mundo”, habitava um pequeno povo, em que os mais altos não chegavam ao metro e meio. Esse povo parecia não saber falar, embora se entendesse por uma espécie de soluços. Andava muito e corria com a mesma facilidade. Ouvia o que mais ninguém ouve, e se quisesse conseguia aproximar-se, de dia ou de noite, sem que ninguém desse pela sua presença. Nem mesmo os mais ferozes entre os animais da África Selvagem conseguiam sentir a sua proximidade. Esse povo e a natureza eram um só, nela encontrava tudo quanto precisava para sobreviver, e observando-a sabia quem por ali havia passado e a quantos dias de viagem se encontrava. A única arma que utilizava era o arco e flecha, e era tal a pontaria que apenas precisava envenenar as flechas para os animais de maior porte ou, então, para a guerra. Esse povo era historicamente escravizado pelos negros e retribuía-lhes com um ódio de morte. Esse povo era o povo bosquímano e habitava o Cuando-Cubango (Mateus, 2004: 70).

Como se retira do descritivo, apesar das qualidades lendárias dos bosquímanos e da admissível receptividade a vingarem os abusos de que eram vítimas, só com uma vontade genuína seria possível às FAP superar diferenças tão acentuadas como aquelas que as separavam daqueles homens. Desde logo, porque os bosquímanos falavam por uma espécie de soluços, uma língua não banto, completamente diferente das línguas dos nove grupos dominantes em Angola: Quicongo, Quimbundo, Lunda-Quioco, Mbundo, Ganguela, Nhaneca-Humbe, Ambó, Herero e Xindonga (Palanque, 1997: 24). Além disso, os únicos europeus que eram capazes de comunicar consigo eram os missionários estrangeiros, mas muitos deles eram elementos dos serviços de informação americanos, ingleses, franceses, ou até do próprio Vaticano e, por conseguinte, recusavam-se a fazê-lo (Melo, 1974: 146). A PIDE para se ver livre desses missionários, sem que com isso criasse problemas diplomáticos, até costumava organizar uns ataques com tropas nativas fardadas como se de guerrilheiros se tratassem (Cardoso, 2003). De modo que, essa barreira linguística só pôde ser superada, porque previamente ao recrutamento dos bosquímanos, a PIDE fez um trabalho de pesquisa por forma a obter tradutores nativos.

Mas colocada de lado a questão linguística, a dificuldade maior que os bosquímanos nos impunham, colocava-se ao nível da própria estratégia de combate, pois, o seu modo de ser não se coadunava com os métodos de treino europeus, e ainda menos com o armamento que usávamos, todo ele demasiado sofisticado e, para homens tão pequenos, demasiado pesado. A própria G-3 servia como exemplo, não só pelo peso, mas também pelos solavancos que o seu disparo provocava. As FAP, porém, tiveram o bom senso de desistirem da sua condição de professor e aceitar os bosquímanos tais como eles eram. Só dessa forma foi possível que, em condições de grande liberdade de acção e sem especiais desconfianças, tropas regulares europeias, que de África pouco ou nada conheciam, se deixassem conduzir até ao inimigo, pelos homens mais primitivos do continente africano, armados de simples arcos e flechas.

Deste aparente anacronismo resultou uma eficácia de acção difícil de anular. Primeiro, porque os bosquímanos conseguiam aproximar-se com grande à-vontade das sentinelas que faziam protecção às tropas inimigas, o que lhes era fatal, pois, as flechas envenenadas provocavam-lhes uma morte silenciosa. Segundo, porque as tropas metropolitanas portuguesas acompanhavam-nos de perto e em acção de cerco quase sempre preparada a preceito. Logo na primeira acção digna de nota protagonizada pelos bosquímanos, essa

eficácia ficou bem patenteada com a captura de duzentos rebeldes. Mas o mais importante nem foi tanto o êxito em si, mas o prestígio que daí adveio para as FAP. Pois, doravante os bosquímanos passaram a ser reconhecidos e respeitados como “Flechas”, exercendo sobre os rebeldes um misto de terror e fascínio, o que desde logo ajuda a explicar que aqueles duzentos rebeldes tenham-se tornado Flechas e outros se lhes juntassem. Em 1967 os Flechas eram oito, em 1974 eram mil (Cardoso *cit. in* Cann, 1998: 142-144).

Em face deste sucesso, foram então criadas as célebres Companhias de Flechas, que se distinguiriam na protecção das populações, na recolha de informações e no controlo de possíveis infiltrações nas áreas de fronteira, vindo mesmo a participar em inúmeras operações especiais, entre as quais as célebres operações “saltos de rã” - a que voltaremos adiante -, lado a lado com os melhores entre os melhores quadros das FAP (Mensurado, 2002: 153-154, 161). Para o General Costa Gomes, em dados momentos, apesar da sua inferioridade em número – os Flechas atacavam em pequenos grupos de 25/ 30 homens -, o valor operacional dos Flechas foi até mais frutuoso do que o doutras tropas especiais, tal era o profissionalismo com que geriam a violência necessária (CD 25 de Abril, 1998: 132). Os Flechas, apesar de conservarem a sua maneira muito própria de resolverem os problemas, receberam depois treino de Comandos e foram armados primeiro com Kalashnikovs e depois com a espingarda de fabrico norte-americano M-16 (Cann, 1998: 143). Muitos Flechas haveriam de ser posteriormente introduzidos na guerra em Moçambique e na Guiné (Pinto *in* Bethencourt, 1997: 77, Mateus, 2004: 72, 175). Entre 1970 e 1973, ou seja, em apenas quatro anos, os Flechas, que o tenente-coronel Ron Reid Daly recorda como os melhores soldados indígenas que conheceu em África, apesar de não contarem mais de mil homens, realizaram em Angola 524 acções de que resultaram a captura de 163 guerrilheiros e a morte de mais de 325 homens (Mateus, 2004: 72, 175).

Outro caso de sucesso na africanização do conflito, seriam os Grupos Especiais (GE), cujo número em 1974 ascendia a 3069 homens, sendo que em Moçambique além dos GE foram também criado Grupos Especiais Pára-quedistas e Grupos Especiais de Pisteiros de Combate num total de 8500 homens (Cann, 1998: 136-137).

O segredo do sucesso português na africanização do seu efectivo militar, bem se poderá resumir numa questão de auto-estima. Na prática tal queria significar que as tropas

nativas, assim como os guerrilheiros arrependidos, ganhavam tanto quanto as tropas da metrópole, podiam ser praças, sargentos ou oficiais e como tal eram respeitadas (Garcia, 2003: 201). No caso dos Flechas, o apreço pelo seu trabalho era de tal forma vincado, que mais de milhar e meio de comerciantes e industriais fundaram a *Liga dos Amigos dos Flechas* como forma de fazer chegar até eles as suas dádivas (Mateus, 2004: 72, 386). As condições que eram oferecidas às tropas africanas contrastavam com as privações sentidas pelas populações e os próprios *turras*, e isso “*fez que o alistamento voluntário aumentasse de forma arrasadora, e havia sempre mais voluntários do que vagas*” (Reis, 2001: 75; Brigadeiro Hélio A. Esteves Felgas *cit. in* Cann, 1998: 146). O espírito de corpo e o respeito mútuo que unia estas tropas às tropas metropolitanas era depois cimentado pela guerra e sabe-se como as dificuldades da guerra se encarregam de criar laços extremamente fortes.

Importa aqui sublinhar que esta inexistência de segregação – até 1962 o salário das tropas nativas era inferior ao das tropas europeias- entre as tropas nativas e as tropas europeias, distingue, desde logo, a guerra portuguesa em África daquela que foi a experiência da França na Argélia, ou da Grã-Bretanha na Malásia e no Quênia, mas sobretudo, denota uma apurada percepção de qual a mensagem a endereçar: primeiro, aos revoltosos; segundo, às populações; e, por último, aos países vizinhos, e aqui havia uma preocupação muito especial com a fronteira norte.

3.1.4.4- Desnorte da Fronteira Norte

Portugal nutria um interesse genuíno por todos os países africanos que nos eram hostis, mas atendendo aos mais de dois mil quilómetros de montanha, pântanos, selva e caniçais que constituíam a fronteira norte de Angola, era natural que dispensasse ao Zaire uma atenção muito especial. Daqui resultou que, pese embora Portugal nunca ter encontrado no Zaire um aliado efectivo, pelo menos de forma duradoira, o certo, é que pela forma como ingeriu na sua política interna, conseguiu sempre colocá-lo em permanente sobressalto, o que em dados momentos, até foi mais favorável do que um apoio politicamente mais efectivo.

Com efeito, apesar da cumplicidade étnica que unia a UPA ao Zaire, ao Zaire não faltavam problemas com que se ocupar. De modo que durante todo o período pós independência (pós 1960), o Zaire foi um país pouco mais que ingovernável e a sua

desintegração territorial apenas não se consumou, porque as Nações Unidas exigiram a Tchombé que devolvesse a província do Catanga ao governo central. Neste pecúlio, bem se pode dizer que os EUA e a Bélgica, que conjuntamente com os franceses eram “*os verdadeiros donos do Catanga*”, pela forma como apoiaram a declaração de independência da província do Catanga, deram o seu contributo para o caos (Mateus, 2004: 62). Todavia, Portugal foi mais ousado, e aproveitou o isolamento de Tchombé ante as forças das Nações Unidas, para estabelecer com ele laços mais efectivos, nunca lhe faltando secretamente com o seu apoio, inclusivamente em termos militares. *A priori* a decisão Portuguesa em apoiar um derrotado, mais parecia uma fuga para a frente, mas por qualquer estranha razão Portugal acabaria por acertar duplamente. Primeiro, porque em Junho de 1964, na sequência duma das reviravoltas em que a política é fértil, as Nações Unidas viriam a convidar Tchombé para primeiro-ministro dum governo de reconciliação. Segundo, porque quando em 1965 Mobutu através dum golpe de Estado o afastou do poder, o próprio modo de ser das FAP e a cumplicidade entretanto criada, proporcionou que as forças fiéis a Tchombé, na companhia das suas famílias, se decidissem a atravessar a fronteira e combater ao nosso lado.

Deste modo as FAP lograram reforçar o seus contingente com mais 2.300 homens, que aumentariam para 3.000 em 1974, facto não só importante em termos militares, pois, os “Fiéis” catangueses eram reconhecidos como “soldados sem medo que lutavam como tigres” (Mateus, 2004: 184-185). Mas também importante em termos políticos porque a sua força queria significar que se acaso Mobutu se excedesse no seu apoio à FNLA ou ao MPLA, tal poder-lhe-ia custar uma guerra civil (Cann, 1998: 138-139). O General Costa Gomes considerava mesmo que a principal mais valia dos “Fiéis” catangueses residia na possibilidade efectiva das FAP atacarem no interior do Zaire, sem que com isso as Nações Unidas as pudessem acusar de violar fronteiras, pois, em rigor dos princípios aqueles homens eram zairenses (CD 25 de Abril, 1998: 130-131). Se a este facto inibidor, juntarmos o ódio bakongo e a dependência das exportações zairenses do caminho-de-ferro de Benguela, então facilmente se compreende do motivo porque Mobutu facilitava as acções de limpeza portuguesas nas zonas de fronteira (Costa Gomes *cit. in* Antunes, 1922B: 141).

O risco de Mobutu, por alguma vez, nos conseguir surpreender, em face da atenção que a PIDE lhe dedicava, era praticamente nulo. Conforme reconheceu René Pélissier “*as redes da PIDE e os informadores portugueses no Congo-Kinshasa são equivalentes no seu*

efeito a uma divisão de pára-quadistas no solo” (Wheeler, 1971: 216). Além disso, Portugal estava longe de ser o único interessado no afastamento de Mobutu. Por exemplo, em 23 de Julho de 1966 Mobutu foi surpreendido por um ataque em força protagonizado pelos “Fiéis” catangueses no quadro duma operação mais vasta, organizada pela PIDE de comum acordo com os serviços secretos sul africanos, rodesianos, franceses, espanhóis, belga e norte-americanos, que além dos “Fiéis” catangueses reuniu o impressionante efectivo de quinhentos e sessenta mercenários (Mateus, 2004: 182). De modo que o risco duma grande ofensiva dos povos bakongos, visando a restauração do grande Império do Congo, se ainda era um sonho em que Holden Roberto verdadeiramente acreditava, então, continuá-lo-ia a ser até ao fim do conflito. Portugal explorou esse factor inibidor ao pormenor e pelo seu efeito conjugado com a estratégia militar adoptada para o conflito, logrou que os movimentos de libertação, ao invés de crescerem com o conflito, acabassem reféns das suas próprias contradições.

O MPLA que começou por ser o mais pragmático dos três movimentos, acabou dividido entre a estratégia de Agostinho Neto, o líder do MPLA, a estratégia de Daniel Chipenda, responsável militar pelas operações de guerrilha no Leste, e a estratégia de Mário de Andrade, antecessor de Neto na chefia do MPLA.

A FNLA que começou por ser fortemente apoiada pelos EUA e por aplicar com algum sucesso a tática de guerrilha, acabou a ser apoiada pela China e a aplicar uma tática cada vez mais convencional, repetindo assim um erro que o MPLA já havia antes cometido e, como víamos, arrependido amargamente.

A UNITA que começou por ser um terceiro movimento que se propunha suprir as lacunas da FNLA, acabou a cooperar secretamente com Portugal, quer no domínio militar, quer no domínio da informação, conforme melhor se retirará do memorando secreto dirigido por Jonas Savimbi ao General Luz Cunha, que a seguir se transcreve:

Na nossa opinião, o MPLA é o principal obstáculo à paz, não apenas no Leste, mas em todo o território de Angola. Temos informações em primeira mão que nos permitem dizer que o MPLA está a preparar emboscadas e operações contra as forças armadas e contra a UNITA e planeia desalojar a UPA do Zaire

através de manobras de unificação entre o MPLA e a UPA (Savimbi cit. in Antunes, 1992b: 204).

Por contraste às dificuldades inimigas, as FAP evidenciaram uma progressiva capacidade de aprendizagem e as suas estratégias revelaram um crescendo de ousadia e eficácia. Uma das experiências mais bem sucedidas foram as operações “saltos de rã”, as quais passaram a ser efectuadas em permanência a partir de 1972. Estas operações visavam, a partir duma intensa vigilância fronteiriça, cortar as linhas de reabastecimento às tropas inimigas, e tinham por única condição que a área de intervenção não fosse densamente florestada. Satisfeita esta condição, pisteiros páras organizados em equipas de quatro elementos, depois de detectarem o rasto duma infiltração inimiga, zonavam incessantemente uma faixa de terreno imaginária com uma amplitude de quinze graus, e com o apoio dum ou dois heli-canhões encurtavam de salto em salto, alguns de trinta quilómetros, as distâncias e o tempo na aproximação às forças inimigas. À medida que as distâncias eram encurtadas, eram então distribuídos vários grupos de combate em posição de emboscada, uns eram colocados na retaguarda da progressão inimiga, outros à sua frente. A apoiar todo este esforço existia uma poderosa máquina logística capaz de em comboio aéreo concentrar onde necessário o grosso das tropas de elite existentes no território. Este factor, aliado a uma cadeia de comando extremamente operacional, permitia às FAP surpreender o inimigo em condições extremamente favoráveis, na medida em que podia: 1) escolher o local onde as possibilidades de fuga e dispersão eram mais reduzidas; 2) efectuar sobre o local escolhido algum trabalho preparatório (destruição de pontes e jangadas, minagem de margens e caminhos de acesso, ...); 3) dispor de tropas frescas e em vantagem numérica; 4) dispor do apoio dos heli-canhões; e 5) acostrar o inimigo em permanência. Enquanto que por contraponto, o inimigo se via confrontado com uma de duas opções: recuar e esbarrar nos grupos de combate que lhe fecharam a retaguarda, sendo depois perseguido por estes, repetidas vezes, de “salto em salto” – de helicóptero - até à fronteira; ou, ser emboscado adiante e, depois, repetir a primeira opção (Mensurado, 2002: 153-208). O tenente-coronel Joaquim Mensurado, pára-quedista com intensa experiência de combate nos três teatros de guerra, sobretudo em Angola, a respeito do efeito provocado por uma grande operação organizada nestes moldes, que envolveu duas Companhias de tropas pára-quedistas, uma de comandos e outra de flechas, tendo por intuito impedir a infiltração pela fronteira leste de Angola, a norte do Cazombo, dum batalhão do MPLA saído do Dilolo, na República do Zaire, dá-nos conta que:

Os prisioneiros capturados referem o horror, o medo, o pânico e o cansaço que se instalara na guarda avançada do batalhão inimigo, sempre a fugir, pelo intenso sobrevoo do helicóptero e da pesquisa no terreno dos pisteiros páras; e que se lhes tornara impossível avançar mais com o dispositivo das N.T. [Nossas Tropas] montado nos locais de travessia dos rios e com a ameaçadora perseguição aérea e terrestre que lhes fora movida (Mensurado, 2002: 160)

Assim, no que concerne à estratégia adoptada, o maior pecado que Portugal poderá eventualmente ter cometido, será quão muito alguma impaciência. Mas esta precipitação apenas surgiu numa fase bastante adiantada do conflito e ainda assim foi momentânea, mais precisamente, entre Setembro de 1973 e Fevereiro de 1974, período em que o General Barroso Hipólito, sucessor do General Bettencourt Rodrigues no comando da Zona Militar Leste, à revelia da cadeia de comando, tentou eliminar a UNITA (CD 25 de Abril, 1998: 136). Mas o desmando do General Hipólito, que custar-lhe-ia o cargo, apenas comportou para as FAP consequências momentâneas, sendo que à data de 25 de Abril de 1974 as relações com a UNITA estavam já em vias de regressar à normal tranquilidade (Correia, 1991: 40).

A guerra em Angola foi por isso moderada pela sensatez, e o melhor indicador disso mesmo é, precisamente, a evolução de 2,21 baixas por cada mil homens sofridas em 1964, para 0,64 baixas por cada mil homens sofridas em 1974 (Oliveira, 1994: 258). Em termos médios cada ano de guerra custou a Portugal 105 vidas, ou seja, 1369 mortes em combate em treze anos (Guerra, 1994: 379-381). E poderiam ter sido menos, se as nossas tropas ao invés de serem acompanhadas por socorristas fossem acompanhadas por médicos, mas a estes faltava condição física e idade (Mensurado, 2001: 43-44). Em valores comparados, o controlo do Sul de Angola entre 1881 e 1916, custou ao exército português 1459 mortos, isto sem contar com os africanos que integravam as fileiras do exército na condição de auxiliares (Pélissier, 1997: 264). Portugal começou a guerra com 39.469 homens e acabou-a com 64.054 homens. Estes números evidenciam “*uma situação de supremacia nítida em relação aos movimentos de libertação*”, os quais volvidos treze anos de conflito ainda estavam longe de constituírem uma ameaça credível (Vaz, 1997: 337; Oliveira, 1994: 271; Pinto *in* Bethencourt, 1997: 84; Nunes, 2002).

3.2. - Guiné

3.2.1- A Deflagração do Conflito

A Guiné, com uma superfície de 36.125 Km², era uma das mais pequenas colónias portuguesas e no tocante ao contributo líquido para a prosperidade da metrópole, também uma das mais desinteressantes. A sua economia era de subsistência e quase desmonetarizada. E a presença portuguesa na Guiné não ia além de dois mil civis para uma população de cerca de 550.000 habitantes (Macqueen, 1998: 59).

Em face dessa escassez relativa de interesses, facilmente se percebe que não era de todo imediato ao povo encontrar razões suficientemente fortes que o levassem a exigir pela força o fim da exploração colonial, até porque os diferentes grupos étnicos cultivavam diferentes motivações. Os balantas – 30% da população – tinham um passado conflituoso, viviam da agricultura e sentiam-se descontentes pela obrigação de trabalharem em plantações, pagarem impostos e terem de obedecer a chefes muçulmanos de outras tribos. Mas em contrapartida as outras tribos, os fulas e os mandingas, viviam do comércio e tinham uma relação pacífica com os portugueses. Amílcar Cabral, o fundador em 1956 do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), também reconhecia esse défice de mobilização para a luta (Oliveira, 1979: 205).

Nesta medida, a vontade de luta do povo guineense, acabou por ser o resultado dum intenso trabalho de acção política realizado pelo PAIGC, que a profunda inépcia da administração portuguesa só ajudou a precipitar. Com efeito, até 1959 o PAIGC pouco mais foi do que um clube de maledicência, manietado pela pequena burguesia urbana e, por conseguinte, inexpressivo. Primeiro, porque o sonho desse grupo em suceder aos portugueses na governação, era temperado pelo medo em perder a sua condição de privilégio. Segundo, porque as diferentes tribos guineenses tinham os seus próprios motivos de interesse e cultivavam fidelidades distintas para com os portugueses. Terceiro, porque quaisquer daquelas tribos não aceitavam ser chefiadas por cabo-verdianos, a quem invejavam por ocuparem os principais lugares no funcionalismo público. Quarto, porque tratando-se dum movimento clandestino em ambiente urbano, o PAIGC dificilmente poderia conseguir algo de

significativo, na medida em que desde 1957 a PIDE vigiava todos os possíveis focos de instabilidade na Guiné.

Neste cômputo, os 50 mortos ocorridos em 3 de Agosto de 1959, na sequência dos excessos repressivos verificados após uma greve organizada pelo PAIGC, a pretexto dum simples pedido de aumento salarial dos estivadores do cais de Pidjiguiti, sendo impossível de justificação, só poderia servir como detonador de consciências.

Cerca dum mês depois daquele massacre, Amílcar Cabral regressou de Angola, onde vivia com a sua família, para preparar a guerra. Sob a sua presidência, os quadros do PAIGC deslocaram-se até à Guiné-Conacri com o intuito de se prepararem militar e politicamente para a luta. E no ano seguinte regressaram para a mobilização das populações. Claro está que é de supor que a mensagem assumisse mutações consoante o mérito dos emissários. Mas em todo o caso, admitindo que, após um ano de doutrinação, todos os homens do PAIGC terão conseguido aprender o essencial da mensagem do seu líder, na prática, o discurso não deveria destoar significativamente do texto que, em Dezembro de 1963, note-se, quatro anos depois do massacre, Amílcar Cabral redigiu para publicação no Jornal Democrático:

Senhor Presidente, já ouviu falar no massacre de Pidjiguiti. Era uma greve. Sei que não tem a incumbência de ouvir testemunhos sobre greves. Mas se defende os Direitos do Homem... E soube que cinquenta dos nossos compatriotas, trabalhadores africanos, foram mortos durante esta greve pela polícia e pelos militares? Queremos dizer-lhe aqui que dezenas de aldeias foram massacradas e compatriotas nossos, como Vitorino Costa, Bernardo Soares e outros (já demos esses nomes à ONU), foram cobardemente assassinados pelos colonialistas portugueses. A Vitorino Costa cortaram a cabeça. Esta cabeça foi mostrada através das aldeias. Bernardo Soares foi queimado vivo, regado com gasolina. Outros compatriotas nossos foram deitados aos rios, com os pés e as mãos atados, com pedras para fazer peso. Aliás, senhor Presidente, podemos ler-lhe um testemunho dos portugueses acerca desta questão, dos assuntos deste género. Se permite, Senhor Presidente.... (Cabral cit. in Melo, 1974: 174)

Como facilmente se percebe, estas palavras só poderiam fazer ferver o sangue do povo guineense, muito especialmente do povo balanta, já de si pouco satisfeito com os portugueses. Diante de tais factos, a inveja histórica que os balantas sentiam em relação aos cabo-verdianos só podia parecer coisa mesquinha, tanto mais que outros povos vizinhos haviam-se tornado orgulhosamente livres. A Guiné-Conacri e o Senegal tornaram-se independentes em 1958 e 1960, respectivamente. De modo que alicerçado no apoio do povo balanta e protegido pelo mato, o PAIGC foi-se tornando cada vez mais ousado, evoluindo de acções de desobediência civil para actos de sabotagem. Em cada acção de sabotagem o PAIGC encontrou sempre mais um motivo com que pedir o reforço dos apoios do mundo comunista, os quais eram já substanciais. Sabe-se que embora mais tarde o PAIGC tenha sido forçado a preferir o apoio da URSS à China, nesta primeira fase conseguiu agregar o apoio de ambos e, inclusivamente, serviu-se da Academia de Pequim para formar o seu primeiro grupo de militantes, entre os quais se contava Nino Vieira. Além do mais, Amílcar Cabral sendo amigo pessoal de Agostinho Neto, desde os tempos em que estudaram em Lisboa e sendo com ele fundador do MPLA, foi sempre visto pela URSS como uma aposta segura no cômputo duma estratégia mais vasta.

Por contraponto, as autoridades portuguesas, evidenciando um profundo défice de cultura democrática, continuaram a reagir repressivamente, de quando em vez com algum sucesso, mas essas pequenas vitórias foram manifestamente insuficientes para obstar à preparação do PAIGC para a guerra.

A guerra, propriamente dita, irrompeu em Janeiro de 1963 e seis meses depois, o PAIGC já controlava 15% do território, mais precisamente, o Sul da Guiné onde habitavam os balantas (Guerra, 1994: 214). Mas o pior era que a estratégia de combate em movimento aplicada por Amílcar Cabral, era de tal forma perfeita que quase parecia impossível de suster.

A fronteira com a Guiné-Conacri, onde começou o conflito, e com o Senegal eram o resultado da Convenção Luso-Francesa de 1905 e, precisamente por esse facto, não dispunha de obstáculos naturais que de algum modo impedissem o livre trânsito de homens e materiais. A zona do Oio-Morés, onde os guerrilheiros criaram estruturas de apoio e refúgio, eram constituídas por matas densas e cercadas de pântanos, que cresciam de caudal na época das

monções. As populações rurais estavam carentes de cuidados e o PAIGC estava em condições de lhes facultar e, assim, ganhar o seu apoio.

Por contraste, as FAP dispunham duma estrutura capaz para uma guerra convencional, mas demasiado pesada para quem tinha de perseguir guerrilheiros em movimento. Mas ainda pior, as FAP não dispunham de motivação para mudar o rumo dos acontecimentos, na medida em que os seus comandantes eram eles próprios o espelho da decadência. O General Arnaldo Shultz, investido em 1964 nas funções de Governador e Comandante-chefe, tendo como mandato inverter o estado de coisas, pouco mais fez que ocupar-se do seu enriquecimento, conforme denotam os serviços de informação norte-americanos no Senegal: *“Houve considerável corrupção durante o período Shultz. O próprio Shultz terá estado envolvido em casos concretos (fundos para construções de renda económica, etc.)”* (Antunes, 1992b: 72).

De modo que, bem se pode dizer, que do lado português, a guerra na Guiné começou cinco anos mais tarde, ou seja, em 1968 com a chegada do General Spínola.

3.2.2- A Abordagem Spínolista do Conflito

Spínola introduziu uma verdadeira revolução naquela que era até então a história do conflito. Assim chegou à Guiné, todos os antigos colaboradores de Shultz regressaram a Lisboa, cedendo o seu lugar a um grupo de jovens especialistas em contra-subversão e em técnicas de desinformação, que rapidamente se tornaram conhecidos como os “rapazes de Spínola”. Apenas alguns elementos da PIDE criteriosamente escolhidos, entre eles Frago Alas, tiveram oportunidade de integrar o núcleo duro spínolista (Mateus, 2004: 381-382).

Spínola parecia uma força da natureza, exuberante no trato, por vezes mesmo rude, mas cheio de vontade própria, determinado, competente, destemido e, acima de tudo, incorruptível. Spínola distingia-se ainda pelo seu grande à-vontade na forma como lidava com as populações, uma característica rara num militar, mas que em Spínola parecia inata. Talvez pela intensidade que colocava em tudo o que fazia, talvez pelo carisma ou pelos adereços que compunham a sua personagem – monóculo, pingalim e luvas brancas -, ou talvez pelo resultado dessa mistura, o certo, é que Spínola foi capaz de recuperar o respeito dos seus homens e a empatia das populações, colonos inclusive (Maltez, 2005b: 565).

Para o efeito, Spínola aproveitou para o conflito na Guiné a aprendizagem da guerra em Angola, envolvendo-se num vasto conjunto de acções sociais e explorando até à exaustão as rivalidades étnicas entre os balantas, os mandingas, os manjacos e os fulas, e entre todas estas tribos e os cabo-verdianos. Basicamente visava-se que todas as tribos se capacitassem de que se por acaso tivessem um dia de obedecer a outras tribos, ou ainda pior, aos cabo-verdianos, a sua existência seria impossível. Enquanto que por efeito contraste, se reforçavam os motivos para que desejassem continuar a viver com os portugueses. Este trabalho tinha por base uma aldeia já existente, que de repente acedia a cuidados de saúde, água, instalações sanitárias e educação. As suas casas eram também melhoradas, através da colocação de chapas de zinco sob as folhas de palma para que melhor resistissem à estação das chuvas. As culturas eram apoiadas através de sementes seleccionadas e recebiam acompanhamento técnico. De modo que, naturalmente, as populações vizinhas sentiam-se atraídas por essas aldeias, até porque lá a segurança era também maior. Entre 1969 e 1974, a engenharia militar construiu 196 escolas, 51 postos médicos e 8313 cabanas foram melhoradas (Ministério do Exército, 1974: 54, 78).

Por sua vez, no domínio eminentemente político, Spínola procurou introduzir um vasto conjunto de reformas, por forma a reconhecer aos chefes tribais o direito de participarem da solução dos problemas do seu povo, quer a nível local, através dos concelhos regionais de base étnica, quer a nível nacional, através dos Congressos dos Povos da Guiné. Spínola procurava, através desta participação popular, contrabalançar a influência do PAIGC (Spínola, 1978: 274).

Desse vasto trabalho resultou, quase de imediato, uma importante aliança com o povo fula, representativo de 20% da população guineense e, a partir desta base de apoio, as FAP colocaram-se em posição de concorrer abertamente com o PAIGC pela preferência das populações e, por esta via, obviar ao esforço de recrutamento na metrópole e minar a confiança entre os combatentes balantas e os seus chefes cabo-verdianos. Importa aqui notar que essas fricções endógenas perturbavam sobremaneira o PAIGC, de tal modo que o recurso à violência, enquanto método de disciplina, tornar-se-ia numa solução recorrente de má memória. Ainda na actualidade, muitos balantas não conseguem esquecer a crueldade, através da qual os cabo-verdianos os vergaram à disciplina partidária, por vezes à custa da própria vida (Forrest, 1992: 36).

Por esta altura, as FAP passaram por uma verdadeira revolução tática, de que resultou uma postura eminentemente ofensiva. Para o efeito, Spínola apostou em pequenas unidades de patrulha, regra geral, constituídas por cerca de trinta homens, com um elevado poder ofensivo, grande flexibilidade tática e qualidade de treino militar. Estas unidades de combate podiam embrenhar-se com o mesmo à-vontade do PAIGC na mata densa, e ali permanecer o tempo suficiente para lhe sabotar o esforço de guerra, envolvendo-se num vasto conjunto de acções, tais como: infiltração e sabotagem, intersecção de comunicações e abastecimentos, destruição de sementeiras, realização de emboscadas, orientação dos bombardeamentos aéreos e da artilharia pesada. Neste capítulo, sublinha-se o contributo das tropas africanas, as quais não obstante representarem em número 21% do efectivo das FAP, realizaram na prática 50% dos contactos ofensivos com o inimigo, facto *per se* revelador do empenhamento destas tropas (Pinto *in* Bethencourt, 1997: 76). Tal empenhamento é explicável pela profunda convicção destas tropas de que se por acaso o futuro da Guiné coubesse ao PAIGC a sua existência seria impossível. E, ao que parece, assim foi (CD 25 de Abril, 1998: 130). Ficaram então famosas algumas forças de assalto compostas por tropas africanas, casos da unidade de contra-guerrilha sugestivamente denominada “Os Vingadores”, ou dos “Roncos de Farim”, um grupo composto por apenas nove homens que, com profusa liberdade de acção, realizava com sucesso acções de infiltração e sabotagem (Andrade, 2002: 225). Este género de operações, além de audácia, improvisação e imaginação, implicavam também um pouco de sorte, porque dum jogo se tratava. E, por vezes, sucedia que essa sorte bafejava os audazes. A ela se deve a captura dum oficial cubano ao serviço do PAIGC, o capitão Pedro Peralta, o que foi de excelente uso, sobretudo, em termos políticos (Soares, 1975b: 108).

Spínola conseguiu, assim, retirar iniciativa ao PAIGC. Todavia, não obstante a mudança de atitude e a vantagem das FAP superarem em mais de quatro vezes o número de homens do PAIGC, na prática os resultados ficaram ainda aquém do esperado. Para este desfecho, muito contribuiu o facto do PAIGC tendo consciência de que uma concentração de forças ser-lhe-ia fatal, ter também ele optado por dividir os seus 5.000 homens em pequenos grupos de combate, mantendo o grosso das suas forças a coberto do escudo protector do Senegal e da Guiné-Conacri.

De modo que, pese embora Spínola ter roubado a iniciativa ao PAIGC, o conflito acabou por evoluir para uma espécie do “jogo do gato e do rato”, em que uma vez após outra

a perseguição acabava na linha de fronteira, ou um pouco mais adiante. Ora, tudo isto provocava um profundo efeito de desgaste e era com ele que o PAIGC contava para que os portugueses desistissem da Guiné (Carvalho *cit. in* Serrão, 1985: 361).

Antes, porém, que isso sucedesse, Spínola decidiu-se avançar para uma operação de grande envergadura, visando a resolução da guerra numa forma definitiva: a Operação Mar Verde.

3.2.3- A Operação Mar Verde

A Operação Mar Verde começou a ser desenhada em 1969 pelo capitão-tenente Guilherme de Alpoim Calvão, um militar habituado a missões de alto risco e descrito pelos seus próximos como um aventureiro na esteira de “James Bond”, tendo por objectivo a destruição de três vedetas-torpedeiras da classe Komar e quatro vedetas-torpedeiras da classe P6, que a URSS cedeu à Guiné-Conacri e ao PAIGC, respectivamente.

Como facilmente se depreende, se na posse de quatro vedetas-torpedeiras de 60 toneladas cada, capazes de atingir velocidades superiores a 40 nós, e armadas de duas baterias anti-aéreas de 25 mm e dois lança torpedos, o PAIGC constituía uma ameaça, quer para os navios de carga, quer para os navios do transporte de tropas. Claro está, que esses navios eram escoltados pela Marinha Portuguesa, mas ainda assim o risco do PAIGC poder iludir a vigilância, chegar até Bissau e, uma vez lá, afundar algum navio, enquanto dispusesse daqueles meios, subsistia.

Assim, em Agosto de 1969, Alpoim Calvão propôs a Spínola que na calada da noite, uma lancha de fiscalização grande se aproximasse do porto de Conacri, com o intuito de colocar na água várias equipas de homens-rã, tendo por missão colocar sob o casco daquelas embarcações várias minas-lapa. Estas deveriam rebentar algumas horas mais tarde, quando os homens-rã já estivessem de regresso. Desse modo, o PAIGC e a Guiné-Conacri poderiam suspeitar dos portugueses, mas nunca teriam como prová-lo. Tratava-se dum plano teoricamente perfeito e em meados de Setembro daquele mesmo ano, iniciaram-se os preparativos. O primeiro passo foi o reconhecimento do porto de Conacri. Para o efeito, Alpoim Calvão serviu-se dos elementos africanos do corpo de fuzileiros e procedeu à

camuflagem numa lancha de fiscalização grande, por forma a que se fizesse passar por uma lancha do PAIGC. O próprio comandante daquela embarcação, acabou por ser um cabo fuzileiro guineense, disfarçado com um boné de capitão-tenente (Monteiro, 1997: 197-198).

A acção foi um sucesso, nenhum dos navios pesqueiros com que se cruzaram se aperceberam da presença portuguesa. Mas por culpa das facilidades encontradas, a Operação Mar Verde acabou por visar vários outros objectivos, nomeadamente: 1) libertar os vinte e seis prisioneiros portugueses que o PAIGC mantinha reféns em Conacri; 2) destruir as instalações do PAIGC; 3) efectuar a substituição de Sekou Touré por um outro líder mais favorável aos interesses portugueses; 4) destruir os aviões de caça MIG da Força Aérea Guineense; e 5) capturar Amílcar Cabral e alguns dos principais dirigentes do PAIGC.

A ideia parecia demasiado ambiciosa, mas nem por isso se pode considerar de todo descabida, na medida em que se verificava uma vasta convergência de interesses, que bem poderiam viabilizar um golpe de estado. Na verdade, à alguns anos a esta parte, Portugal vinha mantendo contactos com a oposição a Sekou Touré formada pela Frente Nacional de Libertação da Guiné (doravante FNLG). Mas essa aproximação nem partiu de Portugal. Curiosamente, o relacionamento com a FNLG foi instigado pelos serviços secretos norte-americanos e, só teve desenvolvimentos, porque a França, embora escusando-se a um envolvimento público, investiu na sua consolidação (Antunes, 1992b: 148-149). Por esta altura, a política externa francesa cultivava uma postura ambivalente. Por um lado, abominava o ditador que desde a independência provocara o êxodo de cerca de 600.000 mil dos 3,8 milhões de habitantes da Guiné-Conacri. Por outro lado, receando perder o que restava da sua influência na Guiné-Conacri, escondia de Sekou Touré o apoio financeiro e político à FNLG, assim como qualquer participação, directa ou indirecta, em qualquer tentativa de golpe de estado.

Portugal parecia, assim, afigurar-se como a solução instrumental óptima para os seus aliados tradicionais, na medida em que poupando a França e os EUA aos riscos militares e políticos inerentes a uma participação directa num golpe de estado, nem por isso os excluiria de partilhar dos louros, isto é, se por acaso fosse bem sucedido. Não obstante estes condicionalismos, a França emprestou um contributo útil, desde logo na montagem numa complexa máquina para o recrutamento dos antigos efectivos do exército colonial francês e de

alguns militares da Guiné-Conacri, que se haviam refugiado algures no Senegal, Gâmbia, Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim.

Os militares da FNLG foram, assim, chegando a conta-gotas e com o máximo secretismo à ilha de Soga e ali se mantiveram, entre Janeiro e Novembro de 1970, a fim de serem sujeitos a um intenso plano de instrução militar. Ao todo eram 156 homens e a eles se juntaram alguns mercenários contratados. A participação das FAP confinou-se ao Destacamento de Fuzileiros Especiais (DFE), composto por 80 homens, e à 1.ª Companhia de Comandos Africanos, composta por 125 homens, em ambos os casos 100% negros.

Esta opção por um dispositivo de forças exclusivamente africano, quando em causa estava uma Operação tão delicada para o rumo da guerra, à primeira vista parece algo surpreendente, mas havia uma forte razão para que assim fosse. O aval de Marcello Cateano estava condicionado à garantia de que, sucedesse o que sucedesse, não restariam em Conacri vestígios da presença portuguesa (Calvão, 1976: 72). Claro está que pese embora a isso se comprometer, Spínola não dispunha propriamente de garantias absolutas, mas também daí não se pode retirar que haja apostado todo o seu prestígio militar numa hipótese de “tudo ou nada”. Com efeito, Spínola detinha alguns motivos para que se sentisse confiante. Primeiro, porque quer a 1.ª Companhia de Comandos Africanos, quer o DF1, não tinham por hábito abandonar os seus, vivos ou mortos. Segundo, porque uma vez que as tropas envolvidas eram quase todas negras, e utilizavam uniformes estrangeiros e armamento soviético, era praticamente impossível obter provas com que identificar objectivamente a participação das FAP. Terceiro, porque as informações obtidas pela PIDE/DGS proporcionavam a Spínola um conhecimento de pormenor sobre os objectivos. De tal forma que por intermédio da cooperação com o *Bundes Nachrichten Dienst* (serviço secreto da RFA), Spínola estava em condições de dispor de informações com origem no interior do Palácio Presidencial de Sekou Touré (Antunes, 1992: 148).

Assim, após cerca dum ano de preparativos, às vinte horas do dia vinte de Novembro de 1970, cerca quatro centenas de homens embarcaram com destino à Guiné-Conacri tendo por missão mudar o que parecia ser o rumo da história. Ao chegar ao farol das Ilhas Loos, as várias lanchas de desembarque, dispersaram para efectuarem a aproximação a Conacri.

A lancha de fiscalização grande Orion, onde seguia o comandante Alpoim Calvão, fundeou a cerca de meia milha do quebra-mar que protege o porto de Conacri, e a partir dela foi lançado o ataque ao primeiro objectivo. À meia-noite e quarenta e cinco minutos, catorze fuzileiros especiais africanos, liderados pelo segundo-tenente Rebordão de Brito, um homem habituado a missões impossíveis, embarcaram em dois botes de borracha com destino à doca do cais do bananeiro, onde estavam fundeadas as quatro vedetas P6 do PAIGC, conjuntamente com as três vedetas Komar da Guiné-Conacri. A sentinela de serviço não dando pela aproximação dos botes de borracha, foi rapidamente silenciada. O ataque foi rápido, sendo atiradas pelas escotilhas várias granadas de mão, as quais provocaram a explosão das embarcações e a morte de todos quantos lá se encontravam. Escassos minutos depois do ataque, os quinze homens estavam de regresso à lancha de desembarque, sem quaisquer vítimas ou feridos graves a registar (Monteiro, 1997: 203-204).

À uma e quarenta da madrugada, a partir de duas lanchas de fiscalização grande fundeadas a norte de Conacri foram lançados à água dez botes de borracha, os quais chegados a terra se dividiram em três grupos. O primeiro grupo atacou a Cadeia de La Montaigne e libertou os vinte e seis militares portugueses que lá se encontravam prisioneiros. O segundo atacou e destruiu as instalações e equipamentos afectos ao PAIGC. O terceiro tomou de assalto a residência alternativa de Sekou Touré, mas não o encontrou.

Pouco depois a partir da lancha de desembarque grande Montante foram lançados mais três grupos de ataque. O primeiro atacou o quartel da Guarda Republicana e libertou os quatrocentos presos políticos que ali se encontravam, os quais de imediato engrossaram as fileiras da Frente Nacional de Libertação da Guiné. O segundo atacou a central eléctrica e cortou o abastecimento de electricidade, eram duas e quinze da madrugada. O terceiro tomou de assalto o campo militar de Samory, sede do estado-maior guineense.

Às quatro da manhã as equipas responsáveis pelo ataque ao lado Norte de Conacri tinham atingido os seus objectivos (Monteiro, 1997: 204).

O ataque ao lado Sul de Conacri decorreu em simultâneo, porém, aqui as coisas correram numa forma demasiado diferente do planeado. O controlo da emissora de radiodifusão foi um objectivo não cumprido, porque o comandante da primeira equipa de

ataque, um alferes natural de Guiné-Bissau, perdeu o sentido de orientação. O controlo de vários locais estratégicos no interior de Conacri foi um objectivo cumprido, mas Sekou Touré não se encontrava no Palácio Presidencial. E o assalto ao aeroporto de Conacri e a destruição dos aviões de caça Mig, correu ainda pior. Durante o trajecto entre o local de desembarque e o aeroporto, cerca de 1,5 km, um tenente natural da Guiné-Bissau desertou e com ele mais vinte homens e, quando finalmente o aeroporto foi ocupado, descobriu-se que dias antes os aviões Mig's haviam sido transferidos para um aeródromo no interior do país (Monteiro, 1997: 204).

Ante a ameaça dos aviões de caça Mig, Alpoim Calvão estava confrontado com o risco de, a todo instante, perder as embarcações afectas a esta operação e com elas a possibilidade de regressar a casa. Tratava-se, claramente, dum risco que não podia ignorar, tanto mais que o grande levantamento popular que a FNLG havia prometido, estava bastante longe de o ser. De modo que às quatro e quarenta da madrugada, não restou a Alpoim Calvão outra alternativa senão ordenar a retirada. Os nossos grupos de assalto regressaram a bordo pelas seis horas da manhã sem deixar qualquer vestígio, com os vinte e seis militares portugueses libertados, e transportando consigo um colega morto e outros sete feridos. Os homens da FNLG dividiram-se entre a opção de regressar ou de continuar a luta. Vários dias depois da contra-ofensiva lançada pelas Forças Armadas da Guiné-Conacri alguns ainda resistiam, outros foram feitos prisioneiros e viriam a delatar perante o mundo a participação portuguesa.

Do ponto de vista militar, atendendo ao seu risco, a Operação Mar Verde foi uma proeza de armas, mas o facto de depois de atingidos os alvos, não ter sido possível apanhar Sekou Touré, nem Amílcar Cabral, nem os Migs, deixa no ar a questão: porque é que os alvos não estavam onde os procurámos?

Poder-se-á responder que por circunstâncias várias haviam mudado de sítio momentos antes. Mas atentando reflexivamente nos preparativos da grande operação, repara-se que há fundadas razões para acreditar que talvez não tivesse sido mera coincidência. Com efeito, se tivermos presente que esta operação utilizou material soviético, e que esse material foi comprado à URSS sem que esta tenha colocado quaisquer entraves, então, é bastante plausível que o *Komiter Gosudarstvennoi Bezopasnosti* (doravante KGB) houvesse inquirido do destino que as armas receberam e lançado os avisos que se lhe afiguraram úteis.

A este respeito, o Conde de Pavulho, José Joaquim de Moraes Zoio, proprietário da firma Norte Importadora, Lda, e responsável pela compra à URSS das kalashnikovs e das bazucas PRG-7 envolvidas na Operação Mar Verde, esclarece que:

Moscovo não pôs qualquer dificuldade na venda do material em causa desde que fosse entregue o respectivo certificado de destino final. Nesta conformidade, um avião transportando as armas requisitadas – o transporte fazia-se normalmente em aviões da Air France - aterrou no Aeroporto de Lisboa ... Como é óbvio, o KGB, desde que as lanchas saíram para o mar, começou a jogar ao gato e ao rato com o senhor capitão-tenente” (Zoio cit. in Antunes, 1992b: 149, 151-152).

Outro motivo para crer na sabotagem da Operação Mar Verde pela URSS, retira-se do seu empenhamento para que resultasse num escândalo de dimensão internacional. Nisto a URSS foi especialmente hábil. Primeiro, pela forma como a partir de imagens de horror e do testemunho de alegados ex-combatentes da FNLG, condicionou a opinião pública mundial. Segundo, pela forma como a partir da opinião pública mundial manietou a política externa dos nossos parceiros tradicionais, e aqui se incluem a França e os EUA.

A diplomacia portuguesa optou por negar rigorosamente tudo e esperar que com o tempo o mundo se esquecesse. Foi o que veio a acontecer. Mas Portugal poderia obviar aos danos para a sua política externa e obter outros efeitos se, como os seus adversários, optasse por responder por intermédio de meias verdades. Afinal, com muitos dos homens da FNLG dispostos a testemunharem os pormenores da Operação Mar Verde, a participação portuguesa, ainda que não existisse, tornara-se um facto político. E para que não fosse tão fácil à opinião pública destrinçar os bons dos maus, Portugal poderia sempre ter alegado que agiu em defesa dos vinte e seis prisioneiros que o PAIGC, a coberto da protecção do ditador Sekou Touré, sujeitou aos mais vis tratamentos. E se destruiu algum do armamento com que a URSS armou o PAIGC foi apenas em autodefesa. Quanto à alegada tentativa de golpe de Estado protagonizado pela FNLG contra o ditador Sekou Touré, Portugal poderia sempre dizer que mais não era do que uma feliz coincidência, muito provavelmente motivada pelo extremo desespero dum povo cansado de sofrer. Nesta mesma linha, Portugal poderia dizer que nada tinha a ver com essa factualidade, pese embora, como país de forte tradição humanista que é,

não poder deixar de estar solidário com o sofrimento do povo da Guiné-Conacri. E para tornar mais credível a sua defesa, Portugal poderia ainda acrescentar que se em algum momento houvesse planeado algum golpe de estado, a menos que fosse louco, nunca o faria com apenas quatrocentos homens, como por disparate Sekou Touré, a URSS e algumas testemunhas contratadas, queriam fazer crer.

Todavia, Marcello Caetano, menos dado à manha política que Salazar, preferiu a discrição. Os avisos que chegaram a Lisboa para que nunca mais se repetisse a Operação Mar Verde, sob pena de Portugal poder ter de enfrentar uma guerra sozinho contra a URSS, foram recebidos com resignação. Na prática, Portugal acabara de desistir duma solução militar para o conflito, restara-lhe, enquanto fosse tempo, tentar uma solução política.

3.2.4- A Solução Política

Desde Fevereiro de 1970, a diplomacia portuguesa vinha mantendo contactos com Leopold Senghor, o Presidente do Senegal, no sentido de encontrar uma solução pacífica para o conflito. Mas essas conversações estavam um tanto ao quanto mornas, para não dizer mortas, pelo facto de em Julho de 1970, as FAP terem perseguido o PAIGC no interior do território do Senegal. Em face deste impasse negocial e gorada a solução militar, Portugal dispunha de motivos para se sentir completamente manietado. Se combatesse o PAIGC no interior da Guiné-Conacri ou do Senegal, arriscar-se-ia a enfrentar gravíssimos problemas internacionais, até mesmo uma guerra com a URSS. Se pelo contrário esperasse pelo PAIGC, a guerra prolongar-se-ia numa agonia sem-fim. Por isso, enquanto ainda era tempo, Spínola procurou criar no capítulo militar condições para que Portugal pudesse negociar a paz numa posição de supremacia.

Basicamente, sentindo-se fraco, Spínola procurou fazer sentir-se forte, por forma que o PAIGC interiorizasse que, ao contrário do que lhe ensinavam os manuais de guerrilha, com o passar dos anos, os portugueses tornar-se-iam cada vez mais obstinados e implacáveis. Para prová-lo, em 1971, as FAP mantiveram-se extremamente activas e o certo é que o PAIGC teve de adoptar medidas a propósito. Numa das muitas acções realizadas nesse ano, foram confiscados documentos que davam conta que os guerrilheiros do PAIGC estavam a receber instruções, com muitas advertências à mistura, para que em caso algum permanecessem numa

dada localidade mais do que dois dias (Lemos Pires *cit. in* Venter, 1973: 45). Tratava-se, claro está, dum indicador de que se por acaso os portugueses dessem o primeiro passo, o PAIGC não confundiria a receptividade portuguesa a uma solução pacífica, com qualquer sinal de fraqueza. Mas ainda mais importante do que aquilo que o PAIGC pudesse pensar, era o que Lisboa pensaria.

Sabe-se que Lisboa era, por déficit de liberdade de expressão, dada ao pensamento único. Mas a algum tempo a esta parte, por influência da maçonaria francesa, o Grande Oriente Lusitano estava progressivamente a gerar consensos, no sentido de que a proposta de Spínola pudesse merecer algum acolhimento. Naturalmente que pertencendo ao escol nacional, cuja teia de relações económicas, familiares e políticas havia controlado durante gerações a riqueza produzida no país, não era difícil a Spínola conhecer o efeito que a ideia produziria em Marcello Caetano. Todavia, há também que notar que Marcello Caetano reconhecia em Spínola um aliado político e revia-se com alguma felicidade no seu ideal duma comunidade “lusófono-brasileira” (Caetano, 1974: 189). De modo que nem se pode dizer que a autorização de Marcello Caetano para que Spínola iniciasse conversações com o PAIGC, haja sido uma surpresa, ou tão-pouco uma acção irreflectida, na medida que por detrás dela havia-se gerado uma significativa convergência de interesses.

Em sequência dessas conversações realizadas em Maio de 1972, Spínola chegou a uma base de acordo, mediante a qual, em linhas muito gerais, haveria um cessar-fogo, ao qual se seguiria uma participação popular que no limite poderia levar a uma relação federal com Portugal, a uma participação numa comunidade lusófona, ou até à independência total. Foi então que assustado com o rumo que as coisas estavam a tomar, Marcello Caetano impôs a Spínola o fim das conversações. Reconsiderava Marcello Caetano que a Guiné, embora destituída de interesse e passível de ser abandonada, produziria um efeito “dominó” sobre a demais África Portuguesa, onde aí sim tínhamos importantes interesses a defender (Caetano *in* Antunes, 1992: 195). Esta posição aproximava-o da ala mais à direita da governação, onde se encontrava a linha dura salazarista, ou o que restava dela. Afinal, “ (...) *no fundamental, na defesa do Colonialismo e na negação da independência às ex-colónias portuguesas (ex-Províncias Ultramarinas), a política desses dois governantes foi essencialmente a mesma!*” (Martins, 2000: 192).

Não conformado Spínola tentou chamar Marcello Caetano à razão, dizendo-lhe que a alternativa à paz concedida por iniciativa dos portugueses, era a descolonização imposta por uma derrota militar. Ao que Marcello Caetano respondeu que preferia uma derrota militar com honra a um acordo com terroristas. Marcello Caetano acabara de escolher o martírio. Spínola nunca lhe perdoaria. Conforme testemunha Carlos Fabião, seu amigo e confidente, a partir dessa data Spínola começou a pensar na revolução (Fabião *in* Associação 25 de Abril, 1984: 309). Em Agosto de 1973, Spínola regressou da Guiné convencido da total incapacidade política de Marcello Caetano. E os seus “rapazes”, especialistas em desinformação, seguiram-no. Foram eles quem fizeram a revolução de 25 de Abril de 1974, democratizaram e descolonizaram (Golias *in* Associação 25 de Abril, 1984: 317).

Marcello Caetano reparou no efeito emocional que a sua opção produziu em Spínola, mas não suspeitou que Spínola se viesse a tornar num adversário. Logo depois do seu regresso da metrópole, Marcello Caetano chegou mesmo a convidá-lo para ministro da defesa, mas Spínola recusou. Quanto à derrota que Marcello Caetano exigiu de Spínola, esta parecia cada vez mais um dado adquirido, mas de honrosa pouco tinha. Um mês após o regresso de Spínola, a República da Guiné foi reconhecida por mais de 80 Estados. As mortes em combate na Guiné - 1240 homens - representavam em termos relativos quase o triplo das mortes ocorridas em Angola (Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988: 264-266). E as tropas portuguesas sentiam-se exasperadas.

As FAP não tinham autorização para perseguir o PAIGC além da fronteira e se optassem por defender as suas posições ficavam à mercê da artilharia pesada. Por vezes ultrapassavam a fronteira mas essas acções eram determinadas por circunstâncias extremas. Um bom exemplo dessas motivações, foi a libertação de dezassete tropas portuguesas que tinham sido feitos prisioneiros pelo PAIGC. Esses homens estavam sujeitos às mais vis condições de sobrevivência, com “*água pelo joelho, onde faziam as suas necessidades, e a comer apenas uma colher de farinha por refeição*” (Bernardo, 2003: 178). Nestas circunstâncias não restava às nossas tropas muito tempo para planeamentos e uma operação em grande escala colocar-nos-ia dificuldades diplomáticas. Por isso, o comando africano Marcelino da Mata, condecorado com 5 medalhas de Cruz de Guerra e a Torre e Espada, acompanhado por apenas dois homens, armados com uma Kalashnikov e um saco com algumas dezenas de granadas de mão defensivas, aceitou mais uma missão impossível a

somar às muitas outras que havia feito (Andrade, 2002: 225). Desafiando todas as probabilidades, Marcelino da Mata cumpriu essa missão com sucesso e libertou os dezassete prisioneiros, mas já perto da fronteira um dos seus homens pisou uma mina e ficou gravemente ferido. Sem poder contar com o apoio das FAP e com o PAIGC no seu encalço, Marcelino da Mata não dispôs doutra alternativa senão satisfazer o último pedido do seu companheiro de armas, o de que poupasse ao sofrimento duma morte por tortura (Bernardo, 2003: 178).

A opção tomada por Marcelino da Mata - apenas mais uma história de guerra das muitas que fizeram o dia-a-dia dos quartéis - servia para capacitar os nossos militares, que mesmo que se predispusessem, e até conseguissem, fazer o impossível, tal continuaria a ser insuficiente para obviar aos constrangimentos políticos que sistematicamente os inibiam de fazer o seu melhor. De modo que nesta fase só os mais optimistas ainda conseguiam acreditar que a situação militar poderia ainda evoluir favoravelmente. Estes encontraram um certo alento no assassinato de Amílcar Cabral no início de 1973, sobre cuja autoria ainda hoje se especula. Mas o certo é que em termos militares o assassinato de Amílcar Cabral não obstou à melhoria dos predicados do PAIGC, na medida em que o seu efeito foi largamente compensado pelo reforço do apoio externo (Pinto *in* Bethencourt, 1997: 87). Cuba enviou instrutores que muito ajudaram o PAIGC a melhorar a precisão de tiro da sua artilharia pesada. E a URSS armou-o com mísseis terra-ar, por forma que até a nossa força aérea, até então de grande utilidade, começou a sentir-se incapaz de poder influir favoravelmente no rumo dos acontecimentos (Maltez, 2005b: 582). Do ponto de vista da estratégia militar, o mais que havia a fazer, era tentar adiar a derrota um pouco mais, talvez, encurtando a área efectivamente ocupada e fazendo-se o impossível junto dos EUA para dotar as FAP com uma eficaz defesa antiaérea (Silva, 1997: 132-133).

Neste contexto, a solução mais viável para o conflito, parecia ser mais uma tentativa protagonizada pelos serviços secretos franceses e a PIDE, cada um dos quais com um espião infiltrado na direcção do PAIGC, para derrubar Sekou Touré e instigar a divisão entre caboverdianos e guineenses (Antunes, 1992b: 338). Mas a viabilidade desta hipótese era mais teórica que prática. As FAP sentiam-se por isso sem estratégia, à mercê da morte, e por todo o lado cresciam os sintomas do amotinamento (Golias *in* Associação 25 de Abril, 1984: 313).

Conspirava-se que Spínola haveria de colocar os seus “rapazes”, em lugares chave em Lisboa, para que no momento certo se efectuasse uma revolução palaciana.

Marcello Caetano só compreendeu os acontecimentos quando já era demasiadamente tarde. Só a três semanas de ser derrubado, Marcello Caetano se decidiu a regressar às conversações com o PAIGC e ainda assim porque o Ministério dos Negócios Estrangeiros Britânico a isso o convidou. Nessa altura, Marcello Caetano já havia percebido, por juízo próprio, que estava próximo o dia em que as FAP fiadoras da integridade da pátria, haveriam de tomar o Poder (Caetano *cit. in* Amaral, 1995: 128). No *Depoimento* sobre a sua governação, Marcello Caetano preferiu omitir a existência dessas negociações, e repetiu que Portugal nunca deveria negociar com agentes enfeudados a ideologias e forças internacionais, sob pena do processo de descolonização resultar naquilo que foi, uma farsa (Caetano *cit. in* Serrão, 1985: 360-361).

Foi precisamente isso que as FAP quiseram evitar, enquanto foi tempo.

3.3- Moçambique

3.3.1- A Deflagração do Conflito

Moçambique era, depois de Angola, a segunda das nossas colónias, tanto em dimensão como em interesse. Mas a sua importância era em muito reforçada pela geografia duma “África Branca” completada pela África do Sul e a Rodésia. Portugal procurou explorar esse factor e daí retirou importantes dividendos tanto políticos como económicos. Este aspecto geográfico distinguia os moçambicanos dos demais povos colonizados da “África Portuguesa”, pelo facto de além de serem explorados pelo colonizador, também o serem a seu mando. Durante os anos 50, estima-se que cerca de dois terços da população masculina moçambicana adulta foi, a troco dum salário de miséria e de chorudas contrapartidas para o erário nacional, forçada a emigrar periodicamente para a África do Sul, a fim de trabalhar nas minas do Transval (Aracil, 1998: 155). Mas apesar de não faltarem ao povo moçambicano motivos de descontentamento, a luta nacionalista tardou em chegar.

Apenas no período 1959-61 apareceram os primeiros grupos nacionalistas e, ainda assim, sem grande expressão. A União Nacional Africana de Moçambique (MANU) era “*um agrupamento de Macondes, africanos primitivos e penetrados de fortes sentimentos de tribalismo, que sempre resistiram à direcção de estrangeiros (...)*” (Garcia, 2003: 132). A União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) não passava dum pequeno agrupamento de trabalhadores emigrados na Rodésia, logo, bem vigiados. E a União Africana de Moçambique (UNAMI) era um pequeno agrupamento com raízes no Malawi e acção em Tete. De modo que só a partir de 25 de Junho de 1962, após a fusão daqueles grupos num único movimento, a Frente para a Libertação de Moçambique (doravante FRELIMO), se poderá dizer que Portugal passou a dispor verdadeiramente dum adversário. Para esta evolução foi determinante o apoio secreto dos EUA à FRELIMO, no período 1961-63 sob a Presidência Kennedy. Foi graças ao apoio dos EUA que Eduardo Mondlane, professor nos EUA, casado com uma americana branca, alegadamente agente da CIA, obteve os meios com que persuadir aqueles três grupos a abraçar em unísono o objectivo: Independência (Antunes, 1992b: 52).

A guerra em Moçambique começou em 25 de Setembro de 1964 e, ainda assim, numa forma bastante insipiente. Um ano antes os EUA haviam oferecido a Salazar mil milhões de dólares, para que aceitasse o plano da CIA denominado “*Commonwealth Plan*” mediante o qual, a troco daquela quantia, Portugal concederia a autodeterminação a Angola e Moçambique, fixando-se um período de transição de oito anos, ao longo dos quais, reportando-nos à realidade moçambicana, Eduardo Mondlane receberia o estatuto de consultor assalariado, uma espécie de estágio para a governação. O dinheiro era suposto que funcionasse perante Salazar como um “rebuçado”, mas como facilmente se adivinha produziria o efeito contrário. Justificava-se Salazar: “*Quero este país pobre mas independente e não o quero colonizado pelo capital americano*” (Salazar cit. in Maltez, 2005b: 534).

No final de 1969, apesar da guerra já contar cinco anos, as dificuldades da FRELIMO em se fazer notar continuavam a ser manifestas. A tentativa de insurreição no sul foi travada, em Dezembro de 1964, pela PIDE com a detenção em Lourenço Marques de 1800 activistas (Gomes, 2002: 36). A tentativa de insurreição no centro, nomeadamente, nas províncias da Zambézia e de Tete, foi prejudicada pela falta de apoio do Malawi, cujo Presidente Hastings Banda, apesar de o fazer numa forma discreta, mantinha uma cooperação estreita com a PIDE

(Mateus, 2004: 373-374). E a tentativa de crescimento a partir do norte foi condicionada pelo alheamento da política externa norte-americana da era pós-Kennedy em relação ao problema africano. De modo que a actividade militar da FRELIMO estava praticamente confinada ao Norte, mais precisamente, ao planalto dos macondes, algures no longínquo distrito de Cabo Delgado que, em função dos interesses portugueses, mais não era do que uma “*ignorada faixa de savana*” (Gomes, 2002: 90).

Por contraponto, ao longo deste período, as FAP mais que duplicaram o seu efectivo, mas com excepção de duas grande operações, as operações “Águia” e “Finalmente”, realizadas em 1965 e 1967, respectivamente, nem se pode dizer que estivessem especialmente ansiosas por colocar um ponto final ao conflito (Garcia, 2003: 180, 182). A sua postura, mercê do próprio processo de aprendizagem da guerra de contra-guerrilha, era mais de contenção. Pretendia-se apenas mediante a tradicional disposição de tropas em quadrícula criar uma teia que, favorecida pelos rios Rovuma, Messalo e Lúrio, permitisse às FAP: barrar a progressão das tropas da FRELIMO e, progressivamente, estreitar os laços com o povo maconde (Gomes, 2002: 15). Sentia-se que a FRELIMO enfrentava, por esta altura, uma profunda crise de identidade. Os macondes começavam a dar mostras de cansaço face à hierarquia sulista da FRELIMO a quem acusavam de “*fazer recair sobre eles a quase totalidade do esforço da guerra*” e o seu relacionamento historicamente distante em relação às demais etnias também não ajudava a obviar a essa dependência (Gomes, 2002: 37; Garcia, 2003: 256). Ademais, começavam a aparecer sinais de que a FRELIMO se poderia fragmentar em três facções: norte-americana, soviética e chinesa. E notava-se que o avivar das rivalidades religiosas e étnicas pela acção psicológica das FAP, estava a fazer com que a FRELIMO sentisse dificuldades de recrutamento e se tornasse cada vez mais dependente dos católicos macondes, enquanto por contraponto as FAP estavam a conseguir estreitar as suas relações com os muçulmanos do povo macua, que só por si representavam 42% da população moçambicana, contra os 2,6% do povo maconde (Garcia, 2003: 199, 219, 255-256).

Neste cômputo, e dado o curso do conflito, começaram a correr em Lisboa planos com que encontrar um motivo para assinalar a superioridade de Portugal sobre os desígnios da colónia. A solução encontrada foi a Barragem de Cahora Bassa. A construção da barragem de Cahora Bassa foi tomada em 10 de Junho de 1968. Foi a última grande decisão de Salazar (Cunha, 1977: 194-200). Depois dele, Marcello Caetano ainda hesitou na hora de anunciar o

início das obras, mas por reear o efeito político conteve-se. Tecnicamente a barragem de Cahora Bassa era, em dimensão, a quinta maior do mundo, capaz duma produção de 18.000 milhões de kilowatts/ hora, o suficiente para abastecer Moçambique, a Rodésia e a África do Sul. Mas politicamente a barragem de Cahora Bassa era muito mais do que isso. Através da barragem, Portugal provava à FRELIMO e ao mundo que acreditava em Moçambique tanto como em si próprio, ou até talvez mesmo mais - se avaliarmos pela delonga da Barragem do Alqueva (Gomes, 2002: 89). Mas ainda mais importante, através da barragem, Portugal prestava uma impressionante prova de vitalidade, mostrando-se capaz de angariar sócios para a grande empresa colonial, quando muitos já a diziam falida. A imagem dum gigantesco consórcio multinacional, participado por capitais alemães, franceses, sul africanos, italianos e até suecos, associada a mirabolantes teorias que prognosticavam uma imensidão de terras, exploradas por milhares de colonos brancos, uma espécie de fundações dum futuro mercado comum branco na África Austral, parecia fazer renascer todos os sonhos colonialistas, até mesmo os mais megalómanos. Parecia mais uma repetição daquele célebre ditame que tantas vezes induz o empresário em dificuldades, a optar por uma exuberante exteriorização de riqueza, quando a razão parecia aconselhar o contrário. O certo é que, apesar da realidade não o fazer crer, os cenários pós barragem, pareciam abrilhantar de tal forma o futuro, que na visita de Marcello Caetano a Moçambique, que se realizou em 1969, até promessas antigas como a descentralização do poder, mais pareciam o anúncio de mais cinco séculos de presença portuguesa em África, tal o entusiasmo que provocaram nos colonos (Garcia, 2003: 170).

Neste contexto, se para Portugal a construção da barragem funcionaria como a garantia de que nunca abandonaria África, pela razão inversa, para a FRELIMO a destruição da barragem funcionaria como a garantia de que Portugal nunca permaneceria em África. Em 30 de Maio de 1970, Samora Machel anunciou que a barragem tornar-se-ia no principal alvo da FRELIMO (Pinto *in* Bethencourt, 1997: 85). A guerra deslocar-se-ia, assim, para a extensa província de Tete. Claro que não era esse o objectivo inicial da estratégia portuguesa. Afinal, era suposto que a barragem de Cahora Bassa funcionasse sobre o conflito como um gigantesco balde de água fria e não como um novo motivo. Todavia, esta evolução não suscitou grande alarme, pois, estavam a ser criadas condições óptimas, para que fosse desferido sobre as aspirações da FRELIMO um derradeiro golpe: a Operação Nó Górdio.

3.3.2- A Operação Nó Górdio

À longa data que a PIDE vinha desenvolvendo na região uma complexa rede de informadores e de contactos, com extensas ramificações até ao próprio interior da FRELIMO. Dessa forma a PIDE procurava minar os esforços de consolidação do movimento e fomentar as querelas entre as facções norte-americana, soviética e chinesa, que disputavam a liderança da FRELIMO (Newitt, 1997: 449-452). Basicamente, a PIDE procurava manter-se atenta, para que quando as facções se desintegrassem, ao invés de evoluírem para adversários das FAP, preferissem juntarem-se-lhes no combate contra o que restasse da FRELIMO. Os efeitos deste trabalho sobre o desempenho da FRELIMO, são bem visíveis no testemunho do seu líder, Eduardo Mondlane, o qual nos dá conta que:

.... o perigo de infiltração por parte de agentes portugueses (...) estava associado ao problema dos grupos dissidentes, desde que estes pudessem utilizar um membro da organização principal para tentar espalhar a dissensão, assim como aliciar uma parte dos seus membros. A complexidade de motivos geradores de uma conduta divisionista torna mais difícil a prevenção contra as neuroses individuais, as ambições pessoais e as verdadeiras diferenças ideológicas, que se confundem por vezes com as tácticas do serviço secreto inimigo (Mondlane, 1969: 132).

E foi em parte graças a esse trabalho que, em Janeiro de 1969, a PIDE logrou convencer Lázaro Kavandame, um dos dirigentes da FRELIMO a trocar a luta pela independência pelo combate ao lado das FAP (Garcia, 2003: 224). A PIDE teve o mérito de oferecer a Kavandame, uma alternativa à FRELIMO, numa altura em que o seu alegado envolvimento em esquemas de corrupção e assassinatos políticos tornou impossível a relação política com Holden Roberto. Este acontecimento foi um rude golpe para a FRELIMO, mas foi sobretudo o prenúncio do que viria a ser o colapso da facção norte-americana (Newitt, 1997: 454). No mês seguinte a PIDE colaborou com as facções de inspiração comunista no assassinato de Eduardo Mondlane. A este respeito, Oscar Cardoso, ex-inspector da PIDE, reconhece a participação técnica da PIDE para armadilhar o livro bomba, mas avança que a acção não seria possível sem a colaboração do chefe de segurança de Eduardo Mondlane, à data, Joaquim Chissano (Bernardo, 1999: 65; Santos, 2000: p. 106; Cardoso, 2003). Na

mesma linha de raciocínio, o *Servizio Informazione Difesa* (SID), serviço secreto italiano, avança com uma co-autoria formada por: 1) a PIDE; 2) Uria Simango, um homem enfeudado a Pequim, e Vice-presidente da FRELIMO; 3) A Agência Internacional de Imprensa (Aginter-Presse), uma organização terrorista de direita, fundada pelo capitão Yves Guillon, um antigo oficial francês refugiado em Portugal sob o nome Ralf Guérin-Sénac, responsável pelo recrutamento e envio de mercenários para operações especiais; e 4) Jorge Jardim, um super agente secreto e diplomata de eleição, também conhecido, pela sua fortuna e imenso poder, como o “Rei de Moçambique”, a quem, segundo o próprio, Salazar confiava acções que não podiam ser escritas em papéis (Antunes, 1992b: 75-77; Mateus, 2004: 171-173, 375-376).

Depois do desaparecimento de Eduardo Mondlane e, com ele, do que restava da facção norte-americana, a FRELIMO enfrentou uma profunda crise de identidade. Marcelino dos Santos perfilhava os interesses soviéticos. Uria Simango preferia a China. E Samora Machel era um combatente que ambicionava a presidência. Estas tensões fraccionantes provocaram a expulsão de Uria Simango em Outubro de 1969 e levaram a que a FRELIMO ficasse confinada à facção soviética. Mas embora houvesse perdido dimensão, a FRELIMO havia ganhado unidade. Agostinho Neto, na qualidade de Vice-presidente, parecia estar em condições de garantir os apoios internacionais necessários e Samora Machel, na qualidade de Presidente, parecia ser o homem certo para conferir a esses apoios o melhor uso.

Em face do que antecede, havia pois o perigo da FRELIMO crescer rapidamente em apoio e consolidar-se. Até porque instada pelo apego do povo maconde à guerra contra o branco - os macondes não haviam esquecido que quando, em 16 de Junho de 1960, contestaram os preços do algodão e a obrigação de pagarem a água, as autoridades portuguesas os reprimiram violentamente -, a FRELIMO tinha entretanto ganhado raízes no distrito de Cabo Delgado (Gomes, 2002: 30). O planalto dos macondes, onde possuía três importantes bases - Gungunhana, Moçambique e Nampula -, era mesmo considerado uma área liberta e, atendendo à intensa minagem, era até considerada uma área inexpugnável. Em Março de 1970, a FRELIMO chegou mesmo a lançar uma grande operação de colocação de minas, a Operação Estrada, por forma a provocar o isolamento dos aquartelamentos das FAP e, por esta via, tentar o alargamento das suas posições para Sul. Além disso alguns sectores das FAP começaram a sentir que os macondes “*estavam já de tal forma comprometidos com a guerrilha que só uma acção decisiva os poderia trazer de volta ao domínio português*”

(Gomes, 2002: 30). De modo que começou a ganhar força a ideia de lançar uma grande ofensiva sobre a FRELIMO, por forma a aniquilá-la em definitivo.

O General Kaúlza de Arriaga que, em 31 de Março de 1970, sucedeu ao General Augusto Santos no cargo de comandante-chefe das forças armadas em Moçambique, pertencia a esse sector das FAP que acreditava no mérito duma acção ofensiva directa. Tratava-se dum salazarista incondicional e um dos grandes culpados pelo insucesso do golpe de estado perpetrado em 1961 por Botelho Moniz. Desde então a sua carreira militar ganhou um novo alento, mas perante o General Costa Gomes, nunca deixou de ser o traidor que tentou, e quase conseguiu, destruir-lhe a carreira militar. Kaúlza de Arriaga estava ciente de que no exército não dispunha de grandes amigos, mas achava-se fadado para um destino histórico e, a forma de o conseguir, era a guerra em Moçambique. No seu ponto de vista, pelo que conhecia do conflito, e pelo que conhecia da guerra do Vietname, a vitória era não só possível, como seria uma questão de dias, conquanto lhe fossem dados os meios necessários. Foi o que lhe foi dado.

Em 1970, Kaúlza de Arriaga lançou a maior operação militar alguma vez idealizada pelas FAP, a operação Nó Górdio. Entre 1 de Julho e 6 de Agosto de 1970, 14 Companhias tipo caçadores, 2 Destacamentos de fuzileiros, 5 Companhias de Comandos e 4 Companhias de Pára-quedistas, apoiados por três baterias de artilharia pesada e de meios aéreos de ataque ao solo, nomeadamente, os caças bombardeiros FIAT G-91 e 100 helicópteros - o helicóptero Alouette III SE 3160 transportava cinco elementos e o helicóptero 330 Pluma era capaz de transportar 18 elementos -, envolveram-se em múltiplos ataques de busca e destruição (Ferreira, 2002). A província de Cabo Delgado, tal como o General Kaúlza de Arriaga se propôs, foi literalmente “varrida”.

Porém, nem tudo correu bem. A Base de Gungunhana não estava na localização que se supunha e, quando foi encontrada, estava vazia. O mesmo sucederia com as bases de Moçambique e Nampula. Nos dias que se seguiram ao assalto daquelas bases, a quase totalidade das tropas de elite existentes no território empregues nesta operação, desdobraram-se em batidas, emboscadas e patrulhas, por forma a capturar e destruir as demais bases da FRELIMO e capturar os seus homens antes que conseguissem atravessar a fronteira para a Tanzânia. Para o efeito bastava que conseguissem fazer com que os guerrilheiros em fuga se

dirigissem às companhias de caçadores, que previamente haviam tomado posições de emboscada num cerco descontínuo com o diâmetro de 140 Kms. Mas também esta tentativa não teve o resultado pretendido. Afinal, após três meses de preparativos necessários à montagem duma máquina logística capaz que manter no terreno 8.000 homens - ampliação das pistas de Mueda e Nangolo, abertura de itinerários táticos, reforço e montagem de depósitos de mantimentos, transporte de meios e abastecimentos pesados de sul para norte -, era absolutamente impossível que a FRELIMO não houvesse reparado nas intenções portuguesas, até porque toda a operação havia sido precedida duma intensa campanha de acção psicológica visando: separar a população dos guerrilheiros, desmoralizar os combatentes da FRELIMO e fomentar as apresentações voluntárias (Gomes, 2002: 61-65; Garcia, 2003: 191, 224-225). De modo que no momento da fuga - iniciada dois meses antes do assalto decisivo -, não foi difícil à FRELIMO evitar as ratoeiras que lhe haviam sido montadas. A prever que assim pudesse suceder, Kaúlza de Arriaga planeava que se perseguisse a FRELIMO mesmo dentro da Tanzânia. Todavia, por se recearem os gravíssimos problemas diplomáticos que daí adviriam, em especial, pelas ligações da Tanzânia com a *Commonwealth*, a proposta foi liminarmente recusada (Newitt, 1997: 457). O que o General Kaúlza de Arriaga não previu, não obstante ser demasiado óbvio, foi que a FRELIMO nunca contrariaria o mais elementar princípio da guerra de guerrilha, pela simples razão que sabia que, num cenário de guerra convencional, era absolutamente impossível que 2.500 guerrilheiros conseguissem defender um território perante um força superior em número, meios e treino. E que, por contrapartida, ao saber de antemão quais os movimentos das forças portuguesas, poderia antes optar por flagelá-las numa situação de vantagem, nomeadamente, através de fogo de longo alcance ou pelo emprego de minas e armadilhas em locais estratégicos. Foi o que aconteceu.

As FAP perderam 43 homens e sofreram 27 feridos graves. Este número de baixas é 5,4 vezes superior à média do conflito. Com excepção de 4 feridos graves que foram provocados por um ataque de abelhas, a maioria das restantes vítimas foi provocada pelas minas e engenhos explosivos que a FRELIMO distribuiu pelos itinerários de acesso e perseguição. Além disso, as principais confrontações com o inimigo foram de sua iniciativa, logo, em situação de desvantagem para as nossas tropas. Por contraponto, as FAP infligiram ao inimigo 29 feridos graves, 67 mortos e 100 prisioneiros, fazendo-o perder todo o território, com todas as bases militares nele incluídas, e inúmero material de guerra, nomeadamente: 78

Somonov's, 22 kalashnikov, 5 RPG, 9 metralhadoras, 2 metralhadoras anti-aéreas, 1 canhão S/R 7,5 cm e 86 minas anticarro e antipessoal (Gomes, 2002: 61, 83).

O desafio que depois da expulsão da FRELIMO do norte de Moçambique se colocava às FAP, era o de impedir que se restabelecesse. Foi o que sucedeu em 1971 através da Operação Fronteira. Como o seu nome sugere, procurava-se, a partir do controlo do tráfego fronteiriço, impedir o abastecimento às posições avançadas da FRELIMO e, por esta forma, impossibilitar a sua infiltração no interior de Moçambique. Mas em consequência do aumento de actividade das FAP, a despesa também aumentara, e começaram a aparecer sinais que essa despesa era não só incomportável, mas também contraproducente. A FRELIMO, tal como prometera, havia-se mudado para o distrito de Tete, afinal, era lá que estava a ser construída a barragem (Garcia, 2003: 192). Os serviços secretos rodesianos queixaram-se a Marcello Caetano, que Kaúlza de Arriaga, apesar de dispor de enormes efectivos, era absolutamente incapaz de evitar que a FRELIMO atacasse a linha férrea da Beira e a estrada internacional Salisbúria-Beira-Malawi, pelo que tinham que ser eles a persegui-la nas selvas. E, isto só sucedia por um simples motivo: Kaúlza de Arriaga era “*um general político que se serve da guerra de Moçambique para realizar as suas ambições pessoais e de propaganda*” (Antunes, 1992b: 200).

Estas críticas estavam condicionadas a um compromisso de sigilo. Mas tratando-se de algo tão sério como avaliar a competência dum general, Marcello Caetano sentiu-se na necessidade de obter junto de outro general, o muito respeitado e vitorioso General Costa Gomes, uma segunda opinião. Costa Gomes teve, finalmente, a oportunidade de retribuir a estima que Kaúlza de Arriaga lhe dispensara, mas quase que nem precisou dar-se ao trabalho, pois, a descrição dos factos era quase *per se* suficiente (CD 25 de Abril, 1998: 61). Afinal, a derrota total da FRELIMO que Kaúlza de Arriaga tão efusivamente prometera, e que inclusivamente anunciara, não era senão uma miragem. E nem se pode dizer que lhe houvessem faltado os meios, pois, para enfrentar 2.500 guerrilheiros e 5.000 milicianos, se usasse de critério, não deveria ser necessário a concentração da quase totalidade do potencial ofensivo das FAP no território. E tudo isso para que tão-só conseguisse afugentar a FRELIMO para a Tanzânia. Dizia o General Costa Gomes que, do ponto de vista da estratégia militar, era até preferível que a FRELIMO nunca tivesse sido afastada do Norte de

Moçambique, pois, ao afugentá-la as FAP perderiam inevitavelmente o controlo sobre os seus movimentos. Foi o que veio a suceder.

3.3.3- O Regresso à Guerra de Patrulha

As FAP regressaram, por isso, a um período de maior contenção. Basicamente, regressou-se às acções de patrulha efectuadas por unidades de infantaria, compostas por cerca de 30 homens, entregues a jornadas de marcha contínua. Em cada quatro ou cinco dias, aqueles homens percorriam cerca de 100 kms. Dizia-se que: “*a tropa poupava combustível e fortalecia os membros dos soldados*” (Matos Gomes *in* Teixeira, 2004: 138). Por sua vez, a Operação Fronteira

.... que previa a construção na margem direita do rio Rovuma de um itinerário asfaltado, iluminado e encaixado entre redes de arame electrificado, pontilhado de aquartelamentos fortificados, de modo a constituir uma barreira tão inultrapassável como uma moderna muralha da China, foi reduzida ao mínimo (...) (Gomes, 2002: 92-93).

E, com a guerra de regresso à sua velocidade de cruzeiro, as FAP voltaram a explorar o exemplo positivo e, através dele, a tentar retirar à FRELIMO o apoio das populações. Mas no caso moçambicano também na acção subversiva nem tudo corria bem (Pinto *in* Bethencourt, 1997: 79). Havia populações que só acediam trocar as suas terras natais pelos aldeamentos fortificados, porque a isso se sentiam forçadas. E, depois, ao invés de se organizarem em milícias para defender a sua vida e as culturas, preferiam comprar aos guerrilheiros segurança com alimentos. A FRELIMO fazia matanças selectivas entre os líderes tribais afáveis aos portugueses e atemorizava as populações dizendo-lhes que: “*Muita gente junta morre mais*” (Garcia, 2003: 226-227; Bernardo, 2003: 284). De modo que, para evitar que a política de aldeamentos evoluísse para um problema maior do que aquele que se queria resolver, era necessário que a iniciativa partisse das populações. Mas esta condição implicava tempo e, além de tempo, implicava dinheiro com que lhes comprar outros motivos de aliciamento, sendo que estes motivos variavam consoante as diferenças culturais e os gostos de cada tribo (Garcia, 2003: 201-213). Em todo o caso, comparada a acção das FAP com o esforço subversivo da FRELIMO, reparava-se que havia uma diferença fundamental:

“Nós, para conquistarmos as populações, temos de prometer e cumprir. Ao inimigo, basta prometer” (Bernardo, 2003: 201). Seja como for, e apesar dos constrangimentos que tiveram de enfrentar, as FAP conseguiram que cerca de um milhão de moçambicanos, 12% da população, acabasse a guerra a viver em aldeamentos fortificados (Henriksen, 1978: 155).

Por parte da FRELIMO, a principal nota de destaque nesta fase da guerra, acaba por ser o aproveitamento da sua deslocação para a província de Tete, para a partir daí efectuar algumas incursões, sobretudo, a partir de 1972, até aos distritos de Manica e Sofala, e, aí sim, pela primeira vez, fazer-se notada aos olhos da população branca. As dificuldades que a FRELIMO enfrentava nestas incursões eram extremas, uma vez que enquanto a sua progressão para o distrito de Tete podia contar com o apoio logístico que lhe era assegurado a partir da Zâmbia e com a protecção que lhe era garantida pela proximidade com aquela fronteira, em Manica e Sofala as suas tropas ficavam extremamente vulneráveis. O abastecimento logístico a partir de Tete era, em face da pressão das FAP, impraticável e se em caso de fuga optassem por atravessar a fronteira com a Rodésia, então, não teriam que enfrentar um inimigo mas dois. Por conseguinte, estes ataques eram esporádicos e manifestamente fortuitos, mas foram o suficiente para que os colonos começassem a dirigir às FAP todo o género de acusações (Garcia, 2003: 218). E, por contrapartida, para que as FAP lhes respondessem com desprezo (Antunes, 1990: 89).

As FAP sabiam que não lhes era possível impedir que guerrilheiros da FRELIMO, trajando à civil e sem armamento à vista, se passassem por onde muito bem entendessem. Alguns dos guerrilheiros que haviam conseguido capturar, transportavam consigo bilhetes de cinema e talões de despesa, dando a entender que não lhes era difícil abastecerem-se inclusivamente no interior do tecido urbano. Mas os colonos, completamente obcecados pelos seus haveres pessoais, foram incapazes de perceber que as FAP nunca conseguiriam poupá-los a todos os perigos, assim como foram incapazes de perceber que ao atacar as FAP serviam a estratégia da FRELIMO.

Samora Machel contava com esse efeito. Em verdade, toda a sua estratégia assentava nessa acção de desgaste. Machel sabia que dispendo de cerca de 7.000 homens, nunca se conseguiria opor aos 50.000 homens de que dispunha o General Kaúlza de Arriaga. Para Samora Machel, conquistar um centro urbano, ou furar as linhas de protecção à construção da

barragem, era uma tarefa impossível, mas o que importava era que a ameaça se mantivesse credível. Como em entrevista ao *New York Times*, de 20 de Janeiro de 1972, Samora Machel fez saber: “*Não se trata de impedir a construção de Cahora Bassa. O que nós tentamos é tornar o preço dessa construção quatro ou cinco vezes mais alto*” (Machel cit. in Antunes, 1992b: 198).

O objectivo a que Samora Machel se propunha parecia realista, previsível, e até do conhecimento público. Mas apesar de tão publicitado, não se pode dizer que as FAP se tenham mostrado capazes de lhe opor a melhor resposta, bem pelo contrário. Tal como já havia sucedido na Guiné, a política externa portuguesa parecia escolher o martírio. Por um lado, Portugal dizia-se incapaz de ir mais além no esforço de guerra. Os insistentes pedidos do General Kaúlza de Arriaga, para que lhe fosse permitido ameaçar a Zâmbia ou, em alternativa, lhe fosse reforçado o efectivo de tropas em Moçambique, eram sistematicamente ignorados. Enquanto que, por outro lado, Portugal recusava a ajuda que lhe era oferecida, sendo que no caso da África do Sul essa ajuda era mesmo oferecida insistentemente.

Sabe-se que aviões sul-africanos, pilotados por oficiais da força aérea da Rodésia, envolveram-se em manobras ofensivas e que esse apoio, se dependesse da vontade da África do Sul, até poderia evoluir para algo muito mais substantivo. A África do Sul tinha inclusive uma certa legitimidade nessa aspiração, na medida em que pertenciam-lhe 2/3 dos capitais investidos na barragem de Cahora Bassa até 1971. As próprias tropas rodesianas colaboraram com tropas especiais portuguesas na região de Tete e junto à fronteira (Bernardo, 2003: 284; Garcia, 2003: 168). Todavia, Portugal, por recear que duma participação mais efectiva da África branca, adviesse a perda do domínio de Moçambique, sempre a recusou. Não se pode negar esse risco, mas também não se pode ignorar que uma intervenção directa da Rodésia e da África do Sul no conflito seria um trunfo de excelente uso, quer face à Zâmbia, quer face à Tanzânia.

A ajuda da África do Sul e da Rodésia ficou, assim, num patamar bastante aquém das suas reais potencialidades, embora nem por isso se possa dizer que não haja sido eficaz (Garcia, 2003: 169). Um bom exemplo dessa eficácia de contenção, foi o bloqueio que a Rodésia impôs à circulação de mercadorias de e para a Zâmbia e, o subsequente, pedido da Zâmbia ao Malawi para que intercedesse por si junto de Portugal, a fim de que lhe fosse

permitido servir-se de Moçambique como alternativa. A PIDE de comum acordo com o super agente secreto Jorge Jardim, vigiava de perto estes países e por vezes até fazia bastante mais do que isso (Mateus, 2004: 417). Sabe-se que Orlando Cristina - “lendário caçador” profissional com uma vasta empatia entre as tribos locais, que falava fluentemente vários dialectos locais e havia casado com filhas de régulos do lado de lá do Rovuma, escolhido pela PIDE para criar em 1963 a rede informações da Tanzânia, que depois se tornou numa espécie de “braço direito” de Jorge Jardim -, e Casimiro Monteiro - o perito em explosivos da PIDE ao qual se atribui a montagem do livro bomba que vitimou Eduardo Mondlane e o homem que matou a tiro Humberto Delgado -, cooperaram na realização de operações de sabotagem levadas a efeito na Tanzânia e no Malawi (Mateus, 2004: 76; Bernardo, 2003: 24, 231; Maltez, 2005b: 541).

Neste cômputo, sendo manifesto que as FAP estavam em condições de dispor, ou poder dispor, de recursos para conferir ao conflito uma maior intensidade, o certo, é que preferiram, numa clara estratégia de economia de esforços, fazer o conflito evoluir degressivamente e com uma cada vez maior participação de tropas africanas (Marques, 1998: 561). Por esta razão, o número de tropas africanas que integravam o efectivo das FAP foi evoluindo com o conflito e em 1973 representava já 53,6% do total de 50.000 homens, ou seja, quase quatro vezes o número dos moçambicanos que lutavam contra as FAP (Guerra, 1994: 397; Pinto *in* Bethencourt, 1997: 76). Em dez anos de conflito em Moçambique, as FAP perderam em combate 1481 homens, e desses 454 foram tropas africanas (Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988: 264-266).

Mas em matéria de integração de tropas africanas ao lado de tropas portuguesas, mais importante do que o número é o estoicismo com que combatiam. Com efeito, muitas destas tropas ficaram célebres pela imensa coragem demonstrada na realização de operações especialmente arrojadas, tais como as operações “*mandioca*”. Nestas operações eram empregues tropas exclusivamente africanas, sem uniforme, com armas iguais às utilizadas pelo inimigo, e com uma alimentação à base de mandioca. Ao cruzarem-se com guerrilheiros da FRELIMO a sua aparência fazia supor tratarem-se de camaradas, mas não eram. Eram tropas de elite com a formação de grupos especiais paraquedistas (GEP) e com uma intensa experiência de combate. Este homens eram os mesmos que eram utilizados nas operações de assalto aéreo (Bernardo, 2003: 332).

Contudo, do ponto de vista da moral, a situação havia-se degradado muito mais do que seria racionalmente explicável. Em Janeiro de 1974, a FRELIMO massacrava uma família de agricultores brancos. E em reacção de protesto, os colonos insurgiram-se contra as FAP com uma violência nunca antes vista. A manifestação de 17 de Fevereiro que começou por ser uma greve, acabou com os colonos a acusarem as FAP de cobardia e de vida fácil, e as FAP a reporem a ordem pelo uso da força. Não era comum que a FRELIMO atacasse os colonos, o que era comum era que assassinasse os líderes tribais que colaboravam com os portugueses. Mas por isso mesmo, a reacção das populações era ainda de mais difícil compreensão, salvo se repararmos que por detrás das suas motivações estavam dois universos políticos diametralmente opostos.

A greve dos colonos foi orquestrada pelas forças de direita. Enquanto que, por contraponto, as FAP, nomeadamente, ao nível dos oficiais subalternos, haviam-se doutrinado clandestinamente nos valores de esquerda. Para os colonos haviam praias para brancos e praias para negros, cemitérios para brancos e cemitérios para negros e por aí adiante. Para as tropas oriundas da metrópole isso era inadmissível e chocante (Baptista, 2000: 18, 23). Conta-nos o Major-General Rafael Durão, à data tenente-coronel pára-quedista que, só por empenho pessoal, conseguiu evitar que: o filho dum seu empregado doméstico fosse enterrado na vala comum destinada aos “pretos”; e um seu soldado pára-quedista fosse proibido de frequentar uma praia em função da sua cor de pele (Rafael Durão *in* Bernardo, 2003: 303-307). O choque entre os colonos e as tropas oriundas da metrópole era, pois, bastante mais profundo do que uma mera questão de atitude face à FRELIMO. O que estava em questão eram concepções diametralmente opostas sobre o futuro da África Portuguesa e de Portugal, ou dito duma outra forma, o que estava em causa eram as sementes da revolução.

4- A Desconsolidação do 3.º Império Colonial

4.1- A Revolução: 25 de Abril de 1974

Após mais de uma longa década de guerra em África, o que restava da ditadura na metrópole parecia definhir (Schmitter, 1999: 209-210). Ano após ano, apesar da estratégia de guerra estar condicionada por critérios economicistas, os orçamentos foram reflectindo um cada vez mais acentuado crescimento das despesas militares. Mesmo em Moçambique, onde

após as experiências ofensivas do General Kaúlza de Arriaga se optou por uma maior contenção, o peso orçamental das despesas com a guerra nunca parou de aumentar. Entre 1970, ano da célebre Operação Nó Górdio, e 1972, as despesas militares cresceram de 27% do total orçamental para 45% (Antunes, 1992b: 253). Com efeito, a gestão militar nunca foi um modelo de economicidade e sabe-se que alguns fizeram através dela fortuna. Mas ainda mais grave que o descalabro financeiro e o impasse militar, foi a deterioração a que chegou a situação na metrópole.

A partir de 1970, a Acção Revolucionária Armada (doravante ARA) protagonizou uma série de ataques bomba visando directamente a destruição da máquina de guerra portuguesa (Narciso, 2000). A ARA, embora fosse o mais activo, não era sequer o único movimento deste género, além dela haviam também a Frente de Acção Popular (1964), a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (1967) e as Brigadas Revolucionárias (1970). Entre as acções que a ARA levou a efeito, contam-se vários ataques bomba a navios de abastecimento (Maltez, 2005b: 572). Alguns deles ainda hoje não inteiramente desvendados, como é o caso do atentado contra o navio mercante Angoche, muito se especulando se a sua tripulação foi devorada por tubarões tigre ou sequestrada por um submarino soviético (Bernardo, 2003: 101-113; Narciso, 2000: 88 *et passim*). Mas o ataque mais severo para o esforço de guerra português, acabou por ser a destruição de 12 helicópteros em plena base militar de Tancos. Não havia sido fácil a Portugal, por razões financeiras e políticas, adquirir aqueles meios. À longa data que eram reclamados e, de repente, antes mesmo que deles conseguisse fazer uso, todos acabaram destruídos. Foi sem dúvida um rude golpe para o esforço de guerra português, até pelo efeito psicológico. Nunca em toda a história do conflito, Portugal perdeu tão importantes meios, tão repentinamente. E, por estranho que pareça, desta feita, os inimigos nem eram os *turras*, mas os próprios portugueses.

O sucesso deste tipo de acções é revelador do estágio de desenvolvimento do PCP. Foi o PCP quem criou a ARA. E era óbvio que se por acaso o PCP não dispusesse duma significativa rede de colaboradores no interior das FAP, muito dificilmente este tipo de acções poderia ser materializado com tão elevada oportunidade. Todavia, além do avançado estágio de maturação do PCP, há também que notar o trabalho de coordenação entre os objectivos da resistência na metrópole e os objectivos de libertação dos movimentos africanos, trabalho esse que logicamente só poderia ser efectuado a partir do Kremlin. Ou não fosse o Kremlin, em

simultâneo, o principal financiador do PCP e dos principais movimentos de libertação africanos, nomeadamente, o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO. Como nos dá conta, Freire Antunes, Álvaro Cunhal, além de líder incontestável do PCP, era também “*um operacional do Kremlin na articulação com os partidos filiais da Europa e com os movimentos nacionalistas de África*” (Antunes, 1992b: 98).

De modo que a tão propalada ameaça comunista que Salazar tão efusivamente anunciara, mais do que um cenário teórico, tornou-se na década de 70 uma realidade, apenas com uma desvantagem: ao contrário do que sucedia em África, não existia em Portugal qualquer estratégia subversiva, que de algum modo roubasse ao povo os motivos de descontentamento, bem pelo contrário. Apenas a Igreja se mostrava capaz de continuar a ensinar a resignação, e mesmo assim apenas através dos seus sectores mais ortodoxos, sendo que até estes sentiam dificuldades em justificar a guerra. Principalmente, quando entre o povo começavam a ser muitos os que estavam em condições de testemunhar, que a guerra que travaram em África não era contra os comunistas, mas contra um povo cansado de ser explorado pelos mesmos brancos que aqui os exploravam. Neste particular, o PCP ia mesmo mais longe e apontava o nome dos que acusava de serem os principais exploradores:

Os verdadeiros senhores de Portugal eram os Melo, os Espírito Santo, os Champalimaud, formando uma autêntica quadrilha de grandes capitalistas e proprietários, ao serviço dos quais, como seus instrumentos, estavam o Governo, o aparelho repressivo, os meios de comunicação social e todos os recursos do País (Cunhal, 1976: 31).

Porém, à entrada da década de 1970, até mesmo entre os propalados “verdadeiros de senhores Portugal”, nem todos estavam convencidos de que o investimento no destino africano era a aposta certa para Portugal. Os Espírito Santo continuavam a acreditar em África, onde tinham o seu centro de interesses. Mas por contraponto, os Mello preferiam que Portugal se voltasse para a Europa, por forma a explorarem convenientemente as possibilidades de internacionalização do *trust* CUF. E, por sua vez, Champalimaud pretendia “deitar abaixo” o governo de Marcello Caetano, nem que para isso tivesse que se unir às forças de esquerda. Esta reacção de Champalimaud era a resposta ao facto de Marcello Caetano consentir que lhe fosse feita concorrência no negócio dos cimentos e que empresas

estrangeiras lhe ganhassem concessões para a exploração dos minérios de Angola (Caetano, 1974: 119).

E, como se tudo isso não bastasse, os Generais Kaúlza de Arriaga e Spínola regressaram das campanhas na Guiné e em Moçambique, embora por razões diferentes, absolutamente convencidos da incompetência de Marcello Caetano e determinados em afastá-lo. Kaúlza de Arriaga, embora beliscado no seu prestígio com as notícias de emprego de tropas de elite em acções de limpeza indiscriminada – Chawola, João, Wiryamu -, conservava o apoio incondicional do Regimento de Pára-quedistas, e congregava à sua volta a ala mais à direita da governação, onde se incluía o Presidente Américo Tomás e os ultra-salazaristas (Bernardo, 2003: 136-139). Por sua vez, Spínola representava a ala mais moderada, e contava com uma vasta empatia entre o exército, sobretudo, entre o movimento dos oficiais, de longe a ala mais activa das forças armadas. Tratava-se dum movimento que nasceu dum conflito entre oficiais do quadro permanente e oficiais milicianos, que rapidamente evoluiu para uma estrutura orgânica com vontade própria, onde pontificavam alguns dos mais brilhantes “rapazes de Spínola”, tais como Otelo Saraiva de Carvalho, Almeida Bruno, Garcia dos Santos ou Ramalho Eanes, entre vários outros (Maltez, 2005b: 581). Eles foram os olhos e os ouvidos de Spínola, e foram também eles que assumiram os riscos inerentes à realização dum golpe de Estado (Rosas, 2004: 125) .

Para a rápida evolução da actividade conspirativa das FAP, foi determinante a parcimónia da PIDE, que tantos e tão bons serviços prestara a Salazar, e a cumplicidade de Costa Gomes, desde a participação falhada no golpe do Botelho Moniz, um artista da dissimulação. De certa forma, os dois completavam-se. Por um lado, a PIDE porque dizia que não podia ou - como afirma Marcello Caetano - porque não queria, escusava-se a infiltrar entre as movimentações das FAP (Caetano, 1976: 33). Enquanto que por seu turno, o General Costa Gomes, na qualidade de Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas (doravante CEMGFA) e, por conseguinte, destinatário mor das investigações da PIDE, encarregava-se de lhes negar seguimento. Mas o que mais surpreende é que tendo a PIDE razões para desconfiar do General Costa Gomes, até pelo seu passado, não o tenha feito. Não é de todo imediato encontrar uma resposta, mas uma explicação possível é a guerra poder ter produzido entre ambos uma grande cumplicidade. A este respeito, o inspector da PIDE, Óscar Cardoso, dá-nos conta que:

O Costa Gomes era muito amigo do meu inspector superior, Aníbal de São José Lopes. Era tão amigo que, a seguir à revolução, enquanto nós fomos todos presos, o São José Lopes foi mandado para Timor. O Costa Gomes arranhou maneira de ele ir para lá e escapar assim à detenção. Nem outra coisa era de esperar. O São José Lopes conhecia muitos dos podres do Costa Gomes. É que o Costa Gomes prezava muito o dinheiro e falava-se à boca pequena que gostava muito dumas pedrinhas, de uns diamantes, de que o solo angolano é fértil É muito provável que o São José Lopes estivesse a par de umas negociatas quaisquer. De resto, as relações que mantivemos com o Costa Gomes, quando ele era comandante-chefe em Angola, foram da maior cordialidade. Não havia festa para a qual não fosse convidado: o Dia do Flecha, o aniversário do São José Lopes, e por aí fora (Cardoso, 2003).

Percebe-se, assim, pelo contexto, que os “rapazes de Spínola” dispunham de condições favoráveis para colocarem ao serviço da revolução as suas competências em contra-subversão e técnicas de desinformação. E não demoraram muito a apresentar resultados.

Em Dezembro de 1973, Carlos Fabião denunciou, numa aula que frequentava no Instituto de Altos Estudos Militares, os planos secretos de Kaúlza de Arriaga para assassinar Costa Gomes e Spínola e, por esta via, suceder a Marcello Caetano. Kaúlza de Arriaga defendeu-se das acusações como pôde e conseguiu evitar a prisão (Lemos, 1977: 80-81). Mas o simples facto da questão ter sido levantada, foi pretexto suficiente para que a PIDE nunca mais o largasse. Chegava até a ser uma ironia, um ultra-salazarista apostado em revigorar a ditadura, que estava impossibilitado de o fazer, porque a polícia política não lho permitia.

Com Kaúlza de Arriaga fora de combate, as atenções voltaram-se, então, para Spínola, e Spínola respondeu com o livro: Portugal e o Futuro. O livro era uma arma política pensada ao pormenor. Nesse livro, Spínola defendia uma solução Federalista para a África Portuguesa, e afirmava que: a guerra era impossível de vencer, nem mesmo que as FAP dispusessem duma máquina de guerra superior àquela que os EUA mobilizaram para o Vietname (Spínola, 1974: 73-74). Tratava-se duma declaração com uma gravidade extrema. O Vice-chefe do Estado-maior General das Forças Armadas (VCEMGFA), com parecer concordante do CEMGFA, o General Costa Gomes, e com a autorização expressa do Ministro da Defesa, à

revelia de tudo o que Portugal havia feito até então, preparava-se para fazer o anúncio público de que a vitória em África era absolutamente impossível, o mesmo era dizer, que a derrota seria uma fatalidade. E isto enquanto a pátria continuava a exigir dos seus filhos que se dispusessem a morrer por África.

Marcello Caetano foi informado previamente à publicação daquele livro, mas apesar de se sentir atraído pelos homens a quem havia confiado a condução da guerra, não se opôs. Poucos duvidam que se Marcello Caetano fosse como Salazar, o livro nunca seria distribuído, pelo menos oficialmente, e os seus participantes seriam imediatamente exonerados dos respectivos cargos, sem que alguma vez mais tivessem veleidades para uma segunda oportunidade. Mas Marcello Caetano era nesta altura um homem resignado. O seu testemunho de 1 de Fevereiro de 1974 é disso a prova:

Que se pode fazer num país que ainda dispõe de energias próprias e prefere seguir a voz das sereias encantadas? Reina em todas as classes a demissão, a fraqueza, o aviltamento. Os militares, que juraram defender a pátria, andam em reuniões de fim mercenário apenas para chamar a si a entrega das províncias ultramarinas. A Igreja, que tinha a obrigação de esclarecer os espíritos, deixou-se apossar de um progressismo militante que vai ao ponto de identificar Cristo e Marx. Os universitários, a quem cabe formar os homens de amanhã, preferem incitar os alunos à contestação permanente. Os novos burgueses, que estão saturados de bem-estar, apostam na mudança política para se manterem na crista da onda. Resta o povo anónimo, que é bom e fiel, mas se deixa manobrar pelos palradores de ocasião que lhes dizem que nós somos os tiranos e eles os libertadores. Que podemos fazer para evitar a desgraça?
(Caetano cit. in Serrão, 1985: 71).

De modo que, no dia anterior ao lançamento do livro “Portugal e o Futuro”, o dia 21 de Fevereiro de 1974, Marcello Caetano limitou-se a chamar Costa Gomes e Spínola dizendo-lhes que, depois daquele livro, só lhes restava pedir o seu lugar ao Presidente da República (Caetano, 1976: 36-37).

Spínola e Costa Gomes evitaram o repto, argumentando que o livro não visava questionar a sua governação, mas apenas criar condições políticas para que o governo pudesse explorar uma maior pluralidade de soluções, nomeadamente, um modelo federalista enquanto ponte entre as duas posições em conflito. Marcello Caetano, talvez pela racionalidade do argumento o haver surpreendido, demorou em retorquir. A sua reacção apenas surgiu, no dia 5 de Março, onze dias após a publicação do livro, sob a forma duma intervenção parlamentar contra o mérito do federalismo, mas nessa altura Portugal estava já incendiado. Marcello Caetano sentia-se, por isso, completamente aturdido pelos acontecimentos e, como se isso não bastasse, os ultra-salazaristas, encabeçados pelo Presidente Américo Tomás, exigiam-lhe que exonerasse dos seus cargos os generais Spínola e Costa Gomes.

Porém, Marcello Caetano voltou a surpreender. Marcello Caetano não só não demitiu os dois generais, como apresentou ele próprio a sua demissão, justificando-se que tendo sido ele a delegar no Ministro da Defesa a autorização para a publicação do livro, era ele o responsável. Ante esta resposta, o Presidente Américo Tomás, só podia demitir Marcello Caetano e, de seguida, os Generais Costa Gomes e Spínola, ou, então, num estilo mais consentâneo com a sua personalidade, recuar e nada fazer. Foi o que veio a suceder para desespero dos ultra-salazaristas.

Todavia, esta sucessão de episódios provocaram um profundo desgaste em Marcello Caetano, de forma que o Presidente do Conselho se sentiu na necessidade de exigir dos Generais Costa Gomes e Spínola uma prova de lealdade. Era o mínimo que poderia exigir. De modo que organizou para o dia 14 de Março uma romagem de vassalagem do generalato. Mas Costa Gomes e Spínola não compareceram. Marcello Caetano não teve outra alternativa senão demiti-los nesse mesmo dia. Este gesto era surpreendente, sobretudo no caso do General Costa Gomes, afinal, depois de tantos anos de reabilitação, decidira-se hostilizar frontalmente a governação, sem que sequer dispusesse dum plano que lhe fizesse supor que poderia sair vencedor. Viana de Lemos, confidente e amigo de Costa Gomes, revela-nos que em resultado das pressões a que esteve sujeito, Costa Gomes perdeu neste período alguma racionalidade (Lemos, 1977: 90-91). É, aliás, humanamente compreensível. Porém, a sua reacção irreflectida, acabou por contagiar e precipitar a acção conspirativa e quase deitou tudo a perder.

Como era de prever, ante o exemplo da liderança, alguns dos rapazes de Spínola, deixar-se-iam levar pelas emoções. Manuel Monge e Casanova Ferreira, mais dois dos “rapazes de Spínola”, conseguiram mesmo amotinar o Regimento de Infantaria n.º 5, aquartelado nas Caldas da Rainha, e convencê-lo a marchar sobre Lisboa. Mas a falta de coordenação foi-lhes fatal. A revolta de 16 de Março, conhecida como Revolta das Caldas da Rainha, saldou-se, por isso, por mais uma estrondosa vitória da máquina repressiva. Seria a última.

À segunda tentativa os “rapazes de Spínola” não repetiriam os mesmos erros. Desta feita, tudo foi preparado a preceito. As comunicações processaram-se com o máximo secretismo e tudo foi coordenado ao pormenor, por forma que na madrugada de 25 de Abril de 1974 nada falhasse. Este efeito surpresa seria determinante. Com efeito, na madrugada de 25 de Abril, os responsáveis pelas Forças Armadas foram apanhados literalmente a dormir e, quando finalmente perceberam o que se passava, era já demasiadamente tarde. Quando Marcello Caetano acordou com a notícia, já passava mais duma hora sobre a primeira comunicação ao país do Movimento das Forças Armadas (MFA) (Carvalho, 1977: 406). Nessa altura, a rádio e a televisão estavam já sob o controlo do MFA e Lisboa era uma cidade sitiada.

As mensagens iam no sentido de apelar à calma, mas ao anunciarem um golpe de estado para derrubar a ditadura e restaurar a liberdade, acabaram por produzir o efeito contrário. O povo saiu à rua para dar vivas à liberdade, e antes mesmo que esta fosse uma realidade, sem o perceber, obteve-a. Quando as forças leais ao regime ocuparam as suas posições, as ruas estavam já literalmente cheias de populares em festa. A questão que se lhes colocava, era se deveriam obedecer à hierarquia militar, ainda que isso implicasse disparar sobre os seus companheiros e o povo que os parabenteava, ou juntarem-se-lhes. Cada soldado encontrou a resposta na sua consciência. Apenas, na sede da PIDE houve derramamento de sangue, e já depois do ditador haver abdicado do poder. Foi, sem sombra de dúvida, um desses raros momentos de elevação colectiva que fazem a história dum povo.

Às 18 horas do dia 25 de Abril, Marcello Caetano entregou a Spínola a responsabilidade pela governação do país. Era o fim de quase meio século de ditadura. Mas ainda não era a hora da solução do problema africano.

4.2- A solução do Problema Africano

O MFA que conduziu o país à revolução, era um movimento unido na luta pela liberdade. Mas no tocante à questão africana haviam profundas diferenças entre os “spinolistas” e os demais. Desde logo porque a ideia “spinolista” duma solução federalista para o conflito, enquanto estratégia para, em simultâneo, obter a paz e a integridade pluri-continental de Portugal, era uma solução impossível de realizar. À uma década atrás, esse cenário era até plausível, mas agora era absolutamente impossível que os movimentos de libertação africanos acessem a outra solução que não a independência. Tanto mais, que depois dos “spinolistas” anunciarem que pela força era impossível vencê-los, se tornou óbvio que nenhum daqueles movimentos dispunha de quaisquer razões porque se deixasse convencer. Formaram-se, assim, duas equipas.

Nos primeiros dias pós-revolução, Spínola levou vantagem, na medida em que a condição de líder lhe permitiu desequilibrar o jugo de forças a seu favor. A dupla condição de Presidente da República e de Presidente da Junta de Salvação Nacional (JSN), deram-lhe o poder necessário para colocar nos lugares chave os seus séquitos, entre os quais o próprio General Costa Gomes. Spínola serviu-se desses apoios para travar as ideias mais progressistas do MFA, e conseguiu mesmo algumas vitórias surpreendentes, tais como ter conseguido evitar que o direito à autodeterminação dos povos africanos fosse publicamente reconhecido na própria noite da revolução, ou ter conseguido que MFA anuísse que a PIDE em África fosse reconvertida num serviço de informações militares, sendo que na prática já o era e com distinção (Nunes, 2002: 72).

Nesta fase, Spínola, apesar de contar com a oposição da quase unanimidade da classe política, conseguiu balizar os trabalhos do Governo Provisório em tais moldes que do seu trabalho não resultaram quaisquer consequências práticas. Com efeito, Spínola exigia dos movimentos de libertação, como condição prévia para o início de conversações, um período de tréguas, ao mesmo tempo que se escusava a assumir qualquer compromisso em relação à solução independência. Ora, era óbvio que os movimentos de libertação, depois de mais duma década de guerra, muito dificilmente se satisfariam com tão pouco.

De modo que se gerou uma situação de impasse, para a qual só os militares encontraram a solução. Mais uma vez, foram os militares, sobretudo, os militares ao nível mais baixo da hierarquia, que se encarregaram de conseguir para o povo aquilo que os políticos lhe negaram. Já haviam sido eles quem havia obtido a liberdade na metrópole, agora predispunham-se a fazer o mesmo por África.

Na Guiné, em Angola e em Moçambique, as FAP depois de haverem feito a guerra, por sua recriação fizeram a paz. Progressivamente as suas acções passaram a ser meramente defensivas, e progressivamente os seus efectivos foram-se concentrando nos quartéis e, cada vez mais, nos quartéis mais próximos dos locais de embarque. Enquanto os políticos não se decidiam, os comandantes das FAP foram celebrando pactos de não agressão. Basicamente, acordavam com os seus homólogos dos movimentos de libertação, que enquanto esperavam que os políticos se decidissem a fazer o que à muito era inevitável, escusavam de continuar a matar-se mutuamente. Esses acordos, talvez por não serem celebrados por políticos, ao invés de adoptarem a forma escrita, materializaram-se sob a forma de atitudes, algumas das quais aparentemente surrealistas, é o exemplo de festas de confraternização entre inimigos quando, politicamente falando, ambos estavam em guerra. A paz foi por isso uma realidade em África, bastante antes do seu anúncio político.

Spínola e os “spínolistas”, tal como Marcello Caetano, e antes dele Salazar, demoraram demasiado a perceber o sentido da história. Spínola nunca conseguiu compreender verdadeiramente a razão porque tendo ordenado às suas tropas que fizessem a guerra, estas preferiram a paz (Spínola, 1976: 22). Para Spínola, tratou-se duma traição. Marcello Caetano e, muito especialmente, Salazar, não diriam melhor. A justificação era simples: depois de perder o Império, Portugal seria um país desprovido de independência, reduzido à indigência, dependente do sol, do turismo e das divisas da emigração, e sujeito a comprar as matérias-primas às potências que delas se apossassem pelo “*preço que os lautos vendedores houverem por bem fixar*”. Acrescentava Marcelo Caetano a esta ideia que esse [...] “*é o preço por que os Portugueses terão de pagar as suas ilusões de liberdade!*” (Marcello Caetano *cit. in* Serrão, 1985: 208).

Mas o mais surpreendente é que Spínola acreditava tão piamente nessa fatalidade, que entre os homens a quem acusava de traidores, estavam os seus “rapazes”. Os mesmos

“rapazes” que se predispuseram a segui-lo incondicionalmente enquanto o objectivo foi o derrube da ditadura. Os mesmos “rapazes” que leram em segredo os rascunhos do “*Portugal e o Futuro*” e o melhoraram. Os mesmos “rapazes” que depois de darem a Spínola uma situação de vantagem sobre o PAIGC, não compreenderam como Marcello Caetano desbaratou a oportunidade de Portugal obter um acordo histórico. Os mesmos rapazes que arriscaram as suas vidas para lhe entregar numa bandeja a responsabilidade pela governação do país. Spínola deveria, pois, ter reparado que os seus rapazes nunca o poderiam ter traído, pela simples razão de que nunca mudaram de comportamento. Para os seus rapazes, a guerra sempre foi e continuava a ser um erro. Foi ele, Spínola, quem mudou (CD 25 de Abril, 1998: 259). Foi Spínola quem tudo fez para repetir o erro que acusou a Marcello Caetano. E foram os seus “rapazes” quem não lho consentiram, mas não estiveram sozinhos nessa luta.

Pela primeira vez em muito tempo, o povo português tomou parte na sua história, e fê-lo ao lado dos militares e a favor da paz (Marques, 1998: 608). Ao mesmo tempo que em África os militares gritaram “nem mais uma operação, nem mais um tiro”, na metrópole o povo português também gritou “nem mais um soldado para África”. Para eles o Império não era importante o suficiente, para que os seus filhos se predispusessem a morrer por ele (Newitt, 1997: 460). A esquerda radical, apesar da reduzida expressão quantitativa, era neste aspecto absolutamente indomável (Correia, 1991: 60-61). Este calor revolucionário era de tal ordem, que o país parecia governado a partir das ruas (CD 25 de Abril, 1998: 231-233, 265, 316). Os governos eram provisórios e momentâneos. A vontade popular, essa, parecia indomável. “*O povo unido, jamais será vencido*”, ou “*O povo é quem mais ordena*”, são apenas dois exemplos de frases de ordem desses tempos. Muitos ainda hoje as recordam. Pode por isso dizer-se, que pela mesma razão que a posição de Spínola estava demasiado próximo da ditadura, a posição dos “seus rapazes”, e aqui se inclui a generalidade dos militares, estava em perfeita sintonia com o povo e, por conseguinte, demasiado próxima da democracia (CD 25 de Abril, 1998: 147). Por conseguinte, vingou um modelo de descolonização, tanto quanto possível, “neutralista, não alinhado e terceiro mundista” (Teixeira *in* Pinto, 2005: 112-113).

Vejamos, então, em breves linhas, o desfecho do jugo de forças entre Spínola e os militares, em cada um dos três territórios em conflito, atenta a ordem cronológica das respectivas independências.

4.2.1- Guiné

No dia seguinte à revolução da metrópole, o MFA da Guiné fez a sua própria revolução. A PIDE tomou o lugar nas celas dos presos políticos que havia feito. E o General Bettencourt Rodrigues, que havia sucedido a Spínola na condução da guerra e na Governação da Guiné, foi repatriado. No seu lugar ficou o MFA e poucos dias depois a actividade militar praticamente cessou.

O ambiente entre o MFA não era muito diferente daquele que se vivia nas ruas de Lisboa. Na metrópole gritava-se que nem mais um soldado iria para África, enquanto que na Guiné esperava-se que nem mais um soldado permanecesse em África. Como tal, o quotidiano nos quartéis era dominado por discursos inflamados, protagonizados pela esquerda, sobretudo a esquerda radical, com destaque para o Movimento Para a Paz. As FAP, com os seus militares ocupados na actividade conspirativa e os seus chefes ocupados nos preparativos da retirada, pareciam estar mais próximas da imagem dum exército amotinado, do que dum exército mobilizado para a guerra.

Spínola reagiu, perante esta rebeldia, duma forma que em pouco diferiu daquilo que seria de esperar dum ditador. Completamente incapaz de compreender a dimensão política do problema, Spínola resumiu a atitude do MFA da Guiné a uma questão de disciplina militar, e enviou Carlos Fabião para a Guiné com instruções claras para que agisse sobre os insubordinados (Spínola, 1978: 279).

Porém, o MFA enfrentou Carlos Fabião duma forma coesa e determinada. De modo que Carlos Fabião viu-se confrontado com uma de duas possibilidades, ou obedecer a Spínola e ser desautorizado pelo MFA, ou cooperar com o MFA e, por esta via, tentar influenciar um pouco que fosse os acontecimentos. Era óbvio que Carlos Fabião, ainda que no plano pessoal lhe custasse desobedecer a Spínola, não dispunha de meios com que enfrentar um exército que a uma só voz recusava a guerra. De modo que Carlos Fabião resignou-se face à realidade.

Quando em 27 de Julho de 1974, a publicação da Lei n.º 7/74, abriu finalmente a porta às conversações com o PAIGC, a paz, bem como a independência, eram já uma realidade na Guiné. Por essa altura, já dezenas de países haviam reconhecido a declaração de

independência do PAIGC, estando mesmo eminente a admissão da República da Guiné-Bissau nas Nações Unidas, e já Carlos Fabião havia efectuado inúmeros acordos locais com os comandantes do PAIGC a fim de evitar a perda de mais vidas humanas (Davidson, 1981: 153-154). Spínola era, por esta altura, um homem vencido e amargurado. Para Spínola, Carlos Fabião, o homem que, com ele e por causa dele, tanto se empenhara para que a ditadura fosse derrubada, era, assim como a generalidade do MFA, um traidor:

O brigadeiro Fabião não só se revelara incapaz de dominar a situação, como se havia transformado praticamente num mero agente do PAIGC, aceitando posições e tomando atitudes manifestamente contraditórias com o seu passado militar e dos compromissos assumidos ao embarcar para Bissau (Spínola, 1978: 279).

Como que por ironia da história, o juízo que Spínola fez de Carlos Fabião e de todos os que com ele preferiram a paz, não é muito diferente daquele que Marcello Caetano fez de Spínola um dia. Mas este derrotismo contrasta com o estado de espírito que se vivia em África e na metrópole, por uma simples razão, a guerra que se travou em África, nunca confrontou dois povos, mas esses povos e um explorador. Citando Amílcar Cabral, o teórico que deu aos cabo-verdianos e guineenses uma razão para lutar, poder-se-á mesmo dizer que a guerra obedeceu a um princípio sagrado: “(...) *há para nós um princípio sagrado, de que a nossa luta se dirige contra o colonialismo e nunca contra o povo português*” (Cabral *cit. in* Vaz, 1997: 247).

Pelo que, por todas as razões já expressas, se conclui que a vitória dos povos guineense e cabo-verdiano sobre o explorador, foi também a vitória do povo português.

4.2.2- Moçambique

A notícia da Revolução de Abril colocou Moçambique à beira dum ataque de nervos. Conforme víamos, em Janeiro de 1974 a relação entre as FAP e os colonos deteriorou-se bastante mais do que seria admissível ou sequer justificável. E, neste contexto, a notícia da vitória das forças democráticas sobre os incondicionais do salazarismo, pela mesma razão que gerou no MFA local a convicção profunda de que o regresso a casa estaria para breve, fez crer

a população branca que a solução integracionista deixara de ser uma hipótese, confrontado-a, assim, com uma de duas hipóteses: tentar a sua sorte num Moçambique independente, ou desistir de tudo o que ali havia construído e partir.

Moçambique viveu nessa altura dias especialmente dramáticos. O Governador-Geral Pimentel dos Santos, esboçou inclusivamente uma tentativa contra-revolucionária. Mas, como é óbvio, o MFA local não lho consentiu. Esta reacção pronta do MFA local foi importante para estreitar ainda mais as relações com a FRELIMO, mas também para reforçar o seu capital político perante Spínola e, por esta via, influir nas suas opções políticas para o território. Spínola nunca conseguiu, por isso, colocar à frente dos destinos de Moçambique um homem que não merecesse a aprovação do MFA local. Spínola ainda tentou, com o apoio do “todo poderoso” Jorge Jardim, impor o nome de Silvino Silvério Marques como Governador-Geral, mas em vão. Este facto foi muito útil ao MFA local para que dispusesse de condições políticas, para que fizesse a única coisa que lhe parecia ser acertada, isto é, a paz.

Quando o General Costa Gomes, na segunda semana de Maio, visitou Moçambique, a mensagem que dirigiu às tropas foi no sentido de que cessassem as operações ofensivas. Mas quase nem precisava fazê-lo, pois, as suas tropas já o haviam feito. As frases que então corriam nos quartéis eram: “nem mais um tiro, nem mais uma operação”. De qualquer das formas, tratando-se duma ordem do CEMGFA, significava uma outra legitimidade para a inacção. E mais que isso, legitimidade para que, dois meses depois, as comissões do MFA para Cabo Delgado e Tete, lançassem um ultimato final: ou Lisboa negociaria até ao dia 31 de Julho o cessar fogo com a FRELIMO, ou elas mesmas o fariam (Spínola, 1978: 438). Afinal, tendo o MFA local já celebrado inúmeros acordos de cessar-fogo com os guerrilheiros da FRELIMO, não havia qualquer razão plausível para que os contactos políticos permanecessem exploratórios.

Perante esta realidade, Spínola optou por acusar o General Costa Gomes de sistematicamente o haver enganado (Spínola, 1978: 289-290, 296). Mas em verdade, a situação em Moçambique em muito pouco dependia da vontade do General Costa Gomes. As tensões raciais, sobretudo na Beira, eram profundas e insanáveis (CD 25 de Abril, 1998: 141). E pelo interior de Moçambique deambulavam milhares de desertores, tanto da FRELIMO, como do contingente de tropas africanas que faziam parte do quadro das FAP. Por isso

mesmo, em Agosto de 1974, a cada dia que passava, mil brancos partiam de Moçambique para não mais regressarem.

Por esta altura, só mesmo Spínola acreditava noutra alternativa que não fosse a independência imediata. Nem os seus emissários políticos, nem grande parte dos seus “rapazes”, eram capazes de sair em sua defesa. Por exemplo, Almeida Santos, antes mesmo de assumir responsabilidades políticas, fez questão de tornar público que não acreditava noutra solução que não fosse a independência (Santos, 1975: 58-66). E, Otelo Saraiva de Carvalho, um homem da máxima confiança de Spínola que tinha por missão vigiar de perto a actuação dos emissários políticos às negociações com a FRELIMO, revelar-se-ia mais entusiasta pela independência imediata do que o próprio político que deveria espionar, no caso, Mário Soares. Em boa verdade, as nossas elites políticas estavam também elas demasiado comprometidas com o apoio externo, aliás, até o instigavam (CD 25 de Abril, 1998: 318). Por um lado, o PCP servia os interesses de Moscovo e cooperava inclusivamente com o KGB (Andrew, 2000). Por outro, as demais forças políticas não estavam imunes à influência Ocidental, sobretudo dos EUA, como nos dá conta Henry Kissinger:

... sem um esforço sistemático para encorajar as forças pluralistas em Portugal estas sairiam derrotadas. Durante algum tempo discordámos da posição da Europa ocidental, para quem as forças apoiantes do Governo existente no início deste ano [1975] acabaram por impor o pluralismo. Encarei esta hipótese com cepticismo. Durante o Verão, a Europa ocidental chegou à mesma conclusão, nomeadamente que o pluralismo teria que ser activamente encorajado (Kissinger cit. in Brito, 2001: 55).

Neste cômputo, como facilmente se deduz, a Lei n.º 7/74, pecou por tardia, na medida em que ocorreu a reboque da realidade. No entanto, os tempos que se seguiram nem por isso foram mais fáceis, bem pelo contrário. O cenário FRELIMO provocou a união dos colonos extremistas e os chefes dos movimentos africanos anti-frelimo, entre os quais Lázaro Kavandame e Uria Simango. *A priori* radicais brancos e anti-colonialistas pouco ou nada tinham em comum, mas, curiosamente, julgaram que mergulhando o país no caos, estavam em condições de impedir a transferência de poder para a FRELIMO. Contudo, com a mesma facilidade com que surgiram os tumultos, tudo acabou por se apaziguar. Para o efeito, muito

contribuiu o desinteresse das FAP, pois, pelo seu distanciamento, cedo fizeram notar que quando os negros se voltassem contra o movimento “Moçambique Livre”, não seriam mais determinados a defender os brancos do que o eram a defender os negros; e, sobretudo, uma profunda desorganização na orientação dos protestos. Em verdade, embora existissem trabalhos conspirativos, e até mesmo alguns contactos diplomáticos, no sentido de opor uma solução alternativa à FRELIMO, neste momento eles ainda estavam numa fase demasiado embrionária. António Champalimaud, que estava empenhado num maior envolvimento da África do Sul no futuro de Moçambique, foi apanhado a meio caminho nos contactos entre Spínola e o governo Sul Africano, de cujo desfecho dependeria o avanço das três colunas de blindados que o governo Sul Africano havia pintado com a bandeira portuguesa e colocado junto à fronteira. E Jorge Jardim que preparava um levantamento para 16 de Setembro, foi apanhado completamente de surpresa pelos acontecimentos (Bernardo, 2003: 244-256).

Até ao dia 25 de Junho de 1975, o dia em que Samora Machel assumiu a responsabilidade pelo destino de Moçambique, a cooperação entre o MFA e a FRELIMO, sobrepor-se-ia a todos problemas que foram surgindo. Para tal contribuiu uma forte razão: “*os oficiais de esquerda do MFA identificavam-se fortemente com os movimentos nacionalistas em África e partilhavam a crença de que o Salazarismo é o inimigo comum*”, com apenas um senão, o MFA considerava que o Salazarismo era o inimigo único, a FRELIMO considerava que o inimigo, com excepção dos seus membros, eram todos os moçambicanos (Newitt, 1997: 462). Dos 1800 homens que a FRELIMO aprisionou em Novembro de 1975, no campo de reeducação do Niassa, 1700 não sobreviveram aos espancamentos. Kavandame e Uria Simango contam-se entre as vítimas (Bernardo, 2003: 284 *et passim*). Sorte semelhante teria o povo moçambicano. A destruição da economia colonial provocada pelo êxodo dos brancos, duas décadas de guerra civil, a fome e os surtos epidémicos fariam do povo moçambicano um dos povos mais pobres e sofridos do Mundo.

4.2.3- Angola Independente

A situação em Angola era calma e calma continuou após o 25 de Abril de 1974. Para a generalidade dos colonos a vida de todos os dias seguia a sua rotina habitual e a guerra, bem como a revolução, não eram sequer perceptíveis (Pinto *in* Bethencourt, 1997: 84). Esta indiferença era extensível aos movimentos de libertação. Com excepção da UNITA, que não

perdeu tempo a apresentar-se como uma força moderada e interessada em ser parte activa no futuro de Angola, os outros movimentos de libertação foram ineptos na forma como exploraram os dividendos políticos que poderiam colher caso fizessem uma aproximação rápida ao novo poder de Lisboa, facto que desde logo denuncia as suas fragilidades internas.

O MPLA estava confrontado com um diálogo impossível entre Agostinho Neto, e Daniel Chipenda. Agostinho Neto era um intelectual que se impunha como Presidente do MPLA pela sua capacidade em obter da URSS os apoios necessário para a continuidade da guerra. E Daniel Chipenda era o mais brilhante dos comandantes militares do MPLA e um ovimbundu, que não gostava de dever obediência a um intelectual, rodeado de mestiços, que não sabia sequer o que era a guerra. Faltava, por isso, unidade ao MPLA. Mas além de unidade, faltavam ao MPLA quadros políticos, na medida em que a ala intelectual do MPLA, liderada por Mário de Andrade, reconhecia em Agostinho Neto qualidades estalinistas, das quais fazia questão de se demarcar.

Por sua vez, a FNLA era um movimento desprovido de apoios e, por conseguinte, desorganizado e completamente amorfo. A única reacção que foi capaz de tomar face ao fim da ditadura na metrópole, foi recusar-se a ter uma reacção.

Portugal enfrentava, assim, o conflito em Angola com grande optimismo. O General Franco Pinheiro, então comandante-chefe interino, admitia inclusivamente a possibilidade do fim do conflito estar para breve (Correia, 1991: 74). Tratava-se, claro está, duma possibilidade mais teórica que prática, pois, pelas características duma guerra de guerrilha sabe-se que um escasso número de homens, se obstinados, é o suficiente para fazer um conflito eternizar-se. Em todo o caso, a evolução favorável do conflito, aliada ao facto de Angola ser a mais rica das nossas colónias, deram a Spínola motivos para que não se contentasse com a independência pura e simples de Angola. A este respeito, a sua resposta às felicitações pela promulgação da Lei n.º 7/74, a lei que oficializou a desconsolidação do 3.º Império Colonial, é esclarecedora: *“Eu sabia que era isto que vocês queriam. Mas agora Angola é comigo”* (Antunes, 1990: 100).

A determinação que se sente nas palavras de Spínola, conjugada com o balanço favorável da situação militar, faziam supor que Portugal muito dificilmente perderia Angola,

mas, politicamente falando, a situação em Angola era um equívoco. A obsessão de Spínola por Angola, tal como já havia sucedido com os seus antecessores, tolheu-lhe a clarividência. Na ânsia de segurar Angola, ao invés de escolher um moderado, Spínola confiou a governação a Silvério Marques, um salazarista incondicional. Dificilmente poderia escolher pessoa menos indicada. Silvério Marques foi confrontado com alguns focos de tensões raciais e agiu à maneira salazarista, ou seja, com complacência. Como tal, a situação deteriorou-se a extremos absolutamente impensáveis. Como o próprio veio a reconhecer mais tarde: “*os meus conceitos estruturais estavam ultrapassados pelo desencadear da revolução*” (Marques, 1978: 183).

Em 11 de Julho de 1974, menos de dois meses depois de Silvério Marques chegar ao território, a população branca vingou a morte dum taxista com uma “caçada” aos subúrbios da capital de que resultaram 200 mortos. Foi mais ou menos assim que havia começado a guerra em Angola. Mas a situação em Angola era, em Julho de 1974, significativamente mais grave, porque a população branca voltou-se também contra os soldados africanos do contingente das FAP, sem que o governador Silvério Marques agisse em seu auxílio. Estas tropas sentiram-se indignadas e no dia 15 de Julho, em sinal de protesto, marcharam fardadas, desarmadas, ostensivamente disciplinadas e devidamente acompanhadas por oficiais e sargentos também africanos, com destino ao comando-chefe. Ora, este episódio minava o espírito de corpo do exército colonial, na medida em que as tropas africanas, até por serem aquelas que mais combatividade opunham aos movimentos de libertação, deveriam justificar um claro e inequívoco reconhecimento público. De modo que por culpa do mal-estar sentido no interior dos quartéis, o MFA teve de agir muito rapidamente, e agiu exigindo de Spínola a imediata exoneração de Silvério Marques (Correia, 1991: 80-82).

Porém, Spínola voltou a falhar. Spínola voltou a não escolher um moderado e, desta feita, preferiu um radical de esquerda, de seu nome Rosa Coutinho. Rosa Coutinho era mesmo conhecido como o “Almirante Vermelho” (Correia, 1991: 129). Desculpar-se-ia Spínola mais tarde, dizendo que nunca suspeitou que o almirante se tratava “*de um elemento pró-comunista hipotecado à União Soviética*” (Spínola, 1978: 317). Mas em boa verdade Rosa Coutinho nunca lhe deu grandes motivos para que pudesse pensar o contrário, pois, logo a sua primeira proposta foi que se fizesse uma aliança entre as FAP, o MPLA e a UNITA, a fim de expulsar a FNLA de Angola (Coutinho *in* Associação 25 de Abril, 1984: 362). Spínola apenas não o

percebeu, porque como Marcello Caetano e, antes dele, Salazar, confundiu a realidade com a sua vontade. Três dias antes de resignar, a favor do General Costa Gomes, ao cargo de Presidente da República e da JSN, foram estas as suas palavras:

Nascerá em breve no Atlântico Sul, um novo Estado de expressão lusa que ficará constituindo, com o Brasil e Portugal, o triângulo enquadrante de um mar que talhou as nossas histórias e perpetuará os laços que hão-de, no futuro, unir ainda mais os três países irmãos (Spínola, 1976: 206-207).

Porém, a realidade em Angola era substancialmente diferente dos sonhos de Spínola. Desde logo, porque a simples ideia de convivência multirracial não era pacífica. A FNLA não gostava da ideia dos brancos continuarem em Angola, assim como os brancos radicais da Frente de Resistência Angolana, um movimento político de inspiração racista formado por antigos militares, não gostavam de outra ideia que não fosse o separatismo branco. Em Outubro chegaram mesmo a tentar impor essa vontade pela força, mas o MFA local não lho consentiu (Correia, 1991: 108).

Além disso, o desejo de Spínola para que Portugal prosseguisse em Angola, contrastava com o trabalho que Rosa Coutinho vinha ali fazendo. Aliás, se a independência de Angola não evoluiu mais rapidamente, foi porque Rosa Coutinho fez questão de esperar que o MPLA resolvesse as suas querelas internas, o que só aconteceu em Janeiro de 1975, após o afastamento de Chipenda da estrutura do MPLA e a reintegração da ala intelectual do MPLA, liderada por Mário de Andrade. Esta cumplicidade é, de resto, uma evidência, atendendo ao facto, de com a chegada de Rosa Coutinho a Angola, haverem cessado os ataques das FAP ao MPLA. Mas não se julgue que a relação que se gerou entre as FAP e o MPLA, se ficou pela mera neutralidade, pois, em Outubro de 1974, tropas de ambos os lados, envolveram-se numa acção conjunta, que teve lugar no enclave de Cabinda, a fim de afastar a ameaça independentista, o mesmo é dizer, colocar a salvo da cobiça dos países vizinhos as importantes jazidas de petróleo daquele enclave.

Em verdade, dificilmente se concebe que a confiança que unia Rosa Coutinho e o MPLA, se ficasse pelo mero plano pessoal. Já numa fase em que o Acordo do Alvor era quase uma realidade e em que se aguardava que os três movimentos de libertação abrissem

delegações em Luanda, tendo em vista a formação dum governo de transição para a independência de Angola, Rosa Coutinho continuava preocupado com a marginalização política do MPLA do futuro de Angola, mais até que o próprio MPLA, a tal ponto que o seu relacionamento com a UNITA e a FNLA tornou-se impossível. Foi aliás esse facto que ditou o seu afastamento após o Alvor. Todavia, chegado esse momento era já demasiadamente tarde para que um homem moderado, como o brigadeiro Silva Cardoso, pudesse de algum modo influir no que seria o destino trágico de Angola.

O MPLA, a FNLA, a UNITA e, sobretudo, os seus patrocinadores, já não estavam preocupados com a descolonização, mas em saber qual deles iria suceder aos portugueses. A guerra civil irrompeu com uma violência extrema. Entre 31 de Janeiro de 1975, o dia em que o governo provisório tomou posse, e Setembro daquele mesmo ano, registaram-se 8000 mortes. Recorde-se que as FAP, em treze anos de guerra em Angola, perderam 1369 homens em combate. A guerra mais parecia uma corrida contra o tempo pelo controlo da capital e do território. Dum lado a África do Sul, o Zaire, os EUA, a França e vários países Ocidentais, apoiavam a FNLA-UNITA. Do outro, Cuba, URSS e os seus satélites, apoiavam o MPLA. Curiosamente, a China adoptou uma postura anti-soviética e apoiou a FNLA. A África do Sul, o Zaire e Cuba, participaram inclusivamente com tropas (CD 25 de Abril, 1998: 337). A este respeito John Stockwell, neste período um destacado operacional da CIA em Angola, dá-nos conta que:

Durante Setembro e Outubro, a CIA, com o apoio considerável do Governo dos Estados Unidos e seus gabinetes militares em todo o mundo, organizaram a controversa “guerra a baixo preço” com decidida desumanidade (...) A solução mais difícil para a CIA era colocar os seus próprios peritos paramilitares com os comandos da FNLA e da UNITA. Isto era rigorosamente proibido pela Comissão dos 40 que não queria americanos directamente envolvidos na luta, mas nós fizemo-lo de qualquer maneira (Stockwell cit. in Correia, 1991: 156).

Neste contexto, conforme facilmente se deduz, Portugal se intercedesse por um dos lados, colocar-se-ia em guerra com a outra parte, por isso, absteve-se. De resto, a sua vida política era de tal forma conturbada, que quase não lhe era possível opinar sobre os problemas

dos outros, quanto mais resolvê-los. As tentativas políticas que chegaram a Angola eram avulsas e infrutíferas. Portugal sentia-se impotente, resignado e, mais que isso, aturdido por um mar de problemas de todo o género (CD 25 de Abril, 1998: 316). Mas mesmo que estivesse na plenitude das suas forças, seria extremamente duvidoso, para não dizer impossível, que conseguisse impor aos angolanos uma paz à revelia da sua vontade, até porque a sua vontade era também a vontade de terceiros. Foi por isso a descolonização possível. A própria OUA e ONU, apesar de reunirem outros argumentos, não conseguiram fazer melhor.

De modo que Portugal esperou pelo dia 10 de Novembro para colocar um ponto final em V séculos de presença em África. Era esse o dia que havia sido definido no Acordo do Alvor para a independência de Angola e, por nesse dia ter sido o MPLA quem controlava a capital, foi o MPLA quem recebeu de Portugal a responsabilidade pelo destino de Angola. A guerra civil, essa, prolongar-se-ia quase até à actualidade. A maioria dos milhares de colonos que se encontravam em Angola, regressaram a Portugal. Portugal conseguiu, assim, recuperar pelo menos parte do capital humano que havia investido em África. Foi com ele que alimentou o seu novo projecto: o projecto Europeu.

Considerações Finais

É chegado o momento de recuperar os principais desafios lançados na nota introdutória deste trabalho e opor-lhes alguns considerandos finais.

A primeira ideia a reter, é que o 3.º Império Colonial não nasceu propriamente duma opção estratégica, mas, como muitos outros fenómenos da nossa história, duma opção de recurso, diria mesmo, duma reacção quase que involuntária. Pois, pela forma como surgiu o projecto dum Império em África, mais faz lembrar a história daquele herdeiro, que depois de perder quase tudo, se decide desbravar os silvados, pensando que assim recuperará o rendimento das terras férteis. De resto, esta história nem sequer é nova. Já assim havia sucedido com o Império do Brasil, na medida em que só depois de despojados do seu país, os senhores de Portugal se decidiram a acreditar naquele território. E tanto esforço para quê? Para Portugal condicionar o seu desenvolvimento ao desenvolvimento de territórios de além mar e, depois, estes se emanciparem. É essa, aliás, a ordem natural das coisas. E nem se poderia esperar que os Estados pluri-continentais fossem além daquilo que foram, ou seja, experiências de transição.

Mas no caso Português, há um segundo factor agravante: a extemporaneidade. Claro está que se por acaso a opção por África fosse atempada e efectiva, para que visse reconhecido o seu direito sobre aqueles territórios, chegado ao século XX, Portugal não precisaria organizar expedições para conhecer a sua geografia, nem tão-pouco fazer um povoamento apressado ou participar na 1.º Guerra Mundial. Pois, nesse momento, a sua presença em África seria já uma realidade. Todavia, não foi assim que Portugal agiu. As suas opções estratégicas seguiram a reboque das tendências e, por isso mesmo, sempre o colocaram numa situação de concorrência, com o ónus da sua condição de inferioridade face às potências da época, lhe impor sistematicamente os maiores sacrifícios.

Visto por este prisma, a história, a vida do povo português foi, quase sempre, uma vida de privações e martírio. Tradicionalmente em Portugal apenas as elites saborearam os níveis de vida europeu, foram também elas quem retiraram os maiores lucros dos grandes empreendimentos de além mar. Mas apesar das extremas desigualdades, com excepção dum

ou de outro período mais conturbado, o país preservou quase sempre uma existência pacífica e resignada, diria mesmo, “servil”. E, neste aspecto, o povo africano e português não foram assim tão diferentes, pois, ambos experimentaram resignados uma vida sem horizontes. É caso então para perguntar: Porquê?

A resposta é por medo. Em África como em Portugal a justiça sempre foi demasiado complacente com as arbitrariedades perpetradas pelos mais poderosos, por isso mesmo, diante da má experiência dos queixosos, o povo foi-se resignando. A obediência ou, na linguagem salazarista, a disciplina, era tradicionalmente ministrada por métodos repressivos, por vezes, até definitivos. De resto, no que concerne ao uso e abuso da violência sobre o povo, a maior diferença entre a metrópole e a África Portuguesa parecia mesmo residir na discricção. Por cá, as elites não chacinavam os grevistas. Por cá, as forças de segurança agiam preventivamente sobre os motivos de instabilidade.

Quase sempre foi assim, a experiência da Primeira República representou apenas um intervalo, uma dessas raras vezes em que Portugal se atreveu a pensar um destino diferente daquele que lhe era ditado. Durante esse intervalo, Portugal propôs-se seguir um caminho diferente para si e para as suas colónias, um caminho mais humanista. Mas foram fogachos. Claro está que se a experiência democrática vingasse, haveria fundadas razões para acreditar que a história não seria aquilo que foi. Não teria havido guerra e as nossas relações com a África Portuguesa estariam hoje, muito provavelmente, bastante mais consolidadas.

Assim, durante quase meio século, Portugal foi governado pelo pensamento dum só homem: Salazar. Mesmo depois de morto, a doutrina salazarista continuou a governar o país e foi uma doutrina implacável. Salazar nunca compreendeu a legítima aspiração dum povo a dispor do seu destino, pelo contrário. Considerava ser ele, o iluminado, quem o deveria fazer. E, nesta qualidade, quando reparou que alguns povos da África Portuguesa tentavam escapar ao seu desígnio, ditou a Portugal a conservação da sua unidade territorial como um objectivo único, como se da conservação do seu Império dependesse a sua sobrevivência. E Portugal manteve-se fiel a esse objectivo até ao fim ...

Percebe-se que assim fosse, o povo foi ensinado que, apesar de viver desafortunadamente, os seus antepassados heróicos fizeram-no dono de quase meio mundo.

Quantas vezes é Angola maior que Portugal? E Moçambique? E Portugal com as suas províncias de além mar quantas vezes é maior que Espanha? Nenhum português concluiu a sua instrução primária sem que soubesse recitar de cantilena a propaganda do regime, muitos ainda hoje não a esqueceram. Como poderiam então os portugueses, apesar de abominarem o ditador, aceder a desistir tão facilmente da África Portuguesa a favor dos comunistas, se Salazar dizia que Angola era nossa. Não se tratava de qualquer frase retórica, mas duma convicção, uma dessas convicções que é capaz de devolver as forças a um moribundo, e mobilizá-lo para a guerra. O que estava em questão era o orgulho dum povo, a sua essência, a sua dignidade, aquilo que o faz preferir a morte à desonra e o faz indomável quaisquer que sejam os oponentes.

Durante mais duma década, Portugal enfrentou três frentes de guerra, o mundo inteiro a censurá-lo, os EUA e, sobretudo, a URSS a fazerem-lhe oposição. Não seriam muitos os países que hoje seriam capazes de resistir a tal esforço. Foi a última prova de força do último Império Colonial ou, dito duma forma mais racional, o último delírio.

Portugal encarou a guerra em África como um exercício de determinação. Desde o início, para Portugal nunca se tratou duma mera questão de gestão de interesses. Se o fosse, Portugal poderia ter desistido da Guiné e de Cabo-verde bastante mais cedo, até mesmo de Moçambique, e concentrar todos os seus recursos em Angola, a única das colónias que não era um encargo para os cofres do Estado, mas uma inesgotável fonte de receita. No domínio das hipóteses, Portugal poderia mesmo, com o pecado dum excesso de maquiavelismo, financiar um exército de mercenários à custa das riquezas de Angola ou, simplesmente, tentar comprar a paz aos angolanos. Seria bastante duvidoso que os movimentos de libertação conseguissem pagar melhor. Se por acaso essa tivesse sido a opção, o futuro dos angolanos não teria sido muito diferente daquilo que foi.

Contudo, desde o início, Portugal optou por nunca aceitar negociar um acordo político com agentes enfeudados a potências estrangeiras, ainda que em causa estivesse uma das suas colónias mais desprovida de interesses. Assim, para Portugal, a guerra só poderia ter um de dois desfechos: *A Vitória sobre as três frentes de Guerra ou a Desconsolidação do 3.º Império Colonial?*

Com a questão colocada nestes termos, a resposta só poderia ser dada pelo tempo. Os movimentos de libertação apostaram que, com o passar do tempo, os portugueses cansar-se-iam de lutar. E os portugueses apostaram que o mesmo aconteceria com os movimentos de libertação, na medida em que a imposição dum ritmo lento ao conflito, lhes permitiria tornar a despesa comportável, ao mesmo tempo que iam recuperando a empatia das populações, facto desde logo essencial para obviar ao esforço de mobilização na metrópole. E, a este respeito, pode-se mesmo dizer que o sucesso foi absoluto, pois, as FAP conseguiram com que o número de tropas africanas que compunham o quadro das FAP ultrapassasse em mais do dobro o número dos guerrilheiros dos movimentos de libertação, sendo inclusivamente mais combativas que a generalidade das tropas da metrópole. Aliás, a maior condicionante ao incremento do número destas tropas, nem foi sequer o seu entusiasmo, mas as restrições orçamentais, o que não se deve confundir com falta de dinheiro.

Com efeito, um dos traços mais marcantes da política financeira salazarista, foi o apego, até doentio, à poupança. Marcello Caetano, já no exílio, orgulhar-se-ia de haver deixado a Fazenda Nacional com 872 toneladas de ouro e cem milhões de divisas. Por isso, mais que falta de dinheiro, faz sentido falar de falta de vontade em aumentar os gastos militares, o que também não se deve confundir com falta de investimento em África, pois, um dos vectores mais importantes da guerra de contra-insurreição foi precisamente a ambiciosa política de investimento. Facto que se reflectiu em opções no mínimo curiosas, para quem seria suposto comportar-se como um explorador, tais como a opção por construir a barragem de Cahora Bassa, quando a barragem do Alqueva estava por construir; ou a opção de investir em Angola 3/4 dos resultados da sua economia em 1973, quando Marcello Caetano dava como certo a revolução para breve.

De modo que pode-se bem dizer que, por opção estratégica, Portugal esteve mais empenhado em construir a paz, do que em ganhar a guerra, ainda que a primeira fosse condição para conseguir a segunda. Este sinal é bem evidente no facto da campanha militar das FAP em África, ter também muito de “campanha eleitoral”, com os militares a envolverem-se em trabalhos sociais de todo o género. Mas não havia outra forma para abordar o conflito, a experiência da França na Argélia, da Grã-Bretanha na Malásia e no Quénia, e dos EUA no Vietname, provavam-no.

Infelizmente, os colonos foram incapazes de compreender que as FAP ao fazerem o trabalho que eles próprios deveriam ter efectuado, não estavam a alhear-se do dever de protecção das populações, mas a construir os alicerces para a paz. As acusações que dirigiram às FAP, por injustas, pois, as FAP por necessidade e engenho fizeram muito mais do que aquilo que ser-lhes-ia humanamente exigível - recurso a bosquímanos como batedores, recurso à cavalaria para dar caça na savana africana a guerrilheiros armados com modernas Kalashnikovs, ousadas operações militares como a Operação Mar Verde, subversão de guerrilheiros capturados, ... -, apenas serviram para ofenderem a dignidade daqueles homens, provocando assim a destruição da moral das tropas. É a ela que a generalidade dos estrategas atribui a causa das derrotas militares.

Quando se pergunta, por isso, a razão porque Portugal perdeu a Guerra e com ela o 3.º Império Colonial, poder-se-ão avançar vários argumentos, mas sobre eles pesa um motivo em especial: as tropas portuguesas descobriram por colégio democrático que não dispunham de nenhuma razão porque continuar a arriscar as suas vidas.

Esta decisão é o resultado de todo um processo de aprendizagem que exigiu o seu tempo. Só graças a esse tempo as tropas que chegavam da metrópole ávidas por acabarem com a guerra, foram percebendo que aquela guerra não era a sua guerra, nem África era sua, nem os colonos eram os bons ao serviço da civilização dos povos indígenas e os africanos os maus ao serviço dos comunistas. A questão era bastante mais substantiva: 1) haviam tensões raciais entre colonos e africanos instigadas pela exploração branca; 2) os grandes Senhores que exploravam África e os Africanos, eram exactamente os mesmos que aqui exploravam os portugueses; 3) a guerra era impossível de vencer, pois, a salvo dos países vizinhos, os guerrilheiros dispunham sempre de mais uma oportunidade para se reorganizarem; 4) sempre que as FAP transpunham a linha de fronteira com aqueles países, ficavam por sua conta e risco; 5) além de nenhum dos conflitos ter uma solução militar, também não haveria nenhuma solução política, pelo menos enquanto Marcello Caetano se mantivesse à frente dos destinos de Portugal; e 5) por mais competentes, criativos e audazes que fossem, tudo seria em vão.

Perante tais factos, se há algo de surpreendente no facto das FAP haverem efectuado a democratização e a descolonização, por justaposição da vontade dos seus soldados face às tutelas hierárquicas, é apenas pela demora. A imagem dum exército amotinado significa,

indisciplina, caos e anarquia, mas quando um exército, pela consciência de cada um dos seus homens, se recusa a obedecer para fazer a paz, ainda que isso signifique desistir do sonho dum Império, significa também um gesto de extrema nobreza. Tanto mais nobre quando esse exército não o fez à revelia do seu povo, mas sob os seus aplausos. Esta ideia de que Portugal desistiu do 3.º Império Colonial, sobretudo, por vontade do seu povo, poderá parecer à primeira vista um tanto ao quanto pueril, uma vez que os serviços secretos de Leste e Ocidentais, da mesma forma que interferiram em África, tanto antes como após a descolonização, também cultivaram entre as nossas elites políticas fidelidades muito distintas. Contudo, apesar de toda a sua energia e talento político, nem essas elites foram capazes de no calor revolucionário se opor à vontade popular.

Nesses dias o poder esteve literalmente nas ruas, e foi a partir das ruas que o país foi governado. Não é por isso exagero dizer-se que quando o povo português gritou “nem mais um soldado para África”, e os soldados portugueses em África responderam “nem mais uma operação, nem mais tiro”, ambos à revelia de qualquer outro interesse que não fosse a paz e a liberdade para si e para o mundo, assumiram a responsabilidade pelo fim da guerra e a desagregação do 3.º Império Colonial.

Apenas um último parágrafo para que depois deste trabalho, se sucedam vários outros, mais profundos, mais ambiciosos, se abram novas janelas e irradie: *mehr Licht!*⁵

⁵ Do alemão, “*mais Luz!*”, (trad. própria).

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Aniceto; *et. al.* (2000). *Guerra Colonial*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias.
- ALEXANDRE, Valentim (1997). “As periferias e a implosão do Império”, in *História da Expansão Portuguesa* (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri). Vol. IV, 1.ª ed., Meim Martins, Círculo de Leitores, pp. 46-60.
- _____, (2000). *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. 1.ª ed., Porto, Edições Afrontamento.
- _____, (2005). “O Império Colonial”, in *Portugal Contemporâneo* (coord. António Costa Pinto). 1.º ed., Lisboa, Dom Quixote, pp. 67-86.
- ALEXANDRE, Valentim; Dias, Jill (1999). “O Império Africano (1825-1890)”, in *Nova História da expansão Portuguesa*. Vol. X, 1.ª ed., Lisboa, Estampa, pp. 23-66.
- AMARAL, Freitas (1995). *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias Políticas (1941,1975)*. 1.ª ed., Venda Nova, Bertrand Nomen.
- ANDRADE, John (2002). *Dicionário do 25 de Abril. Verde Fauna, Rubra Flora*. 1.ª ed., Lisboa, Nova Arrancada.
- ANDREW, Christopher; Mitrokhine, Vasili (2000). *O Arquivo Mitrokhine. O KGB na Europa e no Ocidente*. 1.º ed., Lisboa, Publicações D. Quixote.
- ANSPRENGER, Franz (1989). *The Dissolution of the Colonial Empires*. 1.ª ed., Londres, Routledge.
- ANTUNES, José Freire (1990). *O Factor Africano*. 1.ª ed., Venda Nova, Bertrand.
- _____, (1992a). *Kennedy e Salazar: o Leão e a Raposa*. 1.ª ed., Lisboa, Difusão Cultural.
- _____, (1992b). *Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*. 1.ª ed., Lisboa, Difusão Cultural.
- ARACIL, Rafael; *et. al.* (1998). *El mundo actual: De la Segunda Guerra Mundial a nuestros días*. 2.ª ed., Barcelona, Edicions Universitat de Barcelona.
- BAPTISTA, Etelvino da Silva (2000). *Diário de Guerra*. 1.ª ed., Lisboa, Três Sinais Editores.
- BERNARDO, Manuel Amaro (1999). *Equívocos e Realidades. Portugal 1974-75*. 1.ª ed., Lisboa, Ed. Nova Arrancada.
- _____, (2003). *Combater em Moçambique. Guerra e Descolonização (1964-1975)*. 1.ª ed., Lisboa, Prefácio.
- BOAVENTURA, Armando (1937). *Madrid, Moscovo. Da Ditadura à República e à Guerra Civil de Espanha*. 1.ª ed., Lisboa, Livraria Editora.
- BOKOLO, Elikia M’ (2003). *África Negra. História e Civilização até ao século XVIII*. Tomo I, 1.ª ed., Lisboa, Editora Vulgata.

- BRANDÃO, Fernando de Castro (2002). *História Diplomática de Portugal. Uma Cronologia*. 1.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- BRITO, J. M. Brandão (2001). *O País em Revolução*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias.
- BRUNSCHWIG, Henri (1972). *A Partilha de África*. 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CADBURY, William A. (1910). *Os Serviços de S. Thomé*. 1.ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand.
- CAETANO, Marcello (1954). *Os Nativos na Economia Africana*. 1.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora.
- _____, (1965). *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos. História de uma batalha: da liberdade dos mares às Nações Unidas*. 1.ª ed., Lisboa, Edições Ática.
- _____, (1974). *Depoimento*. 1.ª ed., Rio de Janeiro, Distribuidora Record.
- _____, (1976). *O 25 de Abril e o Ultramar*. 1.ª ed., Lisboa, Verbo.
- _____, (1977). *Minhas Memórias de Salazar*. 1.ª ed., Lisboa, Verbo.
- _____, (2000). *Minhas Memórias de Salazar*. 4.ª ed., Lisboa, Verbo.
- CALVÃO, Alpoim (1976). *De Conacri ao MDL*. 1.ª ed., Lisboa, Intervenção.
- CANN, John (1998). *Contra-insurreição em África. O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961,1974*. 1.ª ed., S. Pedro do Estoril, Atena.
- CARDOSO, ÓSCAR (2003). *Histórias Secretas da PIDE/DGS: A Guerra de África*. [Em linha] Disponível em <http://historiaeciencia.weblog.com.pt/arquivo/02515_9.html> [Consultado em 23/08/2004].
- CARVALHO, Otelo Saraiva de (1977). *Alvorada em Abril*. 1.ª ed., Lisboa, Ulmeiro.
- CASTELO, Cláudia (1999). *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso, Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933,1961)*. 1.ª ed., Porto, Edições Afrontamento.
- CASTILHO, Augusto de (1900). “Brasil – Portugal. IV Centenário do Descobrimento do Brasil”. *Revista Quinzenal Ilustrada*, n.º extraordinário, Ed. Lisboa, Luiz Antonio Sanchez, 17.
- CASTRO, Armando (1980). *O Sistema Colonial Português em África*. 2.ª ed., Lisboa, Caminho.
- CASTRO, Luís de (1941). *D. Castro I (Elementos de História Diplomática)*. 1.º ed., Lisboa, Editorial Império Limitada.
- CAVALHEIRO, Joaquim Lopes (1979). *Forças Especiais na Guiné: O Batalhão de Comandos 1971, 1973*. 1.ª ed., Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.

CEAN - Centre d' Etude d' Afrique Noire (1997). *Lusotropicalisme. Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones*. 1.ª ed., Paris, Éditions Karthala.

CD 25 de Abril - Centro de Documentação 25 de Abril (1998). *Centro de Documentação 25 de Abril. Costa Gomes, O Último Marcehal. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias.

Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, (1987). *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*. 1.ª ed., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministro.

Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. 1.ª vol., 1.º ed., Lisboa, Estado Maior do Exército.

CORREIA, Pezarat (1991). *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Inquérito.

COUTINHO, Rosa (1984). “Notas sobre a descolonização de Angola”, in *Seminário: 25 de Abril 10 Anos Depois* (Org. Associação 25 de Abril). 1.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 359-366.

COUTO, Jorge (1989). “A corte portuguesa no Brasil e a independência brasileira”, in *Portugal no Mundo* (direct. Luís de Albuquerque). Vol. V, 1.ª ed., Lisboa, Publicações Alfa, pp. 306-324.

CRUZ, Manuel Braga da (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

CUNHA, Joaquim da Silva (1953). *O Sistema Português de Política Indígena. Subsídios para o seu Estudo*. 1.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora.

_____, (1977). *O Ultramar, A Nação e o “25 de Abril”*. 1.ª ed., Coimbra, Atlântida Editora.

CUNHAL, Álvaro (1976). *A Revolução Portuguesa: O Passado e o Futuro*. 1.ª ed., Lisboa, Avante.

DAVIDSON, Basil (1972). *In the Eye of the Storm: Angola's People*. 1.ª ed., Harmondsworth Middlesex, Penguin.

_____, (1981). *No Fist is Big Enough to Hide the Sun: The Liberation of Guiné and Cabo Verde – Aspects of an African Revolution*. 1.ª ed., Londres, Zed.

DELGADO, Iva; Figueiredo, António (coord.) (1991). *Memórias de Humberto Delgado*. 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

DURÃO, Rafael (2003). “Comandando Pára-quedistas em Moçambique”, in *Combater em Moçambique. Guerra e Descolonização (1964-1975)* (Manuel Amaro Bernardo). 1.ª ed., Lisboa, Prefácio, pp. 303-313.

ERICH, Ludendorff; Costa, Gomes da (2003). *Grandes Batalhas da História Universal. La Lys (1918)*. 1.ª ed., Matosinhos, Edição e Conteúdos.

- ESTRELAS, Albano (1999). *As Memórias que Salazar Não Escreveu*. 1.ª ed., Porto, Edições Asa.
- FABIÃO, Carlos (1984). “A descolonização na Guiné-Bissau. Spínola: a figura marcante da guerra na Guiné”, in *Seminário: 25 de Abril 10 Anos Depois* (Org. Associação 25 de Abril). 1.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 305-311.
- FELGAS, Hélio (1961). *Guerra em Angola*. 1.ª ed., Lisboa, Clássica Editora.
- FERREIRA, José Medeiros (1992). *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. 1.ª ed., Lisboa, Estampa.
- FERREIRA, João José Brandão (2002). *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português*. 1.ª ed., Lisboa, Ed. Hugin.
- FERREIRA, Manuel Enes (2005). “O Império e as relações económicas com África”, in *História Económica de Portugal 1700-2000* (Org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva). Volume III, 1.º ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 343-371.
- FORREST, Joshua B. (1992). *Guinea-Bissau: Power, Conflict and Renewal in a West African Nation*. 1.ª ed., Boulder CO, Westview.
- FRAGA, Luís Alves de (2003). *Guerra & Marginalidade. O comportamento das Tropas Portuguesas em França (1917-1918)*. 1.º ed., Lisboa, Prefácio.
- GARCIA, Francisco Proença (2003). *Análise Global de Uma Guerra. Moçambique (1964-1974)*. 1.ª ed., Lisboa, Prefácio.
- GARCIA, Manuel; Monteiro, Lourdes (1977). *O Caso Delgado: Autópsia da “Operação Outono”*. 1.ª ed., Lisboa, Expresso.
- GOLIAS, Jorge Sales (1984). “MFA na Guiné-Bissau”, in *Seminário: 25 de Abril 10 Anos Depois* (Org. Associação 25 de Abril). 1.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 313-317.
- GOMES, Carlos Matos (2002). *Moçambique 1970. Operação Nó Górdio*. 1.ª ed., Lisboa, Ed. Prefácio.
- ____ (2004). “Quotidianos da Guerra Colonial”, in *Nova História Militar de Portugal* (coord. Nuno Severiano Teixeira). Vol. V, 1.ª ed., Meim Martins, Círculo de Leitores, pp. 136-173.
- GOMES, Francisco da Costa (1979). *Sobre Portugal: Diálogos com Alexandre Manuel*. 1.ª ed., Lisboa, A Regra do Jogo.
- GONÇALVES, Assis (1972). *Intimidades de Salazar*. 3.ª ed., Venda Nova, Bertrand.
- GONÇALVES, Cansado (1974). *A Traição de Salazar. Uma Análise dos Primeiros Anos do fascismo Português*. 1.ª ed., Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- GONZALEZ BARROS, Luis (1965). *Portugal y la Solidaridad de Occident*, Tomo I. 1.º ed., Lisboa, Imperial.

- GUERRA, João Paulo (1994). *Memórias das Guerras Coloniais*. 1.ª ed., Porto, Afrontamento.
- HENRIKSEN, Thomas H. (1978). *Revolution and Counterrevolution: Mozambique's War of Independence, 1964,1974*. 1.ª ed., Londres, Greenwood Press.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (2001). *Da Monarquia à República*. 1.ª ed., Viseu, Palimage Editores.
- IGNÁTIEV, O. (1987). *Conspiração contra Delgado. História duma operação da CIA e da PIDE*. 1.ª ed., Moscovo, Progresso.
- O Império Português, Na 1.ª Exposição Colonial Portuguesa (1934)*. 1.ª ed., Porto, Mário Antunes Leitão e Vitorino Coimbra.
- JOÃO, Maria Isabel (2002). *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. 1.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- LABOURDETTE, Jean-François (2003). *História de Portugal*. 1.ª ed., Lisboa, Dom Quixote.
- LEAL, Ernesto de Castro (2001). “*O Sidonismo e o Colapso da República*”, in *Memória de Portugal. O Milénio Português* (coord.. Roberto Carneiro). 1.ª ed., Meim Martins, Círculo de Leitores, pp. 500-501.
- LEAL, Cunha (1924). *Caligula em Angola*. 1.ª ed., Lisboa, Edição do Autor.
- ___ (1968). *As Minhas Memórias*. Vol. III, 1.ª ed., Lisboa, Edição do Autor.
- LEMOS, Viana de (1977). *Duas Crises*. 1.ª ed., Lisboa, Nova Gente.
- LINS, Álvaro (1974). *Missão em Portugal*. 1.ª ed., Lisboa, Centro do Livro Brasileiro.
- LÉONARD, Yves (1997). “*O Ultramar Português*”, in *História da Expansão Portuguesa* (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri). Vol. V, 1.ª ed., Meim Martins, Círculo de Leitores, pp. 31-50.
- MACEDO, Jorge Borges de (1987). *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*. 1.ª ed., Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.
- MACHADO, José Alfredo Vieira (1988). *Revisão da Lei Orgânica do Ultramar. Reunião Extraordinária do Conselho Ultramarino*. 1.º ed., Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- MACQUEEN, Norrie (1998). *A Descolonização da África Portuguesa*. 1.ª ed., Mem Martins, Editorial Inquérito.
- MALTEZ, José Adelino (2005a). *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI (1910-2005)*. Vol. I, 1.º ed., Lisboa, Tribuna.
- ___ (2005b). *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI (1910-2005)*. Vol. II, 1.º ed., Lisboa, Tribuna.

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1998). *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. Vol. III, 13.ª ed., Lisboa, Editorial Presença.
- MARQUES, Silvino Silvério (1978). *Portugal, e agora?* Lisboa, Ed. do Templo.
- MARTINS, Manuel Gonçalves (1992). *Portugal e os Agentes Externos*. 1.ª ed., Braga, Editora Pax.
- _____, (2000). *O Estado Novo e a Oposição (1933-1974)*. 1.ª ed., Sintra, Edições Pedro Ferreira.
- MARTINS, Oliveira (1978). *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. 1.ª ed., Lisboa, Guimarães & C.ª Editores.
- MATEUS, Abel (2005). “A Tecnologia”, in *História Económica de Portugal 1700-2000* (Org. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva). Volume III, 1.º ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 125-126.
- MATEUS, Dalila Cabrita (2004). *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. 1.ª ed., Lisboa, Terramar.
- MELO, António, et. al (ed.) (1974). *Colonialismo e Lutas de Libertação. 7 cadernos sobre a guerra colonial*. 1.º ed., Porto, Afrontamento.
- MENDES, J. M. Amado (1988). “A emigração portuguesa nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa. *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIV. 1.ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (1974). *Os Dez Anos do Batalhão de Engenharia da Guiné*. 1.ª ed., Lisboa, Estado-Maior do Exército.
- MONDLANE, Eduardo (1969). *The Struggle for Mozambique*. 1.ª ed., Harmondsworth, Penguin.
- MONTEIRO, Armando S. Saturmino (1997). *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (1808-1975)*. Vol. VIII, 1.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- MONTEIRO, Armindo (1933). *Para uma Política Imperial – Alguns Discursos*. 1.ª ed., Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- MONTEIRO, Miguel (1991). *Fafe. “Dos Brasileiros” (1860,1930). Perspectiva histórica e patrimonial*. 1.ª ed., Fafe, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- NARCISO, Raimundo (2000). *A.R.A. Acção revolucionária Armada. A História Secreta do Braço Armado do PC* 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MENSURADO, Joaquim M. (2002). *Os Páras na Guerra (1961-63, 1968-72)*. 1.ª ed., Lisboa, Prefácio.
- MOREIRA, Adriano (1976). *Saneamento Nacional*. 1.ª ed., Lisboa, Torres e Abreu.

NARCISO, Raimundo (2000). *ARA, Acção Revolucionária Armada*. 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

NEVES, Carlos Agostinho das; *et. al.* (1989). “A repressão contra os escravos de São Tomé (1958) e a Guerra em Ceilão (1587-1617)”, in *Portugal no Mundo* (direct. Luís de Albuquerque). Vol. V, 1.ª ed., Lisboa, Publicações Alfa, pp. 100-124.

NEWITT, Malyn (1997). *História de Moçambique*. 1.ª ed., Mem Martins, Publicações Europa-América.

NOGUEIRA, Franco (1977). *Salazar*. Vol. II, 1.ª ed., Coimbra, Atlântida.

_____, (1980). *O Ataque 1945,1958*. 1.ª ed., Coimbra, Atlântida.

NUNES, António Pires (2002). *Angola (1966-1974) – Vitória Militar no Leste*. 1.ª ed., Lisboa, Prefácio.

OLIVEIRA, A. Lopes de (1994). *Angola, Moçambique. Entre a Guerra e a paz*. 1.ª ed., Braga, Correio do Minho.

OLIVEIRA, Maria da Luz; *et al.* (1989). *Economia Portuguesa*. 3.ª ed., Lisboa, Texto Editora.

OLIVEIRA, MARIO ANTONIO F.; *et. al.* (1979). *A Descolonização Portuguesa. Aproximação ao seu estudo*. 1.ª ed., Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade.

PALANQUE, Luís (1997). *Angola. Um País Fabuloso*. 2.ª ed., Luanda, LPE International.

PAULO, Heloísa (2000). *Aqui também é Portugal. A colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. 1.ª ed., Coimbra, Editora Quarteto.

PÉLISSIER, René (1997). *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas 1845-1941*. 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.

PERY, Gerardo A. (1875). *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*. 1.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional.

Pinto, António Costa (1997). “A Guerra Colonial e o Fim do Império”, in *História da Expansão Portuguesa* (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri). Vol. V, 1.ª ed., Mem Martins, Círculo de Leitores, pp. 65-98.

_____, (2001). *O Fim do Império Português*. 1.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.

PORCH, Douglas (1977). *The Portuguese Armed Forces and the Revolution*. 1.ª ed., Londres, Croom Helm.

QUEIROGA, Fernando (1975). *Portugal Oprimido. Subsídios para a História do Fascismo em Portugal*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial o Século.

REBELO, José (1998). *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*. 1.ª ed., Lisboa, Editora Livros e Leituras.

- REIS, A. do Carmo (2001). *Diário do Tempo de Guerra*. 1.ª ed., Lisboa, Museu da Guerra Nacional.
- RIBEIRO, Maria da Conceição (1995). *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.
- RITA, José Gonçalo Santa (1959). “A África nas Relações Internacionais Depois de 1870”. *Rev. Junta de Investigações do Ultramar*, n.º 26, Lisboa.
- RODRIGUES, Luís Nuno (1996). *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSA, Victor Pereira Da; Castilho, Susan (Org.) (1998). *Pós Colonialismo e Identidade*. 1.ª ed., Porto, Universidade Fernando Pessoa.
- ROSAS, Fernando (1996). *O Estado Novo nos Anos Trinta*. 2.ª ed., Lisboa, Estampa.
- ___ (2004). *Portugal Siglo XX (1890-1976). Pensamento y Acción Política*. 1.ª ed., Mérida, Editora Regional de Extremadura.
- ROSAS, Fernando; J. M. Brito (1996). *Dicionário da História do Estado Novo*. Vol. I, 1.ª ed., Meim Martins, Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando; Oliveira, Pedro Aires (2004). *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias.
- SALAZAR, Oliveira (1951). *Discurso e Notas Políticas*. Vol. IV., 1.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora.
- ___ (1959). *Discurso e Notas Políticas*. Vol. V., 1.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora.
- SANTOS, António de Almeida (1975). *15 Meses no Governo ao Serviço da Descolonização*. 1.ª ed., Porto, Edições Asa.
- SANTOS, Bruno Oliveira (2000). *Histórias Secretas da PIDE/DGS*. 1.ª ed., Lisboa, Ed. Nova Arrancada.
- SARAIVA, José Hermano (1993). *História de Portugal*. 4.º ed., Mem Martins, Publicações Europa-América.
- SAVIMBI, Jonas (1979). *Angola, a Resistência em busca de Uma Nova Nação*. 1.ª ed., Lisboa, Editora A.R..
- SCHMITTER, Philie C. (1999). *Portugal do Autoritarismo à Democracia*. 1.ª ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SELVAGEM, Carlos (1991). *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. 1.ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1985). *Marcelo Caetano: Confidências no Exílio*. 1.ª ed., Lisboa, Editorial Verbo.

SERRÃO, Joel (direct.) (1989). *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso Brasileiro 1750-1822*. 8.º vol., 1.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.

SERRÃO, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (direct.) (1991). *Nova História de Portugal*. Vol. XI, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

SILVA, A. E. Duarte; *et. al.* (1989). *Salazar e o Salazarismo*. 1.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.

SILVA, António E. Duarte (1997). *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. 1.ª ed., Porto, Edições Afrontamento.

SILVA, Rui Ferreira da (1992). “*Sob o Signo do Império*”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (coord. Fernando Rosas). 1.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, pp. 355-387.

SOARES, Mário (1974). *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*. 1.ª ed., Lisboa, Arcádia.

_____, (1975a). *Portugal’s Struggle for Liberty*. 1.ª ed., Londres, George Allen and Unwin.

_____, (1975b). *Democratização e Descolonização: Dez Meses no Governo Provisório*. 1.ª ed., Lisboa, Dom Quixote.

SOMERVILLE, Keith (1986). *Angola: Politics Economics and Society*. 1.ª ed., Londres, Pinter.

SPÍNOLA, António de (1974). *Portugal e o Futuro: Análise da Conjuntura Nacional*. 1.ª ed., Lisboa, Arcádia.

_____, (1976). *Ao Serviço de Portugal*. 1.ª ed., Lisboa, Ática.

_____, (1978). *País sem Rumor: Contribuição para a História de uma Revolução*. 1.ª ed., Lisboa, Scire.

TAVARES, Paulino Mota; Pereira, Ana Mafalda (2000). *Descoberta e invenção do Brasil. O Amargo e o Doce*. 1.ª ed., Lisboa, Colares Editora.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; Pinto, António Costa (2000). *A primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. 1.ª ed., Lisboa, Edições Colibri.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2005). “*Entre a África e a Europa. A Política Externa Portuguesa 1890-2000*”, in *Portugal Contemporâneo* (coord. António Costa Pinto). 1.º ed., Lisboa, Dom Quixote, pp. 87-116.

TOCQUEVILLE, Alexis de (2001). *Da Democracia na América*. 12.ª ed., Cascais, Principia.

VAZ, Nuno Mira (1997). *Opiniões públicas Durante as Guerras de África: 1961/74*. 1.ª ed., Lisboa, Quetzal Editores.

VENTER, Al J. (1973). *Portugal’s Guerrilla War: The Campaign for Africa*. 1.ª ed., Pasadena, California Institute of Technology.

*Militarismos, “Parapolíticos” e Perfis Populares
Na Génese e (Des)consolidação do 3.º Império Colonial Português*

WHEELER, Douglas; Pélissier, Rener (1971). *Angola*. 1.ª ed., Londres, Pall Mall Press.

WOLF, Mauro (2001). *Teorias da Comunicação*. 6.ª ed., Lisboa, Editorial Presença.